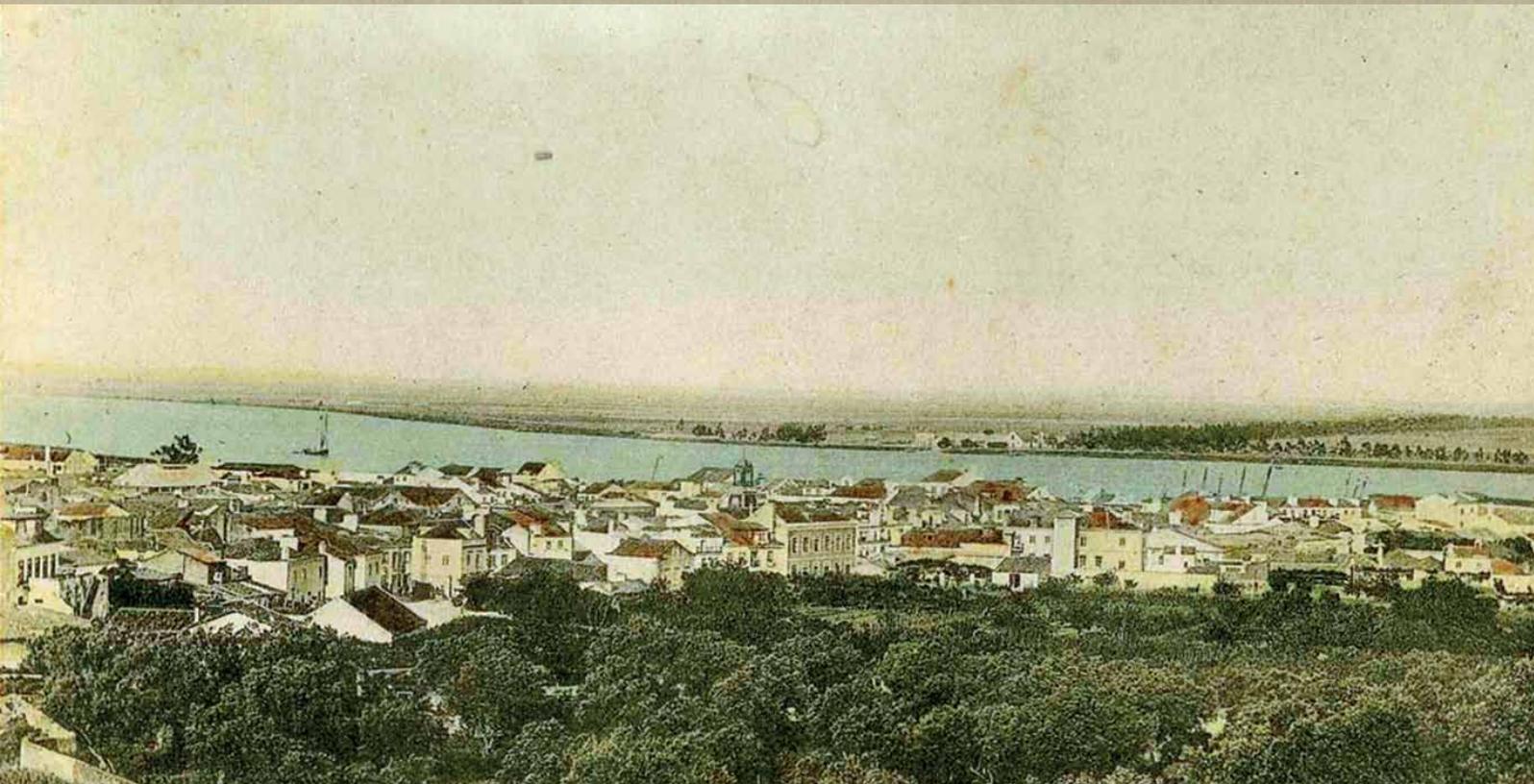


CIRA

BOLETIM CULTURAL 12
(2014-2015)

Percursos Do Património e da História



CIRA
BOLETIM CULTURAL 12
(2014-2015)

Percursos
Do Património
e da História

Ficha técnica

Propriedade

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Pelouro da Cultura

Vice-Presidente - Fernando Paulo Ferreira

Departamento de Educação e Cultura

Direção - Fátima Faria Roque

Divisão de Cultura Turismo Património e Museus

Museu Municipal – Núcleo de Alverca (MM-NA)

Edição

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Museu Municipal - NA

www.cmvfxira.pt

Coordenação geral

Fátima Faria Roque

Coordenação da edição

Graça Soares Nunes

Textos

David Silva, Graça Soares Nunes, João Miguel Salgado, Maria Adelaide Ferreira,
Maria Paula Carvalho, Nuno J. C. Campos, Osvaldo Pires, Paulo Silva, Rute Ramos

Design e paginação

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira-DIMRP- Carla Félix

Edição CD ROM

100 exemplares

Data da edição

Maio de 2015

Os artigos são da inteira responsabilidade dos autores

ISSN 2183-4679



Índice

Apresentação

Presidente da Câmara Municipal

Alberto Mesquita P 05

1. SALVAGUARDA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Muralha do Castelo de Alverca na Memória Coletiva Local – aspetos de conservação e restauro

Miguel Salgado P 07

O projeto Geocaching no concelho de Vila Franca de Xira

Maria Adelaide Ferreira e Osvaldo Pires P 05

2. DA ÉPOCA MEDIEVAL AO PERÍODO MODERNO

A beneficência em Alverca e os hospitais na Idade Média

Rute Ramos P 05

A heráldica carmelita

Nuno Campos P 05

A “CORNAGA” DE VILA FRANCA. Algumas notas em torno de um suposto mito fundacional

David Silva P 05

D. António de Ataíde (1500-1563), 1º Conde da Castanheira – Vida e Obra

Paulo Silva P 05

Etapas, setores e empresários do desenvolvimento industrial no Estuário do Tejo (1850-1890)

Graça Soares Nunes P 05

A vinha da Quinta Municipal de Suberra através dos tempos

Maria Paula Carvalho P 05

APRESENTAÇÃO

A publicação periódica **Boletim Cultural Cira 12** procura dar a conhecer ao público em geral e à comunidade científica, a investigação desenvolvida em torno das temáticas da história e património da região de Vila Franca de Xira, promovidas e desenvolvidas por colaboradores do município e, também, por investigadores externos.

A primeira edição desta revista data de 1986, havendo alguns números temáticos: o nº 7, dedicado ao antigo concelho de Povos; o nº 8, às Quintas de Recreio e Agrícolas do Concelho de Vila Franca de Xira e o nº 9, dedicado ao Projeto Sócrates - Museus, mediadores e educação de adultos, tendo sido cofinanciado pelo antigo Instituto Português de Museus, atual Direção Geral de Património Cultural (DGPC) /Rede Portuguesa de Museus.

O n.º 12 que agora se apresenta usufrui da pesquisa desenvolvida em torno do programa Tardes de Conversa, que decorre no Núcleo de Alverca do Museu Municipal desde 2008, também com a colaboração de investigadores externos, com o tema: Percursos Do Património e da História.

Nesta edição apresentamos um conjunto de trabalhos académicos e técnicos especializados, divididos em dois temas: A salvaguarda e educação patrimonial e Da época medieval ao período moderno.

O primeiro painel integra um conjunto de artigos sobre estudos de caso sobre património e as boas práticas de preservação, conhecimento e divulgação. No segundo expomos um conjunto de artigos de carácter histórico que vão desde o período medieval até ao período moderno.

A **Cira 12** é a segunda edição digital, que será também disponibilizada nos sítios Web do município e em CD-ROM.

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Alberto Mesquita



1 SALVAGUARDA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



A Muralha do Castelo de Alverca na Memória Coletiva Local – Aspetos de Conservação e Restauro.

João Miguel Salgado¹

Resumo - Tendo em conta aquilo que se sabe sobre o antigo castelo de Alverca e a importância deste na memória coletiva da população da cidade, defende-se a conservação dos vestígios das muralhas ainda existentes e a valorização da área urbana antiga no alto de Alverca. É feita a descrição e o diagnóstico do estado de conservação das estruturas, bem como uma proposta fundamentada de intervenção de conservação e restauro.

Palavras-chave: Conservação e Restauro, argamassas, salvaguarda e reabilitação do património edificado.

Do castelo de Alverca do Ribatejo resta-nos a noção romântica de uma estrutura militar da época medieval com muralhas a envolver todo o aglomerado urbano no alto do morro. A memória coletiva da maioria dos alverquenses, nativos ou adotivos, aproxima-se certamente desta imagem. Se passearmos pelo alto do monte onde outrora se impunha o castelo, verificamos a excelente vista panorâmica do horizonte quer a Sul sobre as lezírias e o estuário do Tejo quer a Norte sobre toda a vertente dos montes da serra da Aguieira. Assim, havendo a necessidade de construir uma estrutura militar nas proximidades, vemos que seria aqui o local perfeito.

Na verdade, os vestígios que ainda hoje testemunham a sua existência, permitem-nos imaginar essa estrutura em blocos de pedra que protegia a povoação de possíveis invasores. Os dois panos de muralha com o seu cunhal em grandes pedras aparelhadas de calcário e um pequeno vestígio de uma estrutura de pedra semelhante, este mais para o lado Oeste, no entroncamento da Rua do Outeiro na Rua do Moinho, permitem-nos conjecturar o percurso da antiga muralha do castelo (ver fotos 1, 2 e 3). A antiga documentação que se conhece evocando o Castelo² não nos permite avançar muito mais no que diz respeito à sua configuração original.

¹ Técnico Superior de Conservação e Restauro na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Especialista em Conservação e Restauro de Pintura pela Escola Superior de Conservação e Restauro de Lisboa e licenciado em Conservação e Restauro no Instituto Politécnico de Tomar.

² Fragmentos de Alverca: História e Património, Setembro de 2009, págs. 35 e 36.



Fig.1 - Vista dos vestígios da muralha no local onde o castelo se erguia. Foto – Miguel Salgado, 2014.



Fig.2 - Pequeno vestígio do que resta de uma estrutura em pedra muito semelhante à construção das muralhas do castelo. Situado no entroncamento da Rua do Outeiro com a Rua do Moinho. Foto – Miguel Salgado, 2014.

zona se possam identificar com clareza as casas com interesse urbanístico, arquitetural e cultural (ver foto 6). De acordo com este estudo, muitas das casas desta zona são consideradas como de Valor Testemunho e Imóveis de Acompanhamento. No entanto por se tratar de pequenas casas de construção popular sem grandes condições de habitabilidade e cujo valor comercial é desprezível, estão votadas ao abandono. Atendendo ao contexto do conjunto urbanístico, estas casas caracterizam os pequenos Largos inseridos na presumida área antiga entre muralhas, como é o caso do Largo do Outeiro bem como a própria Rua do Outeiro. Neste sentido, penso que não é justa a afirmação de que do Castelo de Alverca só nos resta a toponímia, sendo certo que ainda subsiste matéria para preservar e através dela salvaguardar todo o Centro Histórico de Alverca, permitindo-nos a compreensão histórica e cultural deste espaço.

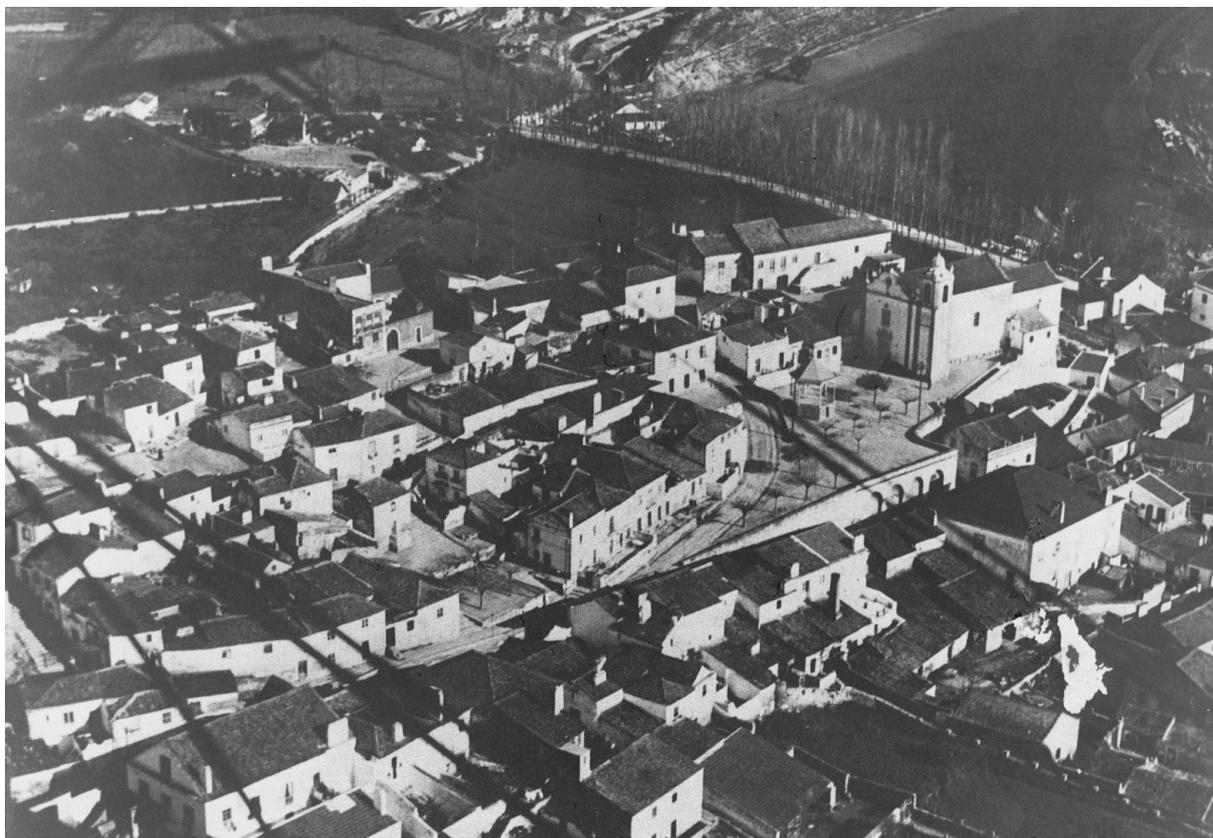


Fig.4 - Vista aérea da zona antiga de Alverca. No lado direito superior da imagem, observa-se a Igreja de São Pedro e mais em cima o aglomerado de casas construídas sobre as fundações do Castelo. Foto MMVFX.

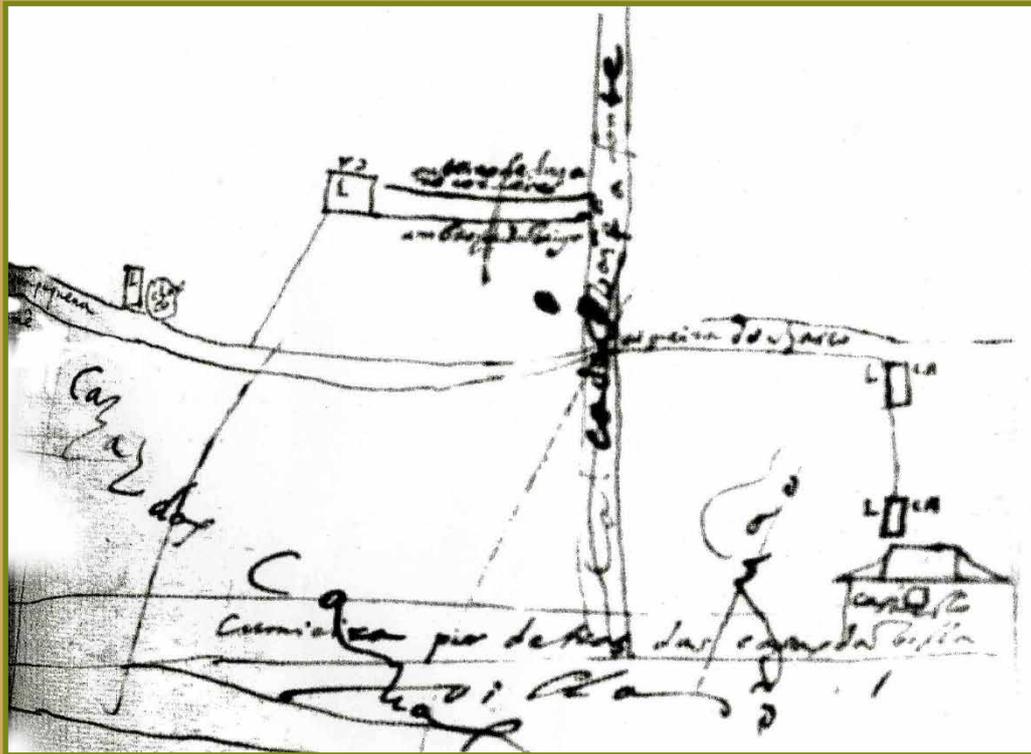


Fig.5 - Pormenor do antigo desenho que representa o Castelo com a forma de uma casa (canto inferior direito) e o traçado geométrico das ruas que lhe dão serventia. Foto - AN/TT. Núcleo Antigo, Tombos e Demarcações, Cx.271 Liv.25 (Parte. III) -1590.

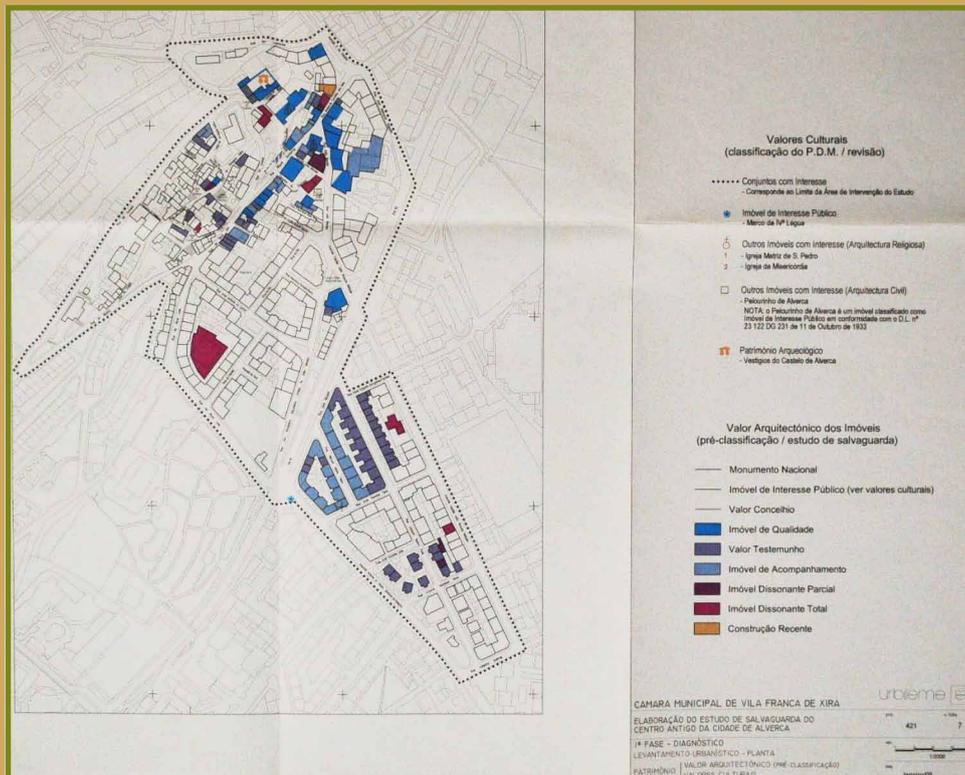


Fig.6 - Mapa demonstrativo do levantamento e classificação dos edifícios existentes, *Estudo de Salvaguarda do Centro Antigo da Cidade de Alverca* (URBLEME, 2005).

Considerando a forte presença destas estruturas na memória coletiva das pessoas de Alverca, que lhes confere valor patrimonial, e sabendo do seu mau estado de conservação, que se evidencia nas fotografias aqui apresentadas, julgo que é indispensável promover uma intervenção de conservação que restabeleça a coesão das estruturas e minimize a erosão futura destas. A metodologia da intervenção deverá respeitar as técnicas e os materiais que compõem os vestígios das muralhas, salvaguardado a sua integridade e, simultaneamente, favorecer a leitura visual destas estruturas, evidenciando todas as características que chegaram à atualidade. Os materiais já aplicados nas várias intervenções anteriores, quando tenham importância estrutural, deverão ser mantidos⁶, sendo necessário melhorar alguns aspetos estéticos para estabelecer uma leitura do conjunto o mais homogénea possível. Torna-se assim evidente que para a valorização de toda a área envolvente é essencial a colaboração das entidades particulares que habitam ou têm propriedades nas imediações dos elementos patrimoniais (ver fotos 7, 8 e 9).



Fig.7 - Aspeto da área envolvente, que carece ser beneficiada. Foto-Miguel Salgado,2014.

⁶ Excetuando as aplicações de cimento tipo Portland que deverão ser removidas se se reunirem as necessárias condições técnicas para a execução dos trabalhos.



Fig.8 - Aspeto da área envolvente, que carece ser beneficiada. Foto-Miguel Salgado,2014.



Fig.9 - Aspeto da área envolvente, que carece ser beneficiada. Foto-Miguel Salgado,2014.

A intervenção de conservação que se propõe está de acordo com os princípios éticos exigíveis a qualquer intervenção em objetos culturais. Muito resumidamente, os materiais aplicados deverão ser reversíveis e compatíveis com os materiais constituintes, e a intervenção deverá ser mínima, tendo como objetivo primeiro a consolidação dos materiais existentes e a manutenção da integridade do objeto. Neste sentido, o acompanhamento da obra por um técnico de conservação e restauro será indispensável, uma vez que poderá ser necessário alterar metodologias ou procedimentos no decurso dos trabalhos.

A área da muralha a intervencionar é essencialmente composta por duas grandes paredes, uma virada a Este e outra a Norte, esta visível nas fotos abaixo (ver fotos 10 e 11). A superfície das muralhas aproxima-se dos 1000m.² Mais a Oeste, pode observar-se também o vestígio de uma estrutura em pedra de construção muito semelhante à da muralha: trata-se do cunhal que remata duas paredes que sustentam uma casa mais recente. Na parede virada para a rua, surge um friso que poderia ser o arranque para uma estreita varanda (ver foto 12).



Fig.10 - Vista panorâmica a partir da Rua dos Lavadouros-Alverca. Foto-Miguel Salgado,2014.



Fig.11 - Vista panorâmica a partir da Rua 9 de agosto de 1990. Foto-Miguel Salgado,2014.



Fig.12 - Vestígio da muralha do Castelo que se encontra mais Oeste. Foto-Miguel Salgado, 2014.

A partir de uma breve observação no local foi possível diagnosticar o estado de degradação avançado que a muralha apresenta. Encontram-se grandes áreas com ausência de blocos de pedra, e as juntas entre os blocos, incluindo os do cunhal, encontram-se abertas. Os rebocos ainda existentes apresentam um grau elevado de colonização biológica e grandes áreas de argamassa em desagregação.

O envelhecimento das argamassas origina inicialmente a perda de adesão e de coesão provocando a queda do reboco (ver foto 13). Ao ficar a nu e desprotegida, a pedra fica também ela sujeita à ação da erosão, tanto pelo vento como pelas águas pluviais. O contínuo processo de erosão vai gradualmente contribuindo para a instabilidade estrutural da muralha. Inicialmente verifica-se o desgaste da argamassa das juntas, que vai progredindo e retirando aos blocos de pedra a sustentação, originando a sua queda e provocando assim depressões na parede. Estas irregularidades na superfície permitem a progressão da erosão de forma mais acentuada. Este processo constante determinou a perda total da parede da muralha e um forte desgaste no único cunhal visível. A presença de vegetação (plantas superiores) quer nos planos horizontais quer nos intervalos dos blocos de pedra ao longo da parede favorece a desagregação das argamassas, tornando-as mais vulneráveis à erosão climática (ver foto 14). Os blocos de pedra apresentam, de uma forma geral, um desgaste acentuado, manifestando processos de esfoliação e de alveolização nas faces visíveis. Este desgaste é o responsável pelo formato arredondado e superfícies com orifícios que os blocos apresentam (ver foto 15).

A muralha encontra-se bastante alterada pelas sucessivas intervenções anteriores de consolidação da parede. A aplicação de pedra diferente da original e de tijolo, bem como de argamassas de cimento tipo *Portland* ou argamassas de cal de coloração diferente da aplicada na sua construção, desfavorece o conjunto, descaracterizando o aspeto original da muralha (ver foto 16 e 17). No lado direito da muralha, onde surgem edificações no plano superior, verifica-se a aplicação de reboco em toda a área da parede, com grandes interrupções e perdas de material. Mais à direita, no plano inferior, encontram-se pequenas construções recentes com blocos de material comentício visível. No lado oposto existe um muro, constituído por vários materiais, que assenta sobre a rocha (ver foto 18 e 19). As paredes das pequenas construções recentes deverão ser contempladas com a aplicação de reboco de cal hidráulica e caiadas de forma a dissimular-se no conjunto.



Fig.13 - Pormenor da muralha onde é visível a ausência de juntas entre os blocos de pedra, a perda de material devido à erosão e a presença de colonização biológica. Foto-Miguel Salgado, 2014.



Fig.14 - Aspeto da muralha onde se observa o crescimento de plantas infestantes de porte superior e colonização biológica nos rebocos. Foto-Miguel Salgado, 2014.



Fig.15 - Neste pormenor da muralha a ação da erosão manifesta-se quer na perda de material quer nos processos de esfoliação e de alveolização da superfície das pedras. Foto-Miguel Salgado, 2014.



Fig.16 - Uma intervenção antiga que não respeitou as características da construção da muralha mas estabeleceu a sustentabilidade suficiente para evitar a derrocada do elemento superior que sugere o arranque de um pavimento. Foto-Miguel Salgado, 2014.



Fig.17 - Aspetto desordenado da superfície da muralha onde se observa uma grande intervenção de consolidação do muro sem respeitar a tipologia de construção existente. Foram aplicadas pedras diferentes e foi usado cimento tipo *Portland* para preencher vazios na parede. Foto-Miguel Salgado, 2014.



Fig.18 e Fig.19 - Edificações no plano superior da muralha e pequenas construções recentes. Observam-se grandes áreas de lacunas no reboco existente. Foto-Miguel Salgado, 2014.

A execução do trabalho deverá passar sucessivamente por ações de desinfestação das colónias biológicas e plantas superiores, ações de limpeza e remoção de matéria orgânica nas juntas dos blocos de pedra e planos horizontais com depósitos, lavagem dos rebocos existentes e preenchimento de todas as juntas e lacunas de reboco com argamassa de cal e areia. A intervenção proposta pode ser sistematizada resumidamente na seguinte sequência de operações:⁷

- a) Aplicação de biocida por aspersão, em toda a área de parede existente com e sem reboco, e aplicação de herbicida sobre as plantas infestantes. Esta operação deve ser repetida uma semana depois, seguindo-se um período de secagem de quinze dias. É essencial que se proceda a esta operação com tempo seco e vento fraco. Nesta fase a acessibilidade poderia ser assegurada sem se recorrer à montagem de andaimes.
- b) Abertura de roços no pavimento térreo ao longo da muralha para escoamento controlado de águas utilizadas na limpeza e montagem de andaimes de acordo com a legislação em vigor.
- c) Remoção de rebocos apodrecidos e limpeza manual de rebocos e das superfícies de pedra com escovas de pelo macio e médio, e com água corrente em abundância. Remoção de plantas e matéria orgânica acumulada com passagem final de água.
- d) Remoção de elementos metálicos, canos e cimentos que não têm funcionalidade.
- e) Aplicação de argamassa de cal e areia nas juntas de pedra e lacunas de reboco após testes de constituição do traço da argamassa e testes colorimétricos, para aproximação do traço da argamassa de tratamento à argamassa predominante existente na muralha. Capeamento dos muros da muralha.
- f) Aplicação de argamassa de cal hidráulica convencional nas edificações recentes, nas paredes viradas ao observador.⁸
- g) Aplicação com pincel de água de cal nos rebocos envelhecidos (como consolidante) e caiação geral. Operação a executar com os rebocos secos e de forma controlada para não sujar a superfície das pedras abaixo.
- h) Capeamento do muro que se prolonga pelo lado esquerdo da muralha; beneficiação do piso adjacente à muralha e substituição de cercas de limite de propriedade.⁹

Após a execução dos trabalhos deverá ser estabelecido um plano de manutenção do espaço que integre a aplicação de biocida e de herbicida anualmente quer diretamente nos elementos constituintes da muralha quer nas áreas ajardinadas e zonas de lazer envolventes a criar, bem como o desenvolvimento de um projeto de iluminação na área de forma a evidenciar as muralhas no contexto urbano atual.

7 Esta proposta de intervenção foi apresentada num documento interno do Departamento de Educação e Cultura da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira no ano de 2013, após solicitação da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo.

8 O envolvimento dos proprietários das edificações e terrenos da área envolvente é essencial para levar a cabo os trabalhos.

9 Idem

Um aspecto da conservação e restauro das muralhas que levanta alguma polémica é a aplicação de reboco na íntegra nos panos da muralha. Do ponto de vista da conservação do património cultural existem duas situações em que se pode defender a necessidade de aplicar o reboco em toda a superfície das paredes. A primeira verifica-se quando a observação efetuado no local evidencia ser esse o acabamento original da superfície da parede. Dado o estado de conservação das argamassas desta muralha, não se podem fazer observações conclusivas. Uma segunda situação decorre do reconhecimento atual de que os rebocos eram efetivamente utilizados como forma de proteção à construção, como se de uma pele se tratasse. Sabe-se ainda que a tipologia das muralhas sem reboco consiste em blocos de pedra aparelhada e aplicada de forma desencontrada criando uma malha ordenada formando linhas oblíquas onde a presença de argamassa é mínima. O mesmo não se passa quando está prevista a aplicação de rebocos como forma de união e proteção da alvenaria aplicada. Neste último caso, as pedras utilizadas não são uniformemente aparelhadas, estas são colocadas de forma mais desordenada e a presença de argamassa e pequenas pedras para preenchimentos de espaços vazios é preponderante (ver foto 20 e 21). No caso específico das muralhas de Alverca observa-se que apenas o cunhal do troço maior se assemelha às características do primeiro exemplo. Atendendo ao gosto romântico e à memória coletiva, onde a aparência das muralhas deve incluir as pedras visíveis, poder-se-ia assumir um compromisso deixando as pedras do cunhal à vista. Esta questão exige um tempo de reflexão por parte de todos nós.

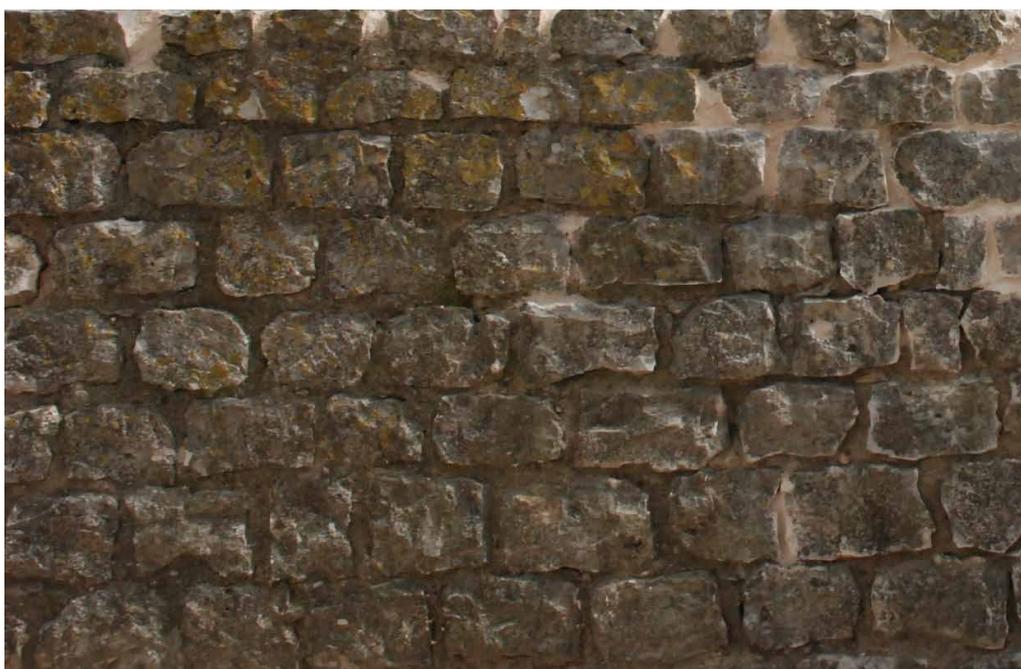


Fig.20 - Observa-se os blocos de pedra geometricamente aparelhados e aplicados ordenadamente desencontrados. Foto-Miguel Salgado, 2014.



Fig.21 - Observa-se a aplicação desordenada dos blocos de pedra sugerindo que a intenção seria rebocar a parede na íntegra. Foto-Miguel Salgado, 2014.

Bibliografia de referência

Estudo de Salvaguarda do Centro Antigo da Cidade de Alverca, 1ª Fase - Diagnóstico, URBILEME, janeiro de 2005 (Texto Policopiado).

FERREIRA, Anabela, *Fragmentos de Alverca: História e Património*, Ed. Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo, Setembro de 2009.

PIMENTA, João e MENDES, Henrique, *Relatório da escavação e acompanhamento arqueológico no Castelo de Alverca do Ribatejo* (Vila Franca de Xira), Município de Vila Franca de Xira, Divisão de Património e Museus, janeiro de 2006 (Texto Policopiado).

PARREIRA, Rui, «Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira - Notícia da parcela», *Boletim Cultural* 3, Ed. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1987/8, pág. 95.

O Projeto *Geocaching* no Concelho de Vila Franca de Xira e a Educação Patrimonial

Maria Adelaide Ferreira¹ Osvaldo Pires²

Resumo- O *Geocaching* é um jogo (atividade lúdica) mundial com origem nos Estados Unidos da América, praticado por entusiastas da aventura e adrenalina, equipados com aparelhos de *GPS* (*Global Positioning System*) que seguem os pares de coordenadas geográficas para o posicionamento final da cache ou «tesouro». Cada participante (*geocacher*), enquanto descobridor, procura as caches escondidas por outros *geocachers*, e que podem ser localizadas/encontradas através de pares de coordenadas geográficas disponibilizadas na página da Internet em: www.geocaching.com.

O Projeto *Geocaching* em Vila Franca de Xira foi lançado em 2012, no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, 18 de abril, tomando como ponto de partida a dimensão internacional e as práticas locais, bem como as novas abordagens perante os novos desafios que vão surgindo para a prática da salvaguarda e divulgação do património.

O *Geocaching*, iniciado pelo Setor de Património do Museu Municipal em parceria com o Agrupamento de Escuteiros de Alhandra (CNE), visa a sensibilização dos públicos adeptos desta atividade, para a preservação ambiental e patrimonial do território concelhio.

Palavras-chave: **Jogo, Terra, Aventura, Adrenalina, Desporto.**

Nota Introdutória

A prática do *Geocaching*³ surgiu no ano 2000 nos Estados Unidos da América, pela mão de *Dave Ulmer*. Em Portugal temos a referência do primeiro registo em junho de 2001. A atividade só se tornou possível devido ao fim da imposição da degradação do sinal do sistema GPS denominado *Selective Avail*, em 1 de maio do mesmo ano. *Dave Ulmer* colocou a primeira cache a 3 de maio de 2000, anunciando a sua localização no *newsgroup sci.geo.satellite-nav*. A cache foi registada uma vez e encontrada duas vezes no espaço de três dias.

1 Licenciada em História e Pós-graduada em Património em Projetos Culturais pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Técnica Superior de História no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. adelaide.cruz@cm-vfxira.pt

2 Representante do Agrupamento de Escuteiros de Alhandra (CNE). locpires@gmail.com

3 *Geocaching* – Atividade praticada ao ar livre.

O *Geocaching* tornou-se assim popular, a custos reduzidos para os seus seguidores e amigos das práticas de lazer ao ar livre. Esta atividade lúdica veio a obter um significativo crescimento em todo o mundo, conquistando cada vez mais adeptos, oferecendo uma oportunidade de conhecer gente nova e novos lugares. Em janeiro de 2015 esta atividade contava já com 2.546.279 *caches* ativas e com mais de 6 milhões de *geocachers* em todo o Mundo. Portugal registava 31.994 *geocaches* ativas e registadas no *site*, representando cerca de 1.3% das *caches* existentes no Mundo.⁴

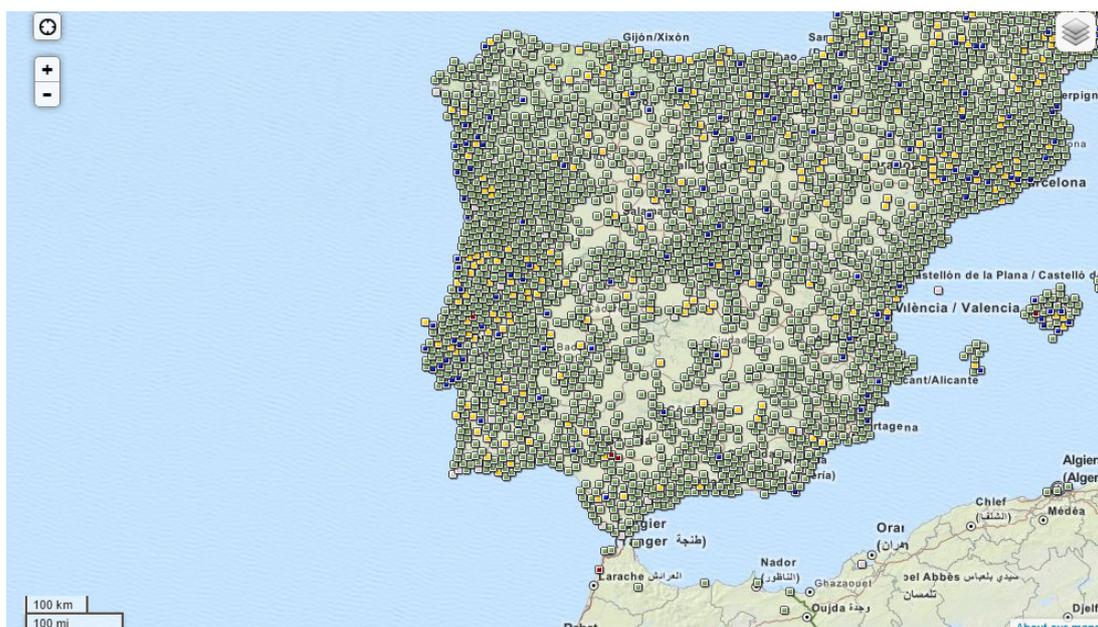


Fig. 1- Caches distribuídas por Portugal continental.

O que é o *Geocaching*?

Geocaching é uma caça ao tesouro dos tempos modernos. Esta atividade ao ar livre tem várias interpretações na sua classificação, inclusivamente entre os próprios *geocachers*: desporto; caça; jogo; atividade; versão *hi-tech* da velhinha caça ao tesouro; ou tão-somente pretexto para dar uns passeios ao ar livre, usufruindo da natureza na sua plenitude.

A verdade é que a prática do *geocaching* pode obrigar a um esforço físico com algum grau de dificuldade, dependente da localização da cache escondida, podendo também exigir equipamento especial, tal como material técnico de escalada ou de mergulho. Ainda assim, não deixa de ser acessível a todos aqueles que queiram desfrutar de um belo passeio e conhecer novos locais com características únicas, como por exemplo: os parques públicos, monumentos, cidades, pequenos lugares, altas montanhas, ou mesmo os desertos longínquos.

4 Estes dados podem ser vistos em www.geocaching.com.

Geocaches

Uma *geocache* ou simplesmente *cache*, consiste numa caixa hermeticamente fechada e à prova de água, onde está escondido um pequeno «prémio», que é ocultado por um *geocacher* para que outros *geocachers* o possam encontrar através das coordenadas geográficas que estão publicadas numa página da Internet em: www.geocaching.com. Apesar de as *caches* conterem pequenos objetos ou brinquedos, para recompensar quem a encontrou (que deverá colocar algo para troca), muitas vezes o maior prémio é a busca em si e o facto de, desta forma, ter a oportunidade de conhecer um local onde nunca se tinha estado antes.

As geocaches têm uma escala de classificação que vai de 1 a 5, consoante o seu nível de dificuldade, ou seja o esforço necessário que um geocacher tem para encontrar a cache e também de 1 a 5 conforme a complexidade do terreno e do acesso ao local específico. O grau de dificuldade é assim diversificado. Existem caches escondidas em parques públicos de fácil acesso, mas podem existir outras de uma grande complexidade, que requerem do praticante uma boa preparação física quando este almeja procurar o seu «tesouro» numa montanha, ou ilha ou mesmo nas profundezas de um oceano.⁵ Cabe a cada um, decidir o tipo de cache que mais se adequa a seu estilo e condição física. Para encontrar uma cache com a ajuda do GPS pode despende apenas 3 a 5 minutos, ou demorar várias horas ou vários dias, dependendo sempre da escolha do geocacher.

Tipos de Caches

As geocaches podem estar escondidas em qualquer local, tanto podem estar perto da área de residência, submersas ou simplesmente numa rua da cidade. As caches implementadas no terreno têm sempre de atender à circunstância de distarem entre si, obrigatoriamente, mais de 161 metros. Cada participante (geocacher) procura a cache escondida e dispersa através de pares de coordenadas geográficas disponibilizadas na Internet. Existem diversos tipos de caches, sendo a mais comum a chamada «Cache tradicional». Neste tipo de cache, o geocacher (owner)⁶ coloca um livro de registos, caneta ou lápis e uns pequenos brindes numa caixa hermeticamente fechada, à prova de água. Depois de anotadas as coordenadas da cache e em conjunto com outras informações sobre o local do esconderijo, estas são publicadas, podendo ser vistas no Site internacional do Geocaching - www.geocaching.com. Os geocachers – descobridores – leem as coordenadas no sítio da internet e, com os

5 A geocache mais profunda está localizada 2300m abaixo do nível do mar – pesquisa efetuada por Ricardo Oliveira do Banco de Voluntariado da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

6 Owner (dono)- Pessoa que coloca a cache no terreno.

recetores (GPS), procuram a cache e quando esta é encontrada, registam o achado na respetiva página, ficando ao critério de cada geocachers retirar ou colocar objetos na cache. Contudo, por norma, cada jogador troca objetos de pequeno valor, de modo a haver sempre qualquer recordação para trazer.

É possível encontrar em algumas caches o que se denomina de travel bugs ou geocoins, ou seja, objetos que são movimentados de cache em cache, e cujos percursos são registados *online*.

Podemos também encontrar outros tipos de *caches*:

Micro-cache – pequena caixa onde quase só cabe o livro de registos – as mais usuais são caixas de rolo fotográfico de 35 mm;

Multi-cache - Este tipo de *geocache* envolve duas ou mais localizações distintas. A primeira possui as coordenadas da seguinte e assim sucessivamente até se encontrar a *geocache* final;

Cache - mistério - Este tipo de *geocache* envolve a descodificação de enigmas ou de puzzles. Estes deverão ser desvendados para que os praticantes obtenham as coordenadas finais da *geocache* principal;

Cache – evento – Um evento de *geocaching* pode ser organizada por *geocachers* locais, ou associações de *geocachers*, com o intuito de promover o convívio e estreitar laços de amizade entre todos os elementos da comunidade. A localização do evento é fornecida pelas coordenadas publicadas;

Cache – virtual – As caixas virtuais consistem na descoberta de um local bonito ou interessante ao invés de um recipiente. Os requisitos para registar uma *cache* virtual podem ser diversificados, podendo ter uma ou mais perguntas sobre a sua localização.

Eartcache – É também um tipo de *cache* onde não se tem um recipiente físico. Uma *Earthcache* é um lugar especial que as pessoas podem visitar para aprenderem mais sobre a ciência e os fenómenos naturais do nosso planeta. As páginas das *Earthcaches* incluem um conjunto de explicações, juntamente com as coordenadas do local a visitar. Ao visitarmos as *Earthcaches* podemos observar como o planeta foi formado por processos geológicos ao longo dos anos, ou lidarmos com os recursos naturais. Em geral é um local onde os cientistas conseguem reunir informações sobre a formação da Terra.

Eventos

A comunidade de geocachers é cada vez maior em todo o mundo, inclusive em Portugal, mas além do desafio da busca de pequenos tesouros, esta comunidade gosta de se juntar para confraternizar em eventos. Estes visam de uma forma geral, a prática de uma atividade física ou são apenas encontros (meetup) para troca de experiências e histórias passadas muitas vezes num picnic, caminhada ao ar livre, ou ainda fazendo Cache in Trash Out (CITO).⁷

Este evento consiste na remoção do lixo das áreas onde se pratica geocaching, bem como a remoção de espécies vegetais invasoras e tentativa de reflorestação ou construção de trilhos. Esta é uma das características que diferencia o geocaching de outras atividades, o esforço e o empenho que os seus praticantes dedicam à limpeza de parques ou praias no sentido de preservar a natureza, com o intuito de criar uma consciência ambientalista. É usual a realização de eventos CITO, listados em <http://www.cacheintrashout.com/> e que envolvem milhares de geocachers em todo o mundo, limpando uma determinada área em particular.

Pequenos e diversos eventos realizam-se por todo lado e diversas vezes ao ano, podendo ocorrer anualmente os chamados Mega Eventos. Estes são organizados com vários meses de antecedência, contando muitas vezes com mais de 500 participantes durante vários dias.

Regras Básicas

Para a prática do Geocaching basta ter acesso à internet, um GPS e vontade de sair do conforto do sofá partindo à aventura. No entanto, tal como para muitas das práticas ao ar livre, esta atividade também carece de algumas regras básicas para que decorra sem precalços.

- É importante que o equipamento, acessórios e mantimentos sejam adequados, de acordo com o tipo de «caçada» que se vai realizar.
- É fundamental evitar ir sozinho. Esta atividade, para além de ser mais divertida e gratificante ao fazer-se acompanhada, por permitir a troca de experiências, reforça igualmente a segurança dos geocachers.
- É importante que os *geocachers* tenham consigo mapas da zona, pois o GPS indica qual a direção a seguir para se chegar à cache, mas não contempla as informações sobre eventuais obstáculos que possam existir no caminho, tais como vegetação densa, cursos de água ou variações bruscas e acentuadas do terreno.

⁷ Cache in Trash Out (Cito) - Encontros de geocachers que incidem sobre a limpeza de lixo, remoção de espécies invasoras, esforços de reflorestação ou a construção de trilhos.

- É essencial que o praticante leve consigo um reservatório com água potável; para além de ser uma bebida insubstituível, pode também ser útil para limpar pequenas feridas no caso de haver ligeiros acidentes.
- É indispensável ler com atenção a informação disponibilizada na página da Internet acerca da cache que se vai visitar. Há que ter em conta todas as dicas referentes à cache, seja aos registos anteriores, seja aos coeficientes de dificuldade e terreno anunciados e os requisitos a que esta obriga. Evita-se assim, surpresas desagradáveis.
- Por vezes o geocacher (descobridor) pode ter a tentação de alterar o esconderijo da cache. É obrigatório deixar tudo exatamente como encontrou. Só deste modo o próximo geocacher usufruirá da procura tal como foi idealizada pelo seu owner. Este estará aberto a sugestões que possam melhorar o esconderijo, podendo ser feitas no seu registo de visita ou através do site.
- Os pequenos brindes colocados na cache devem respeitar sempre uma das regras fundamentais do geocaching, que é de nunca deixar qualquer tipo de comida dentro do recipiente, por se tornar um alvo fácil para os animais que a poderão destruir. O não cumprimento desta norma pode ditar o fim de uma cache. As lembranças poderão ser desde uma simples borracha, um PIN, lápis, baralho de cartas, porta-chaves, etc.
- Depois de encontrar a cache é importante que todos os geocachers assinem o logbook, colocando a sua identificação, data, e se for possível, escrever breves palavras sobre o tesouro encontrado.⁸ Há quem utilize carimbos ou autocolantes personalizados. Ao levar a lembrança que se encontra na cache todo o geocacher deverá deixar outra de igual ou maior valor.
- De volta a casa, o geocacher deverá partilhar as suas impressões sobre a descoberta do dia. Para tal, deverá aceder à página da cache que se encontra em www.geocaching.com, ir à opção *log your visit*, fazendo um dos seguintes registos:

Found it - Quando se encontrou a cache tal como planeado.

- **Didn't find it** – Quando não se encontrou a cache, sendo que este tipo de registo é importante, porque servirá para o dono da *cache* ter a perceção da «boa saúde» da mesma. Se houver diversos *geocachers* a registar que não encontram a *cache*, pode ser que tenha sido vandalizada, havendo então necessidade de a repor.

Attended it – Quando o *geocacher* participou num evento.

8

Se for uma micro cache, nem sempre é possível deixar muito mais escrito para além do nome e data, por ser exíguo o tamanho do logbook.

Needs maintenance – Se a *cache* está a precisar de manutenção, que tanto pode ser a necessidade de um *logbook* novo, de um lápis ou se o *container* se encontra em más condições.

Needs archived – Por vezes o *geocacher* pode sugerir que a *cache* seja eliminada. A decisão de arquivar a *cache* é uma opção radical que apenas poderá ser efetuada pelo dono da mesma, ou por um dos voluntários que gerem o *website*.

Muitos *geocachers* relatam comentários bem-humorados, colocando fotografias da aventura, tomando contudo as precauções necessárias para não desvendar os segredos da *cache* visitada, para que todos os outros visitantes possam usufruir do prazer da procura e dos aliciantes da caça ao tesouro.

Objetivos do Geocaching Concelhio

Tomando como ponto de partida a dimensão internacional e as práticas locais, bem como as abordagens perante os novos desafios que surgem todos os dias, a prática do **Geocaching** pode ser uma boa aliada na salvaguarda e divulgação do nosso Património. Esta atividade foi iniciada em 2012 pelo Setor de Património do Museu Municipal, em articulação com o Agrupamento de Escuteiros de Alhandra (CNE),⁹ no «Dia Internacional dos Monumentos e Sítios», 18 de abril, subordinado ao tema «Do Património Mundial ao Património Local: Proteger e Gerir a Mudança».(Fig. 2 e 3).



Fig. 2- Envoltório do Centro Interpretativo do Forte da Casa.

Dentro do espírito das Comemorações desse dia, o Município de Vila Franca de Xira tinha como objetivo primordial demonstrar a capacidade de utilização das inovações tecnológicas das últimas décadas na educação patrimonial, com o papel que estas desempenham na difusão da informação, possibilitando uma tomada de consciência

ambientalista e a necessidade de preservar o património local, bem como a sua salvaguarda, divulgação e valorização, acentuando os esforços que requerem a sua proteção e conservação.

A vulnerabilidade e a necessidade de conceder uma atenção contínua ao património em geral, em particular ao concelho, estiveram também presentes na génese do projeto *Geocaching*. Promover o Património e a História do concelho de uma forma didática mas simultaneamente divertida, foi também uma das necessidades deste projeto. Não esquecendo que a diversidade do nosso Concelho deve ser conhecida e usufruída por todos aqueles que nos visitam, mas também por aqueles que vivem neste território para que o sintam cada vez mais como sendo seu e algo em que vale a pena apostar e acreditar.

Criar situações de aprendizagem e de educação patrimonial dos diversos públicos, nomeadamente os aderentes à atividade do Geocaching, é fulcral, uma vez que a preservação ambiental e patrimonial está no ADN dos geocachers, com os seus bem-sucedidos *meetup's* e a realização dos eventos específicos para a remoção do lixo de áreas a proteger, os famosos *CITO*.



Fig. 3 - Alunos do Agrupamento do Forte da Casa no 18 abril de 2012.

A partilha de experiências, o gosto pela aventura, assim como a descoberta de locais com interesse histórico-patrimonial são uma constante do nosso *geocaching* concelho.



Fig. 4 - O Geocaching e a Educação Patrimonial.

Os relatos dos amantes desta caça ao tesouro assim o divulgam e o promovem nos seus comentários *online*. As *caches* estão localizadas em locais ricos em memórias e pontos históricos do nosso concelho (Fig.5). Exemplo disso são as *caches* instaladas no Observatório de Paisagem do Monumento a Hercules, no Cais de Povos, no Parque de Santa Sofia, na Fábrica das Palavras, etc.

O cidadão comum que está divorciado da arte e da ciência e não encontra, por vezes, nos espaços museológicos uma resposta para as suas interrogações. O *Geocaching* Concelhio, com novos espaços de animação/educação, pretende também, de modo informal levar o conhecimento do Património para o dia-a-dia de cada um. Consideramos que o objetivo está a ser conseguido, embora algumas das *caches* sejam frequentemente vandalizadas por aqueles que não querem, ou não respeitam, ou somente por desconhecimento da prática do *geocaching*, (Muggles).

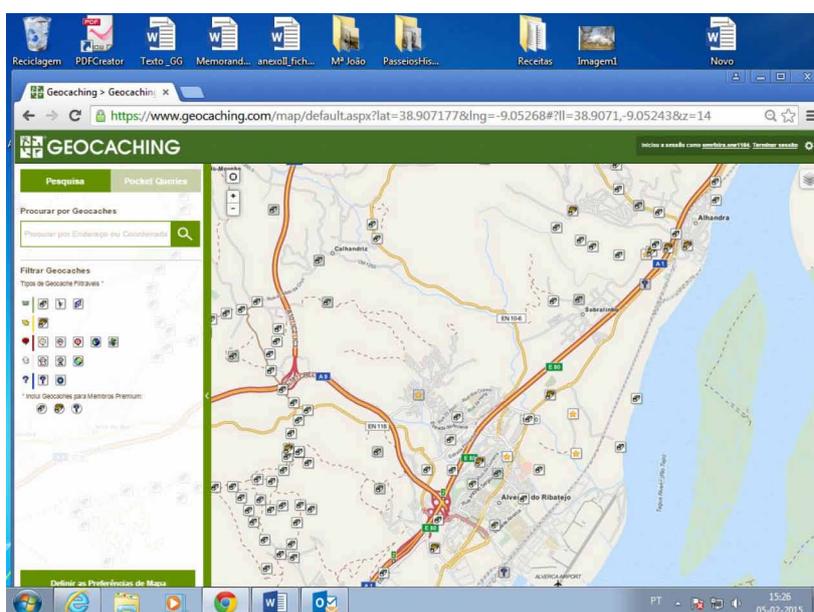


Fig.5 – Caches no Concelho de Vila Franca de Xira, onde se incluem as do *geocaching* concelhio

Caches	Visitas reais	Visitas virtuais	
		Nacionais	Internacionais
Real Fábrica dos Atanados	117	718	146
Os Deuses devem estar loucos!!!	167	700	23
Espaço de Memórias	28	Sem contador	Sem contador
Cais de Povos	129	728	136
Ermida de S. José	379	1076	58
Espetáculo na forca	78	747	49
Alto aí ó Massena! Por aqui não passas...	40	Sem contador	Sem contador
Ponta de Erva	57	619	67
Centro Interpretativo do Forte da Casa	115	711	56
Ermida de Alcamé	102	688	16
Fonte Velha	19	123	10
Quinta do Pinheiro	23	102	2
Quinta do Coção	22	99	6
Cevadeiro	13	277	13
Parque de Santa Sofia	20	277	13
Fábrica das Palavras	15	277	13
Fonte de Santa Sofia	8	277	13

Fig. 6 – Estatística das visitas das *caches* concelhias até 31-01-2015.

Considerações finais:

As novas tecnologias fazem parte do dia-a-dia das gerações mais jovens, que estão familiarizadas com diferentes tipos de ecrãs. Através de experiências pedagógicas inovadoras podem-se aproximar as crianças e os jovens do património envolvente. É fulcral potenciar as suas tendências captando-as para a Educação Patrimonial. Podemos assim concluir que esta espécie de caça ao tesouro, onde o GPS tem um papel preponderante, conquista cada vez mais adeptos por todo o mundo, incluindo no Concelho de Vila Franca de Xira, oferecendo uma oportunidade de conhecer gente nova e interessada em experiências interativas e dinâmicas que se revestem de novos significados e com novos métodos de aprendizagem.

Humor, criatividade e espírito aventureiro são requisitos essenciais, para os novatos ou mais experientes partilharem os seus saberes associados ao Património e simultaneamente, preservar o ambiente e com ele o Planeta Terra.

Webgrafia

Consulta efetuada no dia 21 de Janeiro de 2015 pelas 11h00.

<http://www8.garmin.com/specs/geocaching.pdf>

<http://www.geocaching.com/guide/>

<http://www.geopt.org/>

http://www.geocaching.com/seek/nearest.aspx?country_id=159&x=13&y=9

<http://paleoviva.fc.ul.pt/Geolgps/Geolgps01/Geolgps01.htm>

Consulta efetuada a 22-01-2015 – 15.54 h.

<http://p3.publico.pt/vicios/em-transito/12707/geocaching-caca-ao-tesouro-dos-tempos-modernos>

Consulta efetuada a 23-01-2015 – 10.45 h.

http://www.cienciaviva.pt/veraocv/2009/downloads/Manual_Geocaching_Earthcaching_GeolVerao_2009%283%29.pdf

Glossário

Geocacher – Pessoa que participa na atividade do Geocaching.

Cache - Caixa hermeticamente fechada e à prova de água, onde está escondido um pequeno tesouro.

Earthcache – Tipo de cache sem recipiente físico de cariz didático.

Owner – Dono/Pessoa que coloca a cache no terreno .

Travel bugs – Pequenos objetos que viagem.

Geocoins – Brindes que se podem encontrar nas *caches*.

Cache in Trash Out (Cito) – Encontros de geocachers que incidem sobre a limpeza de lixo, remoção de espécies invasoras, esforços de reflorestação ou a construção de trilhos.

Cachar – Encontrar a *cache*.

Logbook – Pequeno bloco que se encontra dentro da cache onde são registadas as visitas dos *geocachers*.

Trackable – Consiste numa espécie de “peça de jogo” do Geocaching que pode ser achada dentro de uma cache ou num encontro de geocachers. A cada Trackable é atribuído um número de controlo que é utilizado para registar movimentos no site www.geocaching.com durante as suas viagens pelo Mundo.

FTF – Primeiro geocacher a encontrar a *cache*.

DNF- Did Not Find– Acrónimo usado quando um geocacher não encontra a *cache*.

TFTC – Thanks for the Cache – Acrónimo usado pelos geocachers para agradecer a *cache* descoberta com um sucesso.

Muggle – Não geocacher. Expressão baseada nos filmes de Harry Potter que designa um não mágico.

Ground Zero (GZ) – O ponto onde o *GPS* indica que chegámos às coordenadas da *Cache*.

2 DA ÉPOCA MEDIEVAL AO PERÍODO ROMANO



Os campos do hospital: os bens do Hospital de Todos os Santos no Ribatejo (Séculos XVI-XVIII)

Rute Ramos¹

Resumo - O Hospital de Todos os Santos, planeado por D. João II desde 1479 e inaugurado em 1501 por D. Manuel I, foi o maior e mais importante hospital português do Antigo Regime. Para sobreviver, a instituição recebeu bens provenientes dos hospitais integrados pela Bula de 13 de Agosto de 1479, legados não cumpridos, doações e privilégios concedidos pela Coroa e por particulares. Um património geograficamente disperso que contou com avultados bens no Ribatejo. É precisamente sobre as propriedades que o hospital tinha no Ribatejo e o tipo de rendimento que daí resultou que este texto incide.

Palavras-chave: Hospitais, Assistência, Ribatejo, Património, Período Moderno.

O século XVI constitui um ponto de viragem na história da Europa que, a partir de meados do século XV, começou a matizar a herança política, intelectual e espiritual da Idade Média com novos pontos de referência que conduziram a mudanças e conflitos políticos, económicos, sociais e ideológicos na centúria seguinte. No século XVI, a população e a economia passaram por um crescimento estrutural difícil. As mudanças, radicais em vários setores, introduziram complexas consequências sociais, que penalizaram sobretudo os mais desfavorecidos que acorreram às cidades, à procura de trabalho, assistência ou esmola. Num cenário onde a pobreza era endémica, as guerras e as epidemias, nomeadamente a Peste Negra, levaram ao aumento exponencial da vagabundagem e da mendicidade que, conseqüentemente gerou a necessidade de alterar as respostas sociais, como as práticas de caridade e assistência. Moldados pelos valores cristãos, os hospitais foram as instituições que, por excelência, deram resposta às novas necessidades. Difíceis de contabilizar, devido à facilidade com que se criavam e se extinguíam, eram seguramente milhares os hospitais que se encontravam por toda a Europa.² No fim do século XV, a cidade de Lisboa e termo teria quase meia centena destas instituições³, algumas das quais no Ribatejo. Encontramos referência a hospitais,

1 Doutoranda do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História da Universidade de Lisboa (ICS), Instituto de Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora). UE-CIDEHUS (Universidade de Évora-Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades). rute.ramos@portugalmail.pt. Mestre em Ciências Documentais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

2 ABREU, Laurinda, *O poder e os pobres. As Dinâmicas Políticas e Sociais da Pobreza e da Assistência em Portugal (Séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014, p. 39.

3 Segundo José Maria António Nogueira a cidade de Lisboa e termo teria 42 hospitais, 4 gafarias e 13 albergarias. NOGUEIRA, José Maria António, «Algumas Notícias Acerca dos Hospitais Existentes em Lisboa e suas Proximidades Antes da Fundação do Hospital de Todos os Santos – 15 de Maio de 1492», *Esparsos. Arqueologia, Etnografia, Bibliografia e História*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p.130.

em Alverca, Aldeia Galega, Salvaterra de Magos (Hospital dos Cordovelos), um hospital e albergaria em Alenquer e uma gafaria na vila de Povos. A distinção entre estas casas assistenciais nem sempre era fácil, uma vez que se caracterizavam por elevados níveis de indiferenciação dos serviços que prestavam, exceto as gafarias, devido ao carácter contagioso da doença.⁴ A missão destas instituições era prestar assistência aos pobres, aos órfãos e aos enjeitados, às mulheres, aos viajantes e aos peregrinos e a presença de profissionais de saúde e a utilização de medicamentos era pouco comum ao contrário do que sucedia nos grandes hospitais europeus, como o Hôtel Dieu de Paris ou o Hospital de Santa Maria Nuova, em Florença.

Fundados pela Igreja, pelos reis e, a maioria por populares, os hospitais foram as instituições caritativas que receberam mais legados pios, isenções e benefícios fiscais.⁵

No caso destas instituições tratarem de fundações privadas com obrigações pias era necessário, conforme o direito canónico, pedir autorização papal para aplicar os seus bens de modo diferente do que aquele que fora inicialmente disposto pelos instituidores. Este facto motivou frequentes súplicas à Cúria Romana para que intervesse nestas matérias.⁶ E a Cúria efetivamente interferiu, sendo de extrema importância o papel que teve na reorganização da rede hospitalar em Portugal, permitindo unir nas principais localidades do reino os vários hospitais existentes numa única instituição.

O corolário destas tendências ocorreu durante o reinado de D. João II com a construção do Hospital de Todos os Santos, um processo desencadeado pela bula *EX Debito Sollicitudinis*, dada a 13 de Agosto de 1479, pelo papa Sisto IV, e que autorizava o ainda príncipe D. João a construir um hospital em Lisboa, incorporando nele outros hospitais e casas assistenciais da cidade. Temos conhecimento de terem sido integrados no novo hospital 22 instituições e não os 43, como se tem repetidamente afirmado.⁷

A centralização dos hospitais foi acompanhada pela inquirição sobre o estado das capelas, hospitais e albergarias. Conhecedor da situação de desgoverno em que viviam muitos institutos pios, D. Manuel I implementou uma reforma a partir do Juízo das Capelas de Lisboa. O processo iniciou-se com a verificação da administração de capelas, procedendo-se ao tombamento dos bens e à avaliação da legitimidade da sua posse pelos seus detentores.⁸ Como instrumentos legais, o rei utilizou o Regimento das

4 Hospital de leprosos.

5 ABREU, Laurinda, *O poder e os pobres...*, p. 39.

6 PAIVA, José Pedro, «Antes da Fundação das Misericórdias», em José Pedro Paiva (coord), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 2, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2003, p.18.

7 Relação dos hospitais que se anexaram ao Hospital de Todos os Santos de Lisboa e seus encargos que o rei mandou cumprir. Parte II, mç. 7, n.º 166 [23-09-1503]; AN/TT, Hosp. S. José, liv. 1187

8 O processo de tombamento dos bens dos hospitais, confrarias e capelas iniciou-se ainda em finais do século XV. Sobre o assunto veja-se ROSA, Maria de Lurdes, «O Estado manuelino: a reforma de capelas, hospitais, albergarias e confrarias», *O tempo de Vasco da Gama*, dir. Diogo Ramada Curto, Lisboa, 1998, p. 205.

Capelas, hospitais e albergarias e confrarias da cidade de Lisboa elaborado em 1504. No diploma, o rei D. Manuel I estabeleceu o regimento do contador dos resíduos. Nele se explicava que o oficial régio deveria exigir aos administradores de capelas a prova do direito de deter os bens, os tombos dos mesmos e uma conduta administrativa apropriada. Este processo demonstrou a afirmação da autoridade da Coroa no que até então era responsabilidade eclesiástica. Dez anos depois, publicou-se o Regimento de como os contadores das comarcas hão-de prover sobre as capelas, hospitais, albergarias, confrarias, gafarias, obras, terças e resíduos, estendendo a todo o território as medidas anteriormente aplicadas a Lisboa.⁹ Desta forma, o rei procurou controlar os bens vinculados a obrigações de missa, acabar com a apropriação indevida, mas sobretudo, fazer reverter para o recém-criado hospital os rendimentos provenientes destes institutos.¹⁰ E, neste contexto, não podemos, de todo, esquecer as avultadas quantias que passaram a entrar nos cofres da instituição a partir da segunda metade do século XVI fruto da comutação de legados não cumpridos.¹¹



Fig.1 - O Hospital de Todos os Santos. Painel de azulejos. (1ª metade do séc XVIII).

O Hospital de Todos os Santos, à semelhança de outros hospitais europeus seguiu a matriz organizacional do Hospital de Santa Maria Nuova de Florença. (Fig.1) O hospital do Rossio, tal como os seus congéneres, foi criado sob um conjunto de orientações muito precisas quanto à forma de funcionamento, serviços que deveria prestar e populações a assistir. Para este fim, gradualmente, ensaiaram-se no hospital novas técnicas para cuidar dos doentes, criaram-se condições específicas para tratar determinadas doenças como a sífilis e os insanos, organizou-se a escola de cirurgia e desenvolveram-se

9 Para uma análise detalhada destes textos normativos veja-se ROSA, Maria de Lurdes, *As almas herdeiras: fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2005, Tese de Doutoramento, pp.185-190.

10 SÁ, Isabel dos Guimarães, «A Reorganização da caridade em Portugal em contexto Europeu (1490-1600)», *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 n.º 2, 1998, pp. 44-50.

11 Se os administradores de capelas não mandassem celebrar as missas ou os clérigos e religiosos as não dissessem no tempo que o fundador da capela determinou o dinheiro dessas missas reverteria para o Hospital de Todos os Santos, que o utilizaria em benefício dos doentes. Este movimento iniciou-se a partir de 1545 quando o papa Paulo III mandou aplicar ao Hospital de Todos os Santos os legados não cumpridos da cidade de Lisboa e termo. Esta determinação que foi ampliada a toda a diocese meio século depois pela bula de Clemente VIII de 5 de Fevereiro de 1598.

as práticas de anatomia e enfermagem. Proibiu-se, ainda, o hospital de receber pacientes portadores de doenças incuráveis e/ou contagiosas ou de servir de recolhimento de mendigos.

O Hospital de Todos os Santos, tal como foi delineado no regimento dado em 1504¹² pelo rei D. Manuel I, pressupunha a existência de uma base económica que pudesse responder aos objetivos propostos. A maioria dos privilégios, benefícios e isenções¹³ foi concedida nos reinados de D. Manuel I e D. João III, e mantiveram-se até ao século XVIII.¹⁴ Cada reinado foi uma oportunidade para se confirmar e, nalguns casos, acrescentar privilégios o que demonstra o reconhecimento, por parte dos monarcas, da grandeza e utilidade que a instituição teve no campo assistencial. O Hospital de Todos os Santos e a Misericórdia de Lisboa que o administrou¹⁵ foram muito favorecidos, aliás, como foram as várias misericórdias e outras instituições de cariz assistencial do reino que continuamente receberam e viram confirmadas distinções outorgadas em reinados anteriores.¹⁶ Esta situação deve-se ao facto dos monarcas assumirem a caridade e a assistência como campos do exercício do poder régio.

Um senhorio no Ribatejo

Os rendimentos dos bens de raiz, adquiridos no decorrer da primeira metade do século XVI, eram a principal fonte de receita do hospital. No período moderno era frequente as instituições assistenciais dependerem fortemente de rendas provenientes de bens imóveis, como foi o caso do Hospital de Santa Maria Nuova, em Florença.¹⁷ O mesmo sucedia, como nos mostrou Matthew Thomas Sneider, em Bolonha com os hospitais de Santa Maria della Morte, Santa Maria della Vita, San Biagio e San Francesco. A receita que os hospitais recebiam dos prédios rústicos eram especialmente importantes para a sua vida financeira. As propriedades eram arrendadas ou geridas diretamente pelos hospitais e nelas eram produzidos grandes quantidades de cereais, vinho e madeira,

12 Publicado pela primeira vez por CORREIA, Fernando da Silva (Pref.), *Regimento do Espirital de Todos os Santos de El Rey Nosso Senhor de Lisboa*, Lisboa, Laboratório Sanitas, 1946.

13 Sobre os privilégios concedidos ao hospital veja-se, DAUPIÁS, Nuno, *Cartas de privilégio, padrões, doações e mercês Régias ao Hospital de Todos os Santos (1492-1775): subsídios para a sua história*, Lisboa, [s.n.], 1959.

14 Sendo que as primeiras doações chegaram logo pelo testamento de D. João II. CARVALHO, Augusto da Silva, *Crónica do Hospital de Todos os Santos*, Reprod. Fac-similada da ed. de 1949, Lisboa, [s.n.], 1992, p. 27.

15 Em 1564, a Misericórdia de Lisboa assumiu o governo do hospital. Inicialmente, a administração do Hospital de Todos os Santos esteve a cargo de provedores de nomeação régia, a maior parte capelães do rei ou servidores da casa real. Em 1530, João III entregou o governo do hospital à Congregação de São João Evangelista. SANTOS, Sebastião Costa, *Catálogo dos Provedores e Enfermeiros-Móres do Hospital Real de Todos os Santos e do Hospital de S. José*, Porto, Tipografia da Enciclopédia Portuguesa, 1918.

16 Sobre os privilégios concedidos às misericórdias veja-se, entre outros, SÁ, Isabel dos Guimarães, «As Misericórdias da fundação à União Dinástica», em José Pedro Paiva (coord), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 1, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p.21.

17 HENDERSON, John, *The Renaissance Hospital: Healing the Body and Healing the Soul*, New Haven, Yale University Press, 2006, p.61.

que se destinavam ao consumo dos doentes, sendo o excedente vendido.¹⁸ Também em Paris, segundo Tim Mchugh, o Hôtel Dieu usufruía de avultados rendimentos de propriedades rústicas que possuía nos arredores da cidade e no Norte de França, além de um vasto conjunto de imóveis em Paris.¹⁹

Em menos de um século depois de abrir as portas, o Hospital de Todos os Santos tornara-se detentor de vários prédios rústicos e urbanos, localizados especialmente na cidade de Lisboa e termo.²⁰(Fig.2)

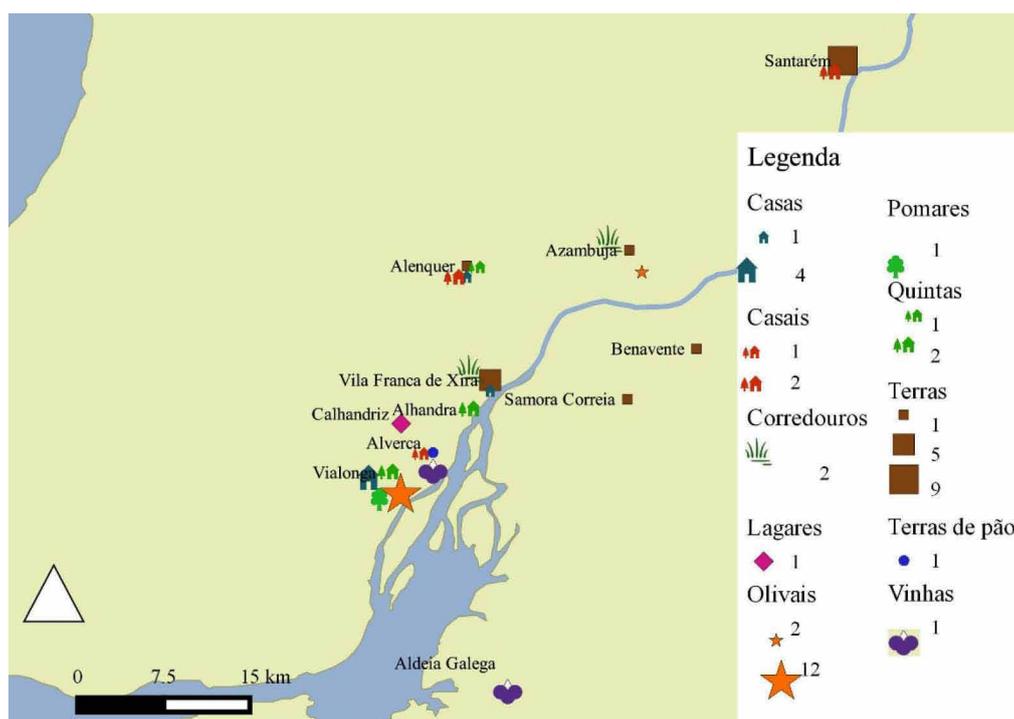


Fig. 2 - Localização e tipologia das propriedades do hospital no Ribatejo (1568)

No Ribatejo encontramos sobretudo propriedades rurais, nomeadamente, terras localizadas em Santarém, Alenquer, Azambuja, Benavente, Samora Correia e Vila Franca de Xira. Os corredouros situavam-se na Azambuja e em Vila Franca de Xira (Mentireira e Albaçotim). Em Vialonga, o hospital tinha olivais na Rua Nova e no sítio de Alboeira e mais dois na Azambuja. Em Alverca, um casal em À dos Melros, terras de pão em Arcena e na Verdelha, uma vinha. O hospital tinha também um lagar de azeite na Calhandriz e ainda quintas, em Vialonga e Alhandra.

18 SNEIDER, Matthew Thomas, «The Treasury of the Poor: Hospital Finance in Sixteenth – and Seventeenth – Century Bologna» in HENDERSON, John; HORDEN Peregrine; PASTORE, Alessandro, *The Impact of Hospitals 300–2000*, Bern, Peter Lang, 2007, pp. 94-101.

19 MCHUGH, Tim, *Hospital Politics in Seventeenth-Century France: The Crown, Urban Elites and the Poor (History of Medicine in Context)*, Hampshire, Ashgate Publishing, 2006, pp.74-75.

20 Os primeiros registos sobre as propriedades do hospital existentes atualmente no Arquivo do Hospital de São José remontam à primeira metade de XVI e respeitam aos livros de receita, então, chamados de «livros de foros e fazendas». Com a entrega do hospital à Misericórdia de Lisboa foi organizado o primeiro tomo do hospital (1568) que, cremos, foi executado entre finais do século XVI e inícios de XVII. O tomo continuou ativo por mais de dois séculos, sendo-lhe acrescentadas sucessivas verbas até 1852, altura que em passou a ser conhecido como «Tombo Antigo» e se procedeu à sua reforma AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 1187; liv. 1179 a 1185.

Noutros locais próximos da área geográfica definida, encontramos propriedades em Bucelas, fruto do avultado património (terras, terras de pão e vinhas) vinculado à capela de Pedro Gomes. Em Arruda dos Vinhos, uma vinha e oliveiras no sítio das Cardosas Velhas. Em Loures possuía muitas casas. Já em Torres Vedras e Sobral de Monte Agraço tinha sobretudo casais. Além destas, muitas propriedades em Arranhó, S. João da Talha e Santa Iria.

A cobrança destes foros nem sempre era fácil. O aumento do património e a falta de dispositivos coercivos eficazes para executar devidamente as cobranças levou o rei Filipe I a autorizar que o hospital usasse os mesmos procedimentos da Fazenda Régia na cobrança das suas rendas.²¹ Na prática, visava facilitar-lhe a administração da casa, permitindo uma melhor arrecadação de rendas, a penalização de infratores e a resolução de conflitos. Em meados do século XVI, o hospital deveria receber dos foreiros que tinha no Ribatejo cerca de 41.128 réis, 24 galinhas, 6 moios de trigo e um de cevada.²² Além dos foros, o hospital recebia muitos bens provenientes das lezírias que se encontravam arrendadas a lavradores.

«Pão e legumes que vieram do campo»

No século XVI, o rei D. Manuel I doou ao hospital várias terras férteis na zona do Ribatejo nomeadamente, lezírias localizadas em Alcanena, Vila Franca, Azambuja e Samora Correia, campos especialmente aptos para a cultura de cereais, legumes e vinho. O pão e o vinho constituíam a base da alimentação das populações, produtos que o rei tratou de doar em abundância. Especialmente o trigo, considerado um cereal nobre, era responsável pelo pão branco, não obstante de se confecionar o pão meado (trigo e cevada). O pão feito unicamente de cevada era apenas utilizado pelos mais pobres, não tinha bom gosto nem constituía uma boa nutrição. Para além do pão, os cereais podiam ser consumidos sob a forma de papas e sopas. Já o vinho era a bebida alcoólica de excelência, entrava na dieta alimentar de quase todas as pessoas. O vinho era conhecido por dar força, não transmitir doenças e poder também ser utilizado como remédio. Chegaram ao hospital, nos primeiros anos de quinhentos, cerca de 98 moios de trigo, 15 de cevada e 44 tonéis de vinho doados pelo rei.

Em 1514, doou também D. Manuel I os dízimos e padroado da Igreja de São Bartolomeu do Paul da Ota. Dois anos depois, a Bula de Leão X autorizava a anexação da Igreja de São Bartolomeu do referido Paul ao Hospital de Todos os Santos,²³ re-

21 Pelo alvará de 18 de Abril de 1586. Esta não foi de todo uma concessão invulgar, uma que vez algumas misericórdias há muito que haviam alcançado esta prerrogativa, entre elas, a de Lisboa que a conseguira a título permanente em 1558. Sá, Isabel dos Guimarães, «As Misericórdias da fundação à União Dinástica», p. 29.

22 AN/TT, Hosp. S. José, liv. 1187.

23 A bula não se encontra no Arquivo do Hospital de S. José, embora haja referência à sua existência. AN/TT, Hosp. S. José, cx. 500, mc 1, nº 7.

partindo os dízimos entre o hospital e o Arcebispado, concretamente, dois terços para o hospital e um terço para o Arcebispado, sendo que ao hospital coube pagar os ordenados do cura da igreja e de um dizimeiro.

Os rendimentos provenientes destes dízimos tinham uma grande variação anual, tanto na quantidade como no tipo de cereal. No tempo em análise podiam rondar os 500 alqueires de cereais,²⁴ maioritariamente trigo, mas também cevada, centeio, milho, chícharos e tremoços. Estes valores tendem, no decorrer do século XVII e XVIII, para menos de 150 alqueires.²⁵

Para além desta diminuição, nem sempre a cobrança destas rendas era simples. Veja-se o caso ocorrido em 1687, quando o hospital recebeu menos 14 alqueires de trigo e o prioste justificou simplesmente dizendo que se tinham perdido no celeiro onde estavam recolhidos.²⁶ Refira-se, no entanto, que, apesar de não cobrar os rendimentos, o hospital tinha que suportar os gastos com cura da igreja e o dizimeiro.

Para além dos cereais e do vinho de que já falamos, a carne²⁷ completava a trilogia dos alimentos mais consumidos na instituição. Segundo o referido regimento do hospital, cada pessoa que servisse na instituição²⁸ podia consumir por mês: três alqueires e meio de pão; 3 quartilhos de vinho por dia; e 1 arrátel de carne ou peixe por dia.²⁹ Nos mesmos termos seguia a alimentação dos doentes «quando nam estiverem em cura» e tivessem de seguir alguma dieta especial.

O hospital recebia como pagamento de foros e rendas vários tipos de carne, nomeadamente a de carneiro,³⁰ mas também recebia galinhas, frangos e capões. A quantidade de cereais, legumes e carne que a instituição recebia foi sempre muito incerta.³¹ Inicialmente, a instituição arrecadava a terça ou quarta parte do que se pro-

24 Em 1573, o hospital recebeu 5 moios de trigo e 12 alqueires de trigo, 2 moios e 40 alqueires de milho, 24 alqueires de cevada e 102 alqueires de centeio. Em 1591 recebeu 180 alqueires de trigo, 70 alqueires de cevada, 36 alqueires de centeio, 36 alqueires de milho, 44 alqueires de chícharos e 1 alqueire de tremoços. AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 575 e 585.

25 Em 1630 recebeu 40 alqueires de trigo, 42 alqueires de cevada, 31 alqueires de milho, 29 alqueires de centeio; em 1680 auferia 48 alqueires de trigo, 34 alqueires de cevada, 14 alqueires de centeio e 6 alqueires de milho; e em 1730 recebia 2 moios e 4 alqueires de trigo e 7 alqueires de milho AN/TT, *Hosp. S. José*, liv.619, f.219; liv.668, f. 219; liv.717, f. 184.

26 AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 675, f. 219.

27 As carnes constituíam a principal fonte de proteínas e podiam ser consumidas de múltiplas formas, fresca, seca, salgada, de conserva e enchidos. Em épocas de diminuição da ração de carne, o consumo de carne fresca ficava muitas vezes reservado aos convalescentes. BRAUDEL, Fernand, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: As estruturas do quotidiano*, vol. I, Lisboa, Teorema, 1992, p. 167.

28 A maioria das cerca de 50 pessoas afetas ao serviço do hospital comia na instituição, exceção feita ao provedor, almoxarife, escrivão, físico, cirurgiões, boticário, barbeiro-sangrador e hospitaleiro cuja remuneração era unicamente em dinheiro.

29 O que equivaleria a 1300 g de grão por dia, 7,5dl por dia de vinho e 459 g de carne ou peixe. SALGADO, Anastásia Mestrinho; SALGADO, Abílio José, *Regimento do Hospital de Todos-os-Santos* / pref., transcrição, glossário, notas e índice remissivo, Comissão Organizadora do V Centenário da Fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos, 1992, p. 14.

30 A carne de carneiro era a mais apreciada e também a mais cara, tendência verificada desde o século XVI. VELOSO, Carlos, *A alimentação em Portugal no século XVIII nos relatos de viajantes estrangeiros*, Coimbra, Minerva, 1992, p. 45.

31 Em 1551, o hospital recebeu de rendas nas lezírias 29 moios e 34 alqueires de trigo, 19 moios e 28,25 alqueires de cevada, 1 moio

duzia nestas terras e mantinha ao seu serviço um almoxarife. Este cargo deveria ser dado, segundo o regimento de 1504, a um «homem de bem e de fiamça e bem criado» que ficaria responsável, entre outras, pela arrecadação das rendas, compras, recolha de esmolas e pela criação dos enjeitados (dar a criar os meninos e pagar às amas). A ocupação deste lugar revestia-se de alguma importância no hospital. O almoxarife era, em muitas ocasiões, a imagem pública da instituição. Ocupava um lugar de confiança e desempenhava funções de relevo. Para o auxiliar contava com um escrivão. Em 1564, os negócios e as demandas da casa obrigaram a repartir estas funções com outras pessoas. As funções do almoxarife passaram a limitar-se à arrecadação das rendas nas lezírias do Ribatejo uma vez que, para tratar dos foros, o hospital tinha outras duas pessoas. Lidando com dinheiro e rendas, estes funcionários andavam frequentemente vigiados pelos irmãos da misericórdia que os podiam acusar de falta de sinceridade nas contas que davam à casa.³² A Misericórdia procurou extinguir este ofício quando os arrendamentos passam a ser fixos. A dispensa deste cargo, cuja família mantivera por vários anos, levou André Baracho Enserrabodes a um processo que durou cerca de dois anos (1685-1687), e que acabaria por ser resolvido pela Mesa da Misericórdia a seu favor.³³ E ainda que, com vozes em contrário, a dispensa deste cargo no hospital só foi consumado em 1769.³⁴

Uma parte dos cereais que o hospital recebia do Ribatejo destinava-se ao consumo da casa (para alimentação dos doentes e pagamento de propinas aos servidores) e outra parte era comercializada. A venda de produtos cerealíferos rendeu algumas centenas de réis à instituição,³⁵ sendo que o seu preço variava em função do valor de mercado e da qualidade dos produtos: em meados do século XVI o trigo rondava os 100 réis e a cevada 50 réis; cem anos depois, o seu valor mais que triplicara.³⁶ O hospital raramente sabia com que dinheiro podia contar da venda destes produtos. Em períodos de maior precariedade, os lavradores das lezírias solicitavam ao hospital que

e 36 alqueires de milho, 25,25 alqueires de favas, 5 panais de palha e 3 galinhas AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 566; em 1591 entrou na instituição 81 moios e 43,25 alqueires de trigo, 24 moios e 1,25 alqueires de cevada, 5 moios e 27,4 alqueires de mistura, 2 moios e 17,25 alqueires de milho, 8 moios e 37,25 alqueires de chicharos, 3 alqueires de grãos, 0,75 alqueires de lentilhas, 46 panais de palha e 50 galinhas AN/TT, *Hosp. S. José*, liv.85; no ano de 1614 hospital recebeu de rendas e foros nas lezírias 154 moios e 15 alqueires de trigo, 128 moios e 47, 5 alqueires de cevada, 35 alqueires de milho, 15 moios e 32, 25 alqueires de mistura, 14 moios e 6,75 alqueires de chicharos, 9,25 alqueires de lentilhas, 1 moio e 8,75 alqueires de grãos e 40 panais de palha. AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 604; Em 1664 recebeu 78 moios e 46,50 alqueires de trigo, 92 moios e 35,5 alqueires de cevada, 1 moio e 6 alqueires de milho, 21 alqueires de ervilhas, 15 moios e 20 alqueires de chicharos, 33 alqueires de lentilhas, 18, 25 alqueires de grãos e 9 alqueires de feijão AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 652.

32 Serve de exemplo o caso de Luís Silveira, sacador dos foros do hospital que foi acusado porque «não servia com satisfação e verdade» AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 941, f.302v.

33 AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 941, f.415.

34 Na margem da página tem a informação que por despacho da Mesa da Misericórdia de 23 de Agosto de 1769 se aboliu este lugar de escrivão das lezírias. AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 943, f.18.

35 Em 1564 recebeu 197.990 réis da venda de cereais; em 1664 o seu valor foi 1.330.000 réis. AN/TT, *Hosp. S. José*, liv.567, f. 31-43v; liv.652, f. 278-281.

36 Valor de referência para o ano de 1564. Neste mesmo ano, a venda de trigo velho e furado sofreu um abatimento de 5 réis, sendo portanto vendido a 95 réis o alqueire. AN/TT, *Hosp. S. José*, liv.567, f. 33 e 43; em 1664-1665 o trigo era vendido a 320 réis e a cevada entre 150 a 200 réis. AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 652, f. 278 e 278v.

lhes reduzisse as prestações.³⁷ Em 1716, a Mesa da Misericórdia e Hospital de Todos os Santos autorizaram que se esperasse oito anos por um pagamento de 209.450 réis que devia Baltazar Banha de Macedo de umas terras das lezírias do Esteio Grande, em Vila Franca de Xira.³⁸ E, em 1727, tal como acontecera em 1708, a Mesa concedeu aos lavradores das lezírias a quitação da quarta parte do que era suposto receber, devido às más condições climatéricas, escassas colheitas e mortalidade de gado.³⁹ Menos complacente foi o enfermeiro-mor D. Jorge de Mendonça que, em 1761, procurou a todo o custo receber as rendas que tinha nas lezírias. Para tal, deu ordem para se efetuarem penhoras⁴⁰ e embargar o pão dos lavradores que deviam as rendas.⁴¹

A duração dos arrendamentos variava. Geralmente os arrendamentos nas lezírias duravam 5 ou 9 anos,⁴² podendo prolongar-se por décadas. Como exemplo, Francisco de Faria Barros e seu pai, João Marchante de Faria, eram lavradores das lezírias do hospital havia mais de 30 anos. A continuidade do pagamento acordado e as benfeitorias que fizeram à sua custa justificaram o pedido de dilação do prazo do arrendamento por mais 9 anos.⁴³ O mesmo motivo invocou o padre João Monteiro quando pediu a renovação do arrendamento.⁴⁴ Era, portanto, frequente os arrendatários fazerem benfeitorias na propriedade, o que legitimava os pedidos de prolongamento dos prazos do arrendamento.

Conclusão

No período moderno, sob o novo paradigma de assistência pública foi construído em Lisboa o Hospital de Todos os Santos que se destacava no panorama nacional pela sua dimensão, arquitetura e administração. Não há dúvidas quanto ao que se pretendia de Todos os Santos, um hospital moderno organizado segundo linhas terapêuticas bem definidas, com pessoal médico especializado, direcionado exclusivamente para cura de doentes.

O financiamento do hospital dependeu sobretudo da Coroa mas também de avultados bens deixados por particulares que estavam consignados a legados pios. Um património geograficamente disperso que contou com bens na zona do Ribatejo. Para além do hospital possuir muitas propriedades, designadamente casas, terras, casais e quintas, as terras férteis da região produziram também muito pão e vinho que, doado

37 AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 941, f. 442; liv.942, f.151.

38 AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 942, f.88v.

39 AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 942, f.151.

40 AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 943, f.42v.

41 AN/TT, *Hosp. S. José*, liv.943, f.56v.

42 AN/TT, *Hosp. S. José*, liv.566, liv. 585.

43 AN/TT, *Hosp. S. José*, liv.942, f.186.

44 Na petição o padre João Monteiro pede para que lhe seja concedido o arrendamento das casas pertencentes ao Hospital tendo em conta as benfeitorias que lhe fez à sua conta. AN/TT, *Hosp. S. José*, liv. 942, f.224v.

por D. Manuel I, se destinou ao consumo dos milhares de doentes, profissionais de saúde e demais dependentes que continuamente beneficiaram da instituição.

Fontes

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Hospital de S. José, liv.85; liv.566; liv.567; liv.575; liv.604; liv.619; liv.652; liv.668; liv.675; liv.717; liv.941; liv.942; liv. 943; liv. 1187. cx. 500, mç 1, nº 7.

Corpo Cronológico, Relação dos hospitais que se anexaram ao Hospital de Todos os Santos de Lisboa e seus encargos que o rei mandou cumprir. Parte II, mç. 7, n.º 166.

Bibliografia

ABREU, Laurinda, O poder e os pobres. As Dinâmicas Políticas e Sociais da Pobreza e da Assistência em Portugal (Séculos XVI-XVIII), Lisboa, Gradiva, 2014.

BRAUDEL, Fernand, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: As estruturas do quotidiano*, vol. I, Lisboa, Teorema, 1992.

CARVALHO, Augusto da Silva, *Crónica do Hospital de Todos os Santos*, Reprod. Fac-similada da ed. de 1949, Lisboa, [s.n.], 1992.

CORREIA, Fernando da Silva (Pref.), *Regimento do Espirital de Todos os Santos de El Rey Nosso Senhor de Lisboa*, Lisboa, Laboratório Sanitas, 1946.

DAUPIÁS, Nuno, *Cartas de privilégio, padrões, doações e mercês Régias ao Hospital de Todos os Santos (1492-1775): subsídios para a sua história*, Lisboa, [s.n.], 1959.

HENDERSON, John, *The Renaissance Hospital: Healing the Body and Healing the Soul*, New Haven, Yale University Press, 2006.

MCHUGH, Tim, *Hospital Politics in Seventeenth-Century France: The Crown, Urban Elites and the Poor (History of Medicine in Context)*, Hampshire, Ashgate Publishing, 2006.

NOGUEIRA, José Maria António, «Algumas Noticias Acerca dos Hospitais Existentes em Lisboa e suas Proximidades Antes da Fundação do Hospital de Todos os Santos – 15 de Maio de 1492», *Esparsos. Arqueologia, Etnografia, Bibliografia e História*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.

PAIVA, José Pedro, «Antes da Fundação das Misericórdias», em José Pedro Paiva (coord), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 2, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2003.

ROSA, Maria de Lurdes, «O Estado manuelino: a reforma de capelas, hospitais, albergarias e confrarias», *O tempo de Vasco da Gama*, dir. Diogo Ramada Curto, Lisboa, 1998.

ROSA, Maria de Lurdes, *As almas herdeiras: fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2005, Tese de Doutoramento.

SÁ, Isabel dos Guimarães, «A Reorganização da caridade em Portugal em contexto Europeu (1490-1600)», *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 nº 2, 1998.

O Cosmos Carmelita em S. Romão de Alverca. Uma leitura heráldica

Nuno CJ Campos*

Resumo-**Este artigo é outra leitura do brasão carmelita, explicativo dos espaços monásticos da ordem. Lido como Paraíso/Monte Carmelo (Santa Ana/Serra de Sintra), também é sinónimo das origens (S. Romão/Alverca). Porque situado junto a um «litoral», o Rio Tejo, de onde emanou a «nuvem» carmelita.**

Palavras-chave: **Alverca, Carmelita, Heráldica, Humanidade, Memória**

O Cosmos Carmelita em S. Romão de Alverca. Uma leitura heráldica

*«Podereis ter lugares em os hermos, ou onde quer que vos forem dados, pertencentes & proveitosos à obseruancia de vossa Religião, segundo ao Prior & frades for visto pertencer» («Regra [Segunda] dos Frades da ordem da muito bemaumenturada madre de Deos sempre virgem Maria do Monte do Carmo» dada por Alberto, Patriarca de Jerusalém a Fr. Brocardo», in Fr. Simão Coelho, *Compendio das Chronicas da Ordẽ de Nossa Senhora do Carmo*, sl, [Impressor] António Gonçalves, 1571)*

1. Alverca: etimologia e espaço

Graças à arqueologia, sabe-se que a região de Alverca desde o Paleolítico era povoada.¹ Se estes testemunhos arqueológicos e arquitetónicos conseguiram sobreviver ao tempo, já a designação toponímica que os seus habitantes deram ao espaço perdeu-se no tempo. Para o período de ocupação romana, no seio da comunidade de arqueólogos e historiadores, não há consenso relativamente à localização da outrora lerabriga ou em Alenquer,² ou próxima à atual Vila Franca de Xira.³

Já quanto à povoação antecessora a Alverca, pelas descobertas arqueológicas mais recentes, ela ter-se-á desenvolvido nos terrenos entre o rio e a elevação que veio a

1 * Historiador/Mestre em Estudos de Património/Heraldista.

RAIMUNDO, Orlando, *Vila Franca de Xira. Saber mais sobre... História de Vila Franca de Xira*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2012, «Primitivos atraídos pelo Tejo. Os terraços quaternários de Alverca e Castanheira», pp. 11-13 (http://issuu.com/cmvfx/docs/vol_ix_-_hvf/4 - 18.fev.2014).

2 MANTAS, Vasco Gil, «A estrada romana de Olisipo a Scallabis. Traçado e vestígios», in *Cira Arqueologia Online*, Vila Franca de Xira, Museu Municipal Vila Franca de Xira/Câmara Municipal Vila Franca de Xira, 2012, pp. 12-13; PIMENTA, João e MENDES, Henrique, «A escavação de um troço da via romana Olisipo-Scallabis em Vila Franca de Xira», in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 10-nº 2, Lisboa, IGESPAR, 2007, p. 223; LOPES, Luís Seabra, «Itinerários da estrada Olisipo-Bracara: contributo para o estudo da Hispânia de Ptolomeu», in *O Arqueólogo Português*, Série IV, 13/15, 1995-1997, pp. 319, 324.

3 GUERRA, Amílcar, «O troço inicial da Via Olisipo-Bracara e o problema da localização de IERABRIGA», in *idem*, p. 36.

ser conhecida por Castelo e próximo «a duas das principais vias de comunicação da Antiguidade no extremo ocidente peninsular, o Rio Tejo e a estrada romana paralela a este». ⁴ A haver cada vez mais informações sobre a história desse povoado, ainda assim, não se sabe qual o nome por que era conhecida.

Etimologicamente, a palavra «Alverca» é de origem árabe, a significar um recinto ou espaço com água. ⁵ Porque região assim identificada pelos árabes dadas as particularidades existentes entre o rio e a terra e porque elas nunca se perderam, esta designação toponímica passou a ser oficial, como assim o demonstram, por exemplo, dois documentos de finais do século XIII relativos a doações de propriedades em *Aluerca*. ⁶

2. Porquê um convento carmelita em Alverca? ⁷

Sem mencionar Alverca, Duarte Nunes de Leão, em 1610, retratava a zona ribeirinha do Ribatejo pelas vantagens da proximidade do rio:

Passando duas legoas abaixo de Santarem, vem a agoa do mar a receber este rio, e vai alargando mais. E dai vai povoado de muitos lugares frescos de muitos arvoredos, e mui boons edificios, que fazem ãa representação do paraíso terreal, até chegar a Lisboa. ⁸

Relativamente a Alverca, Fr. Nicolau de Oliveira, em 1620, descreve-a no plano sócio-económico – «O trato da gente desta Villa he viuer de suas fazendas, de que são muy ricos, como de vinhas oliuaes, & terras de paõ» ⁹ – perspectiva que é feita, em 1712, pelo Pe. António Carvalho da Costa, embora também fale do Rio Tejo como elemento da paisagem – «Villa, cercada toda de excelentes quintas, sobranceyras ao dito rio com aprazivel vista, abundante de paõ, vinho, azeyte, & frutas». ¹⁰

Estas descrições, isoladas ou em conjunto, permitem fazer uma aproximação à história da criação do movimento carmelita, possibilitando que se faça um paralelismo simbólico entre Alverca e o Monte do Carmo, a pátria carmelita:

4 PIMENTA, João e MENDES, Henrique, «Evidências de Ocupação Romana no Morro do Castelo de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira)», in *al-madan*, IIª Série, n.º 15, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, Dezembro 2007 (*al-madan* online / *adenda* electrónica), p. 2; PIMENTA, J. e MENDES, H., «A escavação de um troço da via...», in *Revista Portuguesa de Arqueologia...*, pp. 222-223.

5 MACHADO, José Pedro, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. I – A_D, 3ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2003, «Alverca», p. 116.

6 ANTT, *Gavetas*, «Carta de Doação feita pela Condessa D. Leonor, filha de D. Afonso III, à Ordem do Hospital, de todos os bens e direitos que tinha em Montouto, Alverca, Torres Vedras, Eixo, Arrifana, Julgado de Gaia e em Terra de Santa Maria – 18.set.1289», Gav. 6, Mç. 1-nº 27; ANTT, *Mosteiro de Santos o Novo*, «Doação que fez Afonso Lopes ao Mosteiro, dos bens em Alverca e em várias partes do Reino de Portugal – 17.nov.1293», Mosteiro de Santos-o-Novo, nº 1490.

7 Este artigo segue de muito perto o artigo de Anabela Ferreira (cf. FERREIRA, Anabela, «Breve história do convento de S. Romão», in *CIRA. Boletim Cultural*, nº 11: do Património à História, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2013, pp. 107-123).

8 LEÃO, Duarte Nunes do, *Descrição do Reino de Portugal*, Coleção Clássicos da Historiografia-3, 3ª edição, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 170.

9 OLIVEIRA, Fr. Nicolau de, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1620, «Tratado Quarto do Sitio de Lisboa», fl. 82r.

10 COSTA, Pe. António Carvalho da, *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal...*, Tomo Terceyro, Lisboa, Officina Real Deslandesiana, 1712, «Capitvlo VIII. Da Villa de Alverca», p. 34.

diuisou o criado & discipulo de Helias hũa Nuuezinha mui delicada, pequena & sutil a semelhança da pisada de hũ homẽ, a qual sobia do mar (...) [e] naquele lugar (...) edificou o dito Propheta [Elias] hũa casinha, ou choça onde morou, jũto com a qual estaua hũa fonte que despois sẽpre se chamou a fonte de Helias, & onde despois foi templo da Virgem, & solenissimo Moesteiro dos padres Carmelitas.¹¹

Ou seja, de um espaço líquido (o rio/o mar) surgem fatores atmosféricos (a humidade/a nuvem) que influenciam as regiões vizinhas (Alverca/Monte do Carmo), potenciando-as para a fixação de populações e, por isso, a significarem o paraíso, espiritualmente representado, no caso concreto de Alverca, no Convento de S. Romão, fundado provavelmente entre finais do século XVI e inícios do XVII.¹²

3. O significado institucional de um convento sem símbolos carmelitas

Fr. José Pereira de Santa Ana pode ser considerado o cronista principal da Ordem Carmelita em Portugal ao longo de todo o século XVIII, como o demonstram os textos das várias licenças dadas para a publicação da sua *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia Nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus Dominios* e onde é feita a história da fundação e a descrição dos quatro primeiros conventos da ordem, Moura (1250), Lisboa (1389), Colares (1457) e Vidigueira (1495).¹³

Destes conventos, os dois primeiros são os únicos em que aparecem referências a elementos simbólicos identificativos à ordem: o convento de Moura, com um nicho a encimar a entrada principal da igreja, com a imagem de

Nossa Mãe Santissima, e Senhora do Carmo (com seu Divino Filho no braço) de admiravel escultura, não obstante ser antiga, e obrada em pedra durissima. Ao pé desta Santa Imagem estão tres letras distinctas na forma seguinte: S.U.Z. Na parte inferior dellas se lê o Elogio: Mater, & decor Carmeli;¹⁴

o de Lisboa, o único em que há uma menção explícita à heráldica carmelita, com a indicação da localização de representações em dois sítios do edifício: umas armas de

11 COELHO, Fr. Simão, *Compendio das Chronicas da Ordẽ de Nossa Senhora do Carmo*, sl, [Impressor] António Gonçalves, 1571, «Cap. 14», pp. 57-58.

12 CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo II, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, p. 73; A. Ferreira, «art. cit.», *in op. cit.*, p. 120.

13 SANTA ANNA, Fr. J. P. de, *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia Nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus Dominios*, Tomos Primeiro e Segundo, Lisboa, Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1745 e 1751.

14 SANTA ANNA, Fr. J. P. de, *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia Nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus Dominios*, Tomo Primeiro, Lisboa, Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1745, p. 164.

grandes dimensões, localizadas na capela-mor, no espaço do santuário onde se expunham relíquias, apresentadas como que pedra de fecho do arco da entrada, viradas para o cruzeiro;¹⁵ outras, nos barretes das abóbadas do refeitório.¹⁶ Relativamente aos dois últimos conventos, o de Santa Ana de Colares e o de Nossa Senhora das Relíquias da Vidigueira, Fr. José Pereira de Santa Ana não menciona a existência de heráldica carmelita ou de outros elementos conotados com a ordem. Em todas as quatro descrições, aparecem indicações a heráldica de pessoas lá sepultadas, normalmente associada à heráldica de família.¹⁷

A existência ou não de representações de armas carmelitas naquelas quatro casas permite que possam fazer-se duas leituras interpretativas. A primeira situa-se no âmbito da heráldica, a significar o fato de, ao longo dos séculos XIV/XV e dentro da família carmelita, pelo menos em Portugal, elas ainda não serem devidamente entendidas como a única forma simbólica identitária e institucional.¹⁸ A segunda leitura enquadra-se no plano institucional, a destacar o peso hierárquico da casa de Lisboa enquanto sede da ordem no Reino de Portugal.

Para o Convento de S. Romão de Alverca, as fontes que falam dele nada informam sobre a existência, ali, de representações heráldicas, limitando-se a dar a data da sua fundação e qual a família padroeira.¹⁹ De acordo com as várias fontes citadas por Anabela Ferreira, o convento, danificado aquando do sismo de 1 de novembro de 1755, nunca chegou a recuperar, antes pelo contrário.²⁰ Dentro do complexo do convento, numa alameda próxima, havia uma fonte com a mesma invocação de S. Romão,²¹ tendo sido o único testemunho a sobreviver até ao século XX,²² muito devido aos cuidados havidos pela população.²³ E é nesta fonte que se conhece o único testemunho heráldico carmelita, colocado na sua parte superior (Fig. 1). Algures no século XX, esta pedra de armas foi roubada.²⁴

15 *Idem*, p. 590.

16 *Idem*, p. 774.

17 SANTA ANNA, Fr. J. P. de, *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia Nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus Dominios*, Tomos Primeiro e Segundo...

18 Possivelmente como forma de tentar provar a antiguidade oficial das armas carmelitas e delas em Portugal, Fr. José Pereira de Santa Ana, com base em «*pinturas antigas*», mas sem indicar quais, recua o seu uso ao início do século XIV, no escudo do Bispo da diocese da Guarda e Lamego, D. Fr. Vasco Martins de Alvelos († 1313), primeiro carmelita eleito para aquele cargo (SANTA ANNA, Fr. J. P. de, *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia Nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus Dominios*, Tomo Primeiro..., pp. 223-225).

19 FERREIRA, A., «Breve história do convento...», in *CIRA. Boletim Cultural*, pp. 107-123; como mero acrescento às fontes históricas referidas pela autora, António de Oliveira Freire, em 1739, também se limita a citar o convento (cf. FREIRE, António de Oliveira, *Descripçam Corographica do Reyno de Portugal*, Lisboa Occidental, Officina de Miguel Rodrigues, 1739, p. 112).

20 FERREIRA, A., «art. cit.», in *op. cit.*, pp. 116-117.

21 *Idem*, p. 114.

22 *Ibidem*.

23 *Ibidem*; podem ser apontadas várias razões para a preservação (aqui apresentadas da mais para a menos importante): razão de bem público que a fonte tinha para as pessoas; ligações religiosas à fonte e às referências milagrosas a ela associadas; por fim, respeito pelo único testemunho patrimonial e memorial do convento.

24 *Ibidem*.

3.1. Uma leitura e um comentário

Escudo com moldura,²⁵ mantelado em ponta;²⁶ três estrelas, duas em mantel, *a dextra* e *a sinistra*, e a terceira em ponta do escudo. Cartela mista entre zoomórfica (conchas) e fitomórfica (ramos vegetais) (Fig. 2).

Comentário: É um escudo esculpido em baixo-relevo, não havendo qualquer sinalética gráfica identificadora de cromatismo. Quanto às três estrelas, as fotografias não possibilitam determinar o número de raios. Toda a decoração que forma o brasão é próxima do estilo barroco, permitindo-o datar para a primeira metade do século XVIII.

4. Os primeiros testemunhos da heráldica carmelita

Dentro da ordem, refere-se que a representação heráldica carmelita mais antiga conhecida date de algures do século XV, um desenho que ilustra o frontispício da obra *Vida de San Alberto de Sicilia* de Fr. Juan de Novalaria, publicada em 1499 e encimado pela legenda «Vexilvm Carmelitarvm». ²⁷ (Fig. 3).

A preto e branco, este desenho não apresenta qualquer tipo de sinalética identificativa de cromatismo. O escudo é amendoado e mantelado, tendo, em chefe, uma Nossa Senhora coroada de estrelas, sentada com o Menino ao colo e com os pés assentes num escabelo em forma de crescente virado para cima. Dois tenentes, *a dextra* e *a sinistra*, sustentam o escudo. Raios nimbam todo o emblema, saindo aparentemente por trás do escudo. Encimam o escudo dois listéis, um seguro pela Senhora e o outro pelo Menino, com inscrições latinas de lemas alusivos à ordem: *a dextra*, «Svm Mater et Decor Carmeli» e, *a sinistra*, «Elias et Elisevs Proph. Dvces Carmelitarvm». Refira-se que esta representação de Nossa Senhora com lema está próxima à imagem que encima a entrada da igreja do carmelo de Moura e que José Pereira de Santa Ana descreve²⁸ e é familiar à passagem do livro do *Apocalipse* - «Depois apareceu no Céu um grande sinal: uma mulher vestida de Sol, com a Lua debaixo dos pés e com uma coroa de doze estrelas na cabeça». ²⁹

4.1 - A simbologia carmelita no espaço ibérico e as fontes bíblicas de inspiração

Datam da segunda metade do século XVI três obras das mais antigas com informações escritas ou desenhadas das armas carmelitas, uma portuguesa, da autoria do

25 NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da, *Compêndio Português de Heráldica de Família*, sl, Medialivros, AS, 2003, p. 5.

26 BANDEIRA, Luís Stubs Saldanha Monteiro, *Vocabulário Heráldico*, 3ª ed., Lisboa, Edições Mama Sume, 1985, pp. 113, 268.

27 <http://escudocarmelitano.blogspot.pt/2006/04/zelo-zelatus-sum-pro-domino-deo.html> - 17.jan.2013.

28 SANTA ANNA, Fr. J. P. de, *op. cit.*, p. 164; cf. n. nota 13.

29 «Livro do Apocalipse» (Ap. 12, 1), in *Nova Bíblia Sagrada*, 1ª edição, Lisboa/Fátima, Difusora Bíblica/Centro Bíblico dos Capuchinhos, 1998, p. 2042.

carmelita Fr. Simão Coelho, editada em 1571,³⁰ onde há uma representação iconográfica das armas e uma descrição delas e as outras duas representações, espanholas, do carmelita Fr. Diego de Coria Maldonado, a primeira numa obra impressa em 1591³¹ e a segunda numa outra, de 1598,³² sendo duas em desenho e uma em texto.

Em função das datas de impressão daquelas obras, tudo indica que a apresentação portuguesa em desenho (Fig. 3) e em texto das «Armas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo»³³ seja a mais antiga ao nível da Península Ibérica:

hum escudo, quarteado de branco & preto: & no meo do escudo em iguaes partes duas Estrellas o escudo quasi todo branco, & no fundo hũa mostra preta, de modo que ficam as duas partes do escudo parecendo duas asas. Este escudo tem a orladura escaqueada de branco & preto a maneira de triangulos, (...). Sobre todo elle hũa Coroa Real muy grande. E sustentam dous Anjos este escudo com as mãos. Tem esta mesma Religiam por diuisa nossa Senhora madre de Deos sempre virgem Maria, com mos pees em hũa nuenzinha em postura que sobe, com hum Rotulo que diz – Datus Est ei Decor Carmeli & Saron,³⁴

com base em *Isaías*: «O deserto e a terra árida vão alegrar-se, a estepe exultará e dará flores belas como narcisos. Vai cobrir-se de flores e transbordar de júbilo e de alegria. Tem a glória do Líbano, a formosura do monte Carmelo e da planície de Saron».³⁵

Das representações espanholas das armas carmelitas, as publicadas no *Manual de las Beatas y Hermanos terceros...* dizem respeito a um escudo de negro, mantelado de prata/branco e recortado na extremidade superior, a aparentar uma cruz latina; duas estrelas de preto em chefe no mantelado. Bordadura gironada de prata/branco e negro. Coroa ducal. Timbre, um braço vestido, empunhando espada rodeada por uma tarja com lema inscrito em latim com caracteres maiúsculos - «ZELO ZELATVS. SVM PRO DOMMINO DEO EXERSITV. N. [...]. RESIVS». A ladear o braço armado doze espas dispostas em faixa curva, seis *a dextra* e seis *a sinistra*. Tenentes, dois anjos seguram o escudo (Fig. 3). O lema, a sair da coroa, inspira-se no *Livro I dos Reis*: «Estou a arder de zelo pelo SENHOR, o Deus dos exércitos...».³⁶

30 COELHO, Frei Simão, *Compendio das Chronicas da Ordẽ de Nossa Senhora do Carmo*, sl, Antonio Gonçalvez, 1571.

31 MALDONADO, Fray Diego de Coria, *Manual de las Beatas y Hermanos terceros, de la horden de la siempre Virgen, y madre de Dios, santa Maria del monte Carmelo*, Sevilla, Fernando de Lara, 1591.

32 MALDONADO, Fray Diego de Coria, *Dilucidario y Demonstracion de las Chronicas y Antigvedad del Sacro Orden de la Siempre Virgen Madre de Dios Sancta Maria del Monte Carmelo*, Cordova, Casa de Andres Barrera, 1598, fls. 90r.

33 Legenda que encima o desenho.a

34 COELHO, Fr. S., *Compendio das Chronicas da Ordẽ de Nossa Senhora do Carmo...*, «Cap. 18. Tratase nelle das armas & insinias da Religiam de nossa Senhora do Carmo», p. 179.

35 *Is.* 35, 2 (cf. *Nova Biblia Sagrada...*, p. 1208).

36 *I Rs* 19, 10 (cf. *Nova Biblia Sagrada...*, p. 498).

Já quanto às armas impressas no *Dilucidario y Demonstracion de las Chronicas...*, a informação obtida teve como base um texto relativo às suas vertentes simbólicas, históricas e divinas, possibilitando a seguinte leitura: escudo de negro, mantelado de prata («un monte que remata su escudo en figura piramidal en campo blanco»³⁷) e recortado na extremidade superior em forma de cruz latina («La cruz que remata el monte corriendo sangre»³⁸); duas estrelas de ouro em chefe no mantelado («tres estrellas las dos [de oro] en el campo blanco»³⁹) e uma de prata no contrachefe do campo («y la vna en el pie del monte, esta estrella del monte que es blanca»⁴⁰). Bordadura gironada de prata e negro (««Los quadros blancos y negros que estan por orla de el escudo»⁴¹). Coroa representada por uma faixa curva de doze estrelas («[la] corona de doze estrellas»⁴²). Timbre, um braço empunhando espada em chamas, rodeada por uma tarja com divisa inscrita em latim: «Zelo zelatus sum pro Domino Deo exercituum» («El braço con ha espada que està encima de las dichas armas (...) en cima de la qual esta la llama de fuego (...) abueltas de la espada està vna lema que dize Zelo zelatus sum pro Domino Deo exercituum»⁴³). É de referir que o desenho das armas que põe o «ponto final» a esta obra é diferente desta descrição, igualmente com bordadura, com coroa antiga aberta, mas sem timbre e suportado por dois tenentes. Quanto ao escudo, boleado de bico, negro e mantelado de branco, com recorte na extremidade superior em forma de cruz latina. Três estrelas, duas de negro no mantel e outra de branco no contrachefe do escudo. Coroa ducal. O escudo está inserido em cartela com rolos de voluta (Fig. 3).

4.2 - As peças e os esmaltes principais e suas mensagens

4.2.1 - A bordadura, o branco/prata e o negro

No plano simbólico-memorial, os carmelitas Simão Coelho e Diego Maldonado explicam as conotações existentes com a Ordem: os esmaltes branco/prata e negro do campo do escudo associados às vestes dos monges, o primeiro à capa e o segundo ao hábito.⁴⁴ A antiguidade da Ordem também está patente na bordadura escaqueada com aqueles dois esmaltes, a remeterem para os fundadores da Ordem,⁴⁵ Elias e Eliseu, e para o que eles vestiam.⁴⁶

37 MALDONADO, Fr. D. de C., *Dilucidario y Demonstracion de las Chronicas...*, fls. 90r.

38 *Idem*, fls. 90v.

39 *Idem*, fls. 90r; as três estrelas são referidas, quanto aos esmaltes, uma de prata, identificada com Maria, e duas castanhas, identificadas com Elias e Eliseu (cf. «Carmelita (Ordem) – 2. História: a) Geral», in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira...*, col. 5).

40 *Ibidem*.

41 *Idem*, fls. 90v.

42 *Ibidem*.

43 *Ibidem*; tradução: «Estou abrasado de zelo pelo Senhor, o Deus dos exércitos» (cf. «Primeiro Livro dos Reis» (I Rs. 19, 10), in *Bíblia...*, p. 396).

44 COELHO, Fr. S., *Compendio das Chronicas da Ordẽ de Nossa Senhora do Carmo...*, p. 179; MALDONADO, Fr. D. C., *Dilucidario y Demonstracion de las Chronicas...*, fl. 90v.

45 *Idem*, p. 182; *Idem*, fl. 90v.

46 *Ibidem*.

Num outro patamar da simbologia, dos dois autores, Frei Simão Coelho foi mais profundo na interpretação que fez, a apresentar o branco/prata e o negro como os esmaltes identitários da Ordem – «Cores muy convenientes a esta Religião»⁴⁷ – e refletidos na sua vertente humana, num misto entre a psicologia e a espiritualidade, com o branco/prata a significar a pureza de N^a Sr^a do Carmo e dos anjos, porque figuras intercessoras entre a Humanidade e Deus⁴⁸, e o negro a honestidade da Ordem e que os seus membros devem ter⁴⁹: «o vestido (...), no qual [acharão] a obrigação que [têm]. *scilicet*. na capa a viuer limpa & castamente, & no habito a dar com honestidade exemplo aos próximos, a que [têm] obrigação de edificar per razam do estado em que [vivem]».⁵⁰

4.2.2 - A geografia carmelita, o branco/prata e o negro

Quanto ao mantelado de branco/prata, Fr. Simão Coelho e Fr. Diego Maldonado falam dele e da sua mensagem simbólica, relacionada com a aliança entre Deus e os homens, com Fr. Diego Maldonado a ser mais explícito, ao valorizá-lo enquanto elemento meteorológico – uma nuvem – que avança do mar para terra e que a cobre, o que é fator para a criação de condições de sobrevivência.⁵¹ Já Fr. Simão Coelho desenvolve a simbologia da cor negra, porque associada ao espaço montanhoso de Haifa, em Israel⁵², onde, na História, Deus e Elias se relacionaram e que se tornou, espiritualmente, a pátria carmelita: «Pera demostrar o mesterio que vio (...) Helias no monte do Carmo, quando auendo grande esterilidade sobre a terra de Israel pelo nojo que Deos tinha de seus pecados a rogo daquele padre concedeo a chuua».⁵³

4.2.3. O ouro e a prata/branco, as estrelas

Estes metais, em primeiro lugar, são apresentados, quer por Fr. Simão Coelho, quer por Fr. Diego Maldonado, ao nível da simbologia espiritual e psicológica, como sinónimos de exemplo de vida que cada membro de Ordem deve dar, tornando-se, assim, brilho da Ordem e luz para os outros.⁵⁴ Além desta leitura e numa associação com as estrelas, há uma relação conotada à simbologia histórico-bíblica, pela sua identificação aos profetas/fundadores da Ordem do Carmelo, Elias e Eliseu. Para o primeiro, eles estão identificados com as duas estrelas de ouro: «metal mais precioso que todos os outros,

47 COELHO, Fr. S., *op. cit.*, p. 179.

48 COELHO, Fr. S., *op. cit.*, pp. 179-180; MALDONADO, Fr. D. C., *op. cit.*, fl. 90v.

49 COELHO, Fr. S., *op. cit.*, p. 180.

50 *Idem*, p. 182.

51 MALDONADO, Fr. D. C., *op. cit.*, fl. 90r.

52 «CARMES», in GERHARDS, Agnès, *Dictionnaire Historique des Ordres Religieux*, sl, Librairie Arthème Fayard, 1998, p. 125; zona montanhosa a sul da baía de São João de Acre e a finalizar num promontório junto ao Mediterrâneo, entre a Samaria e a Galileia, caracterizando-se pela existência de grutas (cf. «Carmelo», in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira...*, col. 10).

53 COELHO, Fr. S., *op. cit.*, p. 189.

54 COELHO, Fr. S., *op. cit.*, p. 182; MALDONADO, Fr. D. C., *op. cit.*, fl. 90v.

pera denotar a alteza da contemplação & perfeiçam da vida a que sam obrigados».⁵⁵ Para o segundo, a estrela de prata está conotada com Elias, o «primero instituydor de la vida casta en el mundo»,⁵⁶ nada mencionando quanto às estrelas de ouro.

Já ao nível da história da Ordem Carmelita e de acordo com Fr. Simão Coelho, as estrelas de ouro são apontadas como símbolos institucionais da presença carmelita, uma na zona do Mediterrâneo Oriental e outra na zona do Mediterrâneo Ocidental. Dentro de cada uma destas duas áreas geográficas, elas identificam-se humanamente com o clero secular ou o regular, qualquer uma deles direta ou indiretamente ligados com os Carmelitas. No Mediterrâneo Oriental, são apontados dois Cirilo: o primeiro, do século V, o bispo da Alexandria que presidiu ao Concílio de Éfeso realizado em 431⁵⁷ e que trabalhou para que Maria fosse consagrada como Mãe de Deus;⁵⁸ o segundo Cirilo, este, monge carmelita, do século XIII, é identificado como sendo o terceiro Geral da Ordem e o segundo depois da aprovação das Regras, dadas em finais do século XII ou princípios do XIII pelo Patriarca de Jerusalém, Alberto.⁵⁹ Para a parte do Mediterrâneo Ocidental, são apresentados dois carmelitas sicilianos, ambos também do século XIII, Ângelo⁶⁰ e Alberto,⁶¹ sendo justificadas as suas menções pelos seus exemplos de vida, o primeiro como mártir e o segundo pelos «seus merecimentos.»⁶²

4.2.4 - A coroa real e o ouro

E são todos estes exemplos de vida cristã que, para Fr. Simão Coelho, justificam o prémio de uma coroa real de ouro, quer para a Ordem enquanto símbolo de uma família, quer para cada um dos seus elementos, pela honestidade havida e pelos testemunhos dados em vida, o que constitui motivo para a receberem no «Reino de Deos».⁶³ Assim, a coroa de ouro também tem uma finalidade pedagógico-catequética, ao lembrar a cada um «a gloria & bemaenturança que se dara a quele que pela fee de Christo

55 COELHO, Fr. S., *op. cit.*, pp. 182-184.

56 MALDONADO, Fr. D. C., *op. cit.*, fl. 90r.

57 COELHO, Fr. S., *op. cit.*, pp. 182-183.

58 Anne Carr aponta para que o culto a Maria tenha tido início no século IV (cf. CARR, Anne, *A Mulher na Igreja*, sl, Círculo de Leitores, [1994/1995], p. 268; já Hans Küng sugere que este culto tenha começado entre os séculos III e IV, localizando-a na zona oriental mediterrânica, por ser o mundo herdeiro do culto das deusas-mãe, com origem na Ásia Menor (cf. KÜNG, Hans, *O Cristianismo. Essência e História*, sl, Círculo de Leitores, 2002, p. 423); ainda de acordo com Hans Küng, a oficialização teológica deste princípio mariano só era possível em Éfeso, a cidade onde se cultuava a «Grande Mãe», identificada com as deusas Artémis ou Diana (*Ibidem*).

59 No ano de 1195, de acordo com Fr. S. Coelho (cf. COELHO, Fr. S., *Compendio das Chronicas da Ordẽ de...*, frontespício e p. 183), ou entre 1205 e 1214, os anos da governação daquele patriarca («CARMES», in GERHARDS, A., *Dictionnaire Historique des Ordres...*, p. 125).

60 Sepultado em Alicante da Sicília (cf. *Ibidem*); no Capítulo Geral da Ordem realizado em 1498, foi aprovada a sua festa (cf. LÓPEZ-MELÚS, Pe. Rafael Maria (Carmelita), *Los Santos Carmelitas* - «San Angel de Sicília presbitero» (carmelnet.org/chas/santos/angel2.htm - 1.mai.2013).

61 Natural de Trapani, na Sicília, onde está sepultado (cf. COELHO, Fr. S., *op. cit.*, p. 183); em 1296, foi eleito provincial da Ordem na Sicília, e morreu em 1307; a festa em sua honra foi autorizada por bula do papa Sisto IV, em 1476 (cf. LÓPEZ-MELÚS, Pe. R. M. (Carmelita), *Los Santos...* - «San Alberto de Sicília presbitero» (carmelnet.org/chas/santos/albet2.htm - 1.mai.2013).

62 COELHO, Fr. S., *Compendio das Chronicas da Ordẽ de...*, p. 183; ao longo desta explanação, ele nomeia outros exemplos de religiosos.

63 *Idem*, p. 184.

trabalhar na quillo que em sua Regra lhes he mandado, na significação do escudo».64 Já segundo Fr. Diego Maldonado, a coroa está identificada pelas doze estrelas colocadas sobre a cabeça de Nossa Senhora - porque «la nube significa la virgen por esso ponemos la corona sobre la cabeza de la nube con doze estrellas»,65 - uma representação simbólica fundamentada no *Apocalipse* de S. João.⁶⁶

No âmbito da história da ordem, Fr. Diego Maldonado justifica a relação estreita entre a coroa real e a Ordem Carmelita através da genealogia, ao estabelecer laços de parentesco de Elias com Rei Salomão, filho de David:

También tienen corona nuestras armas, porque Helias fundador de la orden de el Carmen fue nieto del Rey Salomon, hijo de su hija, y fue hijo mayor de el summo sacerdote Achimas y hermano de el summo sacerdote lojada llamado por otro nombre Azarias.⁶⁷

Ainda assim, já no século XVIII, apesar desta mesma relação genealógica se manter, houve um desenvolvimento da ideia de realeza da Ordem, ao se estabelecerem ligações parentais entre Elias e Maria, com o rei David a ser o elemento comum entre os dois -

[descende] a Mãe de Deos da mesma Tribu [de Aram], e ascendencia de Elias; porque se (...) descende de huma filha delRey Salamão o nosso Santissimo Patriarca, de David descende, nobelissimo ascendente, a Senhora: resta só vernos como na Senhora se juntarão estas duas Tribus de Judá, e de Aram. E foy assim: a Tribu de Judá por S. Joaquim, e a Tribu de Aram por Santa Anna [os país de Maria],⁶⁸ - o que constitui motivo, na heráldica, para explicar a Ordem Carmelita com «Coroa fexada em cima das (...) Armas»,⁶⁹ sendo a *Bíblia* o seu principal livro genealógico.

4.3 - Da antiguidade das armas à sua institucionalização

De acordo com Fr. Simão Coelho, não há possibilidades de se conhecerem as raízes históricas das armas, o que é explicado por «não [se achar] quem [foi] o primeiro que as recebeo, ou inventou, ou as deu».70 Já Fr. Diego Maldonado é da opinião de terem

64 *Idem*, p. 186.

65 MALDONADO, Fr. D. C., *op. cit.*, fl. 90v.

66 «*Livro do Apocalipse*» (Ap. 12, 1), in *Bíblia...*, p. 1622.

67 MALDONADO, Fr. D. C., *op. cit.*, fl. 90v.

68 LEOINDELICATO, Fr. Egidio, *Jardim Carmelitano, Historia Chronologica, e Geografica. Noticias Sagradas, Domesticas, e Estranhas de vários sucessos da religião Carmelitana, Novamente cultivado, traduzido, e addicionado no idioma Lusitano pelo M.R.P.M. Fr. Estevam de S. Angelio*, Primeira Parte, Lisboa Occidental, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1741, «Parte 1. Capitulo I: Additamento ao § II», p. 13.

69 *Ibidem*.

70 COELHO, Fr. S., *Compendio das Chronicas da Ordẽ de...*, p. 179.

havido como armas antigas – «La cruz que remata el monte corriendo sangre, aunque en estos tiempos no se pone por algunos en el escudo (y no se porque càusi) fue arma y trofeo antiguo de esta orden, y assilos padres primitiuos la ponen (...)».⁷¹ Como reforço da antiguidade histórico-bíblica das armas que apresenta e suportada nos elementos que a compõem, destaca «que este escudo o armas son tomadas de todos los estados que ha tenido nostra sagrada religion en los quales se ganaron todos estos trofeos que en el van señalados».⁷²

Não deixa de ser curioso que nenhum deles fala da emblemática heráldica contida na obra de Fr. Juan de Novalaria. Se esta lacuna pode entender-se devido a um possível desconhecimento da sua existência, também pode explicar-se por ela não ser considerada com caráter oficial a toda a ordem, ainda que com significado institucional identitário pela história e simbologia carmelita lá contida.

A institucionalização das armas carmelitas ter-se-á dado na última década do século XVI, se se tiverem em conta as representações heráldicas existentes até aquela data. A questão central poderá encontrar-se na evolução interna do escudo: pela permanência da partição do escudo – o mantelado – e o significado histórico-catequético dado; pela retirada de elementos heráldicos primitivos, como foi o caso da representação antropomórfica de Nossa Senhora, mas que lá permaneceu, agora conotada com o metal que ilumina o mantelado (prata/branco); pela introdução de novos elementos como foram as estrelas, com o simbolismo histórico-bíblico que lhe foi dado desde o início, evoluindo o seu número de duas para três. Ainda relativamente à inserção de estrelas no escudo, pode dizer-se ter havido três fases, datadas: a primeira fase, caracterizada pela sua ausência, de finais do século XV (1499); a segunda, caracterizada pela introdução de duas estrelas no chefe do mantel, com exemplos conhecidos tanto descritos como desenhados, entre 1571 e 1591; por fim, a terceira fase, de 1591 em diante, com a introdução de uma terceira estrela, colocada no contrachefe do escudo, conhecendo-se descrição e desenho, do ano de 1598,⁷³ possivelmente como forma de anular a novidade das armas da reforma carmelita, conhecidas provavelmente desde 1582⁷⁴ (Fig. 3).

Nesta representação de 1598, segundo Fr. Diego Maldonado, houve a reintrodução de um elemento, a cruz latina de negro, sugerida pelo recorte do mantel. Poderá entender-se a recuperação deste móvel na heráldica carmelita dentro do ambiente de tensão que, à época, se sentiria entre os dois ramos da família carmelita, com Fr. Diego

71 MALDONADO, Fr. D. C., *Dilucidario y Demonstracion de las Chronicas...*, fl. 90v.

72 *Idem*, fol. 90r.

73 *Ibidem*.

74 <http://escudocarmelitano.blogspot.pt/2006/04/zelo-zelatus-sum-pro-domino-deo.html> - 17.jan.2013.

Maldonado a ser da opinião de que a Ordem Carmelita Calçada era a única a ter legitimidade histórica para a usar – «La cruz que remata el monte (...) fue arma y trofeo antiguo de esta orden»⁷⁵ – e não a Ordem Carmelita Descalça (Fig. 3). No século XVII e a ter frontispícios de livros como fontes heráldicas, as duas correntes carmelitas portuguesas⁷⁶ e espanholas usaram-nas indistintamente e com escudos de vários formatos. Para o século XVIII, os frontispícios de várias publicações dos Carmelitas Calçados portugueses apresentam-se com umas armas em escudo ovalado e em que o mantel é ausente de recortes em forma de cruz, encimado por coroa real e doze estrelas dispostas em faixa curva⁷⁷ (Fig. 3), próximas à das armas da fonte de S. Romão, estas sem coroa ou faixa de estrelas (cf. Fig. 2). Umas e outras contrárias à descrição e explicação do simbolismo apresentado no *Jardim Carmelitano...*⁷⁸. Desconhecendo-se qual a razão para esta representação, terá sido uma forma de diferenciar os carmelitas portugueses dos espanhóis e dos carmelitas descalços?

5. Conclusão: Uma leitura da simbologia antropológico-teológica das armas carmelitas

Em jeito de explicação inicial, este estudo assenta na apreciação e comparação das primeiras apresentações e leituras das armas carmelitas conhecidas do século XVI, da autoria de dois monges carmelitas, Fr. Simão Coelho e Fr. Diego de Coria Maldonado. Por ser o mais profundo na explicação simbólica delas, Fr. Simão Coelho tornou-se a principal fonte.

No geral, em todas as explicações dadas por estas duas fontes quanto à simbologia das armas carmelitas, dois conceitos estão presentes, um de âmbito geográfico e outro temporal. Se historicamente localizado no Monte Carmelo, por ser o espaço conotado com o nascimento da Ordem e da sua designação, num tempo que é datado com a vida de Elias e Eliseu, já no plano sociológico, estes conceitos vieram a ser ampliados nas suas dimensões espacial e temporal, com o espaço a ser considerado toda a Terra, ou

75 MALDONADO, Fr. D. C., *Dilucidario y Demonstracion de las Chronicas...*, fol. 90v.

76 Pe. Fr. Luís da Apresentação, *Vida e Morte do Padre Fr. Estevão da Pvrificação, Religioso da Ordem de N. Senhora do Carmo da Provincia de Portugal*, Lisboa, Pedro Crasbeck, 1621.

77 SÁ, Fr. Manoel de, *Memorias Historicas dos Illustrissimos Arcebispos, Bispos, e Escritores Portugueses da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, reduzidas a Catalogo Alfabético*, Lisboa Oriental, Officina Ferreyrenciana, 1724; LEOINDELICATO, R. P. Fr. Egidio, *Jardim Carmelitano, Historia Chronologica, e Geographica. Noticias Sagrada, Domesticas, e Estranhas de vários Successos da Religião Carmelitana. Oferecido a Maria Santissima, Mãe de Deos e dos Carmelitas*, Traduzido e adicionado no idioma Lusitano pelo M. R. P. M. Fr. Estevam de S. Angelo, Primeira Parte, Lisboa Occidental, Regia Officina Sylvana e da Academia Real, 1741; LEOINDELICATO, R. P. Fr. E., *Jardim Carmelitano, Historia Chronologica, e Geographica. Noticias Sagrada, Domesticas, e Estranhas de vários Successos da Religião Carmelitana. Oferecido a S. Joseph, Primeiro Protector dos Carmelitas*, Traduzido e adicionado no idioma Lusitano pelo M. R. P. M. Fr. Estevam de S. Angelo, Terceira Parte, Lisboa Occidental, Regia Officina Sylvana e da Academia Real, 1741; SANT'ANNA, Fr. José Pereira de, *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Dominios*, Tomos Primeiro, Lisboa Occidental, Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1745; SANT'ANNA, Fr. J. Pereira de, *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Dominios*, Tomo Segundo, Lisboa Occidental, Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1751.

78 LEOINDELICATO, R. P. Fr. E., *Jardim Carmelitano...*, Terceira Parte, Lisboa Occidental, Regia Officina Sylvana e da Academia Real, 1741, pp. 443-447; possivelmente uma tradução do *Dilucidario y Demonstracion de las Chronicas...*, de Fr. Diego Maldonado.

seja, o local indiferenciado onde se encontre uma comunidade carmelita, e o tempo a ganhar a dimensão de intemporalidade, ou seja, existindo, ontem, como hoje, uma comunidade carmelita, assim as armas fazem sentido pela mensagem simbólica que transmitem. Desta forma, pode, assim, dizer-se que, porque as armas nunca perdem atualidade, elas entram numa outra dimensão espacial e temporal, intimamente relacionadas com o fator psicológico, seja ele a título individual, seja ele a título coletivo, tendo como pano de fundo uma mensagem de libertação.

Fr. Simão entende a razão de ser das armas carmelitas nas dimensões do indivíduo/religioso carmelita em relação com a instituição e a sociedade. Numa perspetiva trinitária, ele apresenta o homem/monge antropologicamente formado de três elementos, aqui apresentados numa escala evolutiva, o elemento físico/institucional, o elemento espiritual e, por fim, o elemento divino, com cada um destes elementos a ser representado heraldicamente. O escudo é o homem/carmelita e os esmaltes – negro (a honestidade dele consigo mesmo e com os outros), o branco/prata (a santidade que pode alcançar) e o ouro (a nobreza de alguém que vive junto a Deus) – que iluminam os elementos simbólicos que o compõem, eles representam aquelas três dimensões.

Mas o homem/carmelita precisa de quem o ajude na sua caminhada. Nas armas carmelitas, encontram-se os tenentes de branco/prata, que amparam o escudo,⁷⁹ ou seja, os Anjos que intercedem junto a Deus por ele, cada um deles a simbolizar o amor a Deus e o amor ao próximo.⁸⁰

A santidade do homem/carmelita é alcançada por Deus, representada nas armas pela coroa real de ouro, sinónimo da sua vivência junto do «Senhor Deus» e reconhecida pela comunidade/sociedade.

O Convento de S. Romão e Alverca são, simultaneamente, a *via* e o *terminus* da viagem para a realização humana. *Via*, porque a relação que o Carmelita tem com as populações de Alverca é a forma de ele chegar ao fim. *Terminus*, porque o Convento de S. Romão/Alverca são o Carmelo, ou seja, são o exemplo do que é o Paraíso Terrestre, assente numa relação estreita do Homem com a Natureza, atingindo a plenitude da Criação, porque assim entendida como Obra de Deus.

79 *Ibidem.*

80 *Ibidem.*



Fig. 1 – Fonte de São Romão (c. 1950).Foto- CMVFX/MM-NA.



Fig. 2 – Pormenor do brasão carmelita existente na Fonte de São Romão (c. 1950).
Foto- CMVFX/MM-NA.

QUADRO EVOLUTIVO DAS ARMAS CARMELITAS

Século XV

Ordem Carmelita



1499 (<http://escudocarmelitano.blogspot.pt/2006/04/zelo-zelatus-sum-pro-domino-deo.html> - 17.jan.2013)

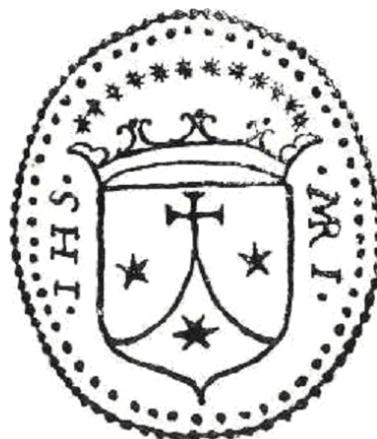
Século XVI

Ordem Carmelita



1571 (Frei Simão Coelho, *Compendio das Chronicas da Ordẽ de Nossa Senhora do Carmo*, sl, Antonio Gonçalvez, 1571)

Ordem Carmelita Descalça



1582 (<http://escudocarmelitano.blogspot.pt/2006/04/zelo-zelatus-sum-pro-domino-deo.html> - 17.jan.2013)

Século XVI

Ordem Carmelita



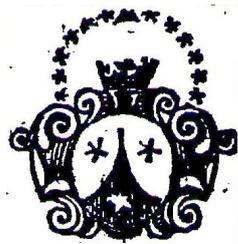
1591 (Fray Diego de Coria Maldonado, *Manual de las Beatas y Hermanos terceros, de la horden de la siempre Virgen, y madre de Dios, santa Maria del monte Carmelo*, Sevilla, Fernando de Lara, 1591)



1598 (Fray Diego de Coria Maldonado, *Dilucidario y Demonstracion de las Chronicas y Antigvedad del Sacro Orden de la Siempre Virgen Madre de Dios Sancta Maria del Monte Carmelo*, Cordova, Casa de Andres Barrera, 1598)

Século XVIII

Ordem Carmelita



1724 (Fr. Manoel de Sá, *Memorias Historicas dos Illustrissimos Arcebispos, Bispos, e Escritores Portugueses da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, reduzidas a Catalogo Alfabético*, Lisboa Oriental, Officina Ferreyrenciana, 1724)



1751 (Fr. José Pereira de Sant'Anna, *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Dominios*, Lisboa Occidental, Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1751)

Fig. 3 – Quadro evolutivo das armas carmelitas.

Fontes e Bibliografia

Fontes

ANTT, *Memórias Paroquiais (1728-1832)*, *Dicionário Geográfico de Portugal*, Tomo 11, C4.

CASTRO, João Bautista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo Segundo, Parte III e IV, Segunda Edição, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1763.

COELHO, Frei Simão, *Compendio das Chronicas da Ordē de Nossa Senhora do Carmo*, sl, Antonio Gonçalvez, 1571.

COSTA, Pe. António Carvalho da, *Corografia Portugueza, e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal*, Tomo Terceiro, Lisboa, Officina Real Deslandesiana, 1712.

FREIRE, António de Oliveira, *Descrição Corográfica do Reyno de Portugal*, Lisboa Occidental, Officina de Miguel Rodrigues, 1739.

LEÃO, Duarte Nunes do, *Descrição do Reino de Portugal*, Coleção Clássicos da Historiografia, 3, 3ª edição, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

LEOINDELICATO, Fr. Egidio, *Jardim Carmelitano, Historia Chronologica, e Geografica. Noticias Sagradas, Domesticas, e Estranhas de vários sucessos da religião Carmelitana, Novamente cultivado, traduzido, e addicionado no idioma Lusitano pelo M.R.P.M. Fr. Estevam de S. Angelo*, Primeira Parte, Lisboa Occidental, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1741.

–, *Jardim Carmelitano, Historia Chronologica, e Geographica. Noticias Sagrada, Domesticas, e Estranhas de vários Successos da Religião Carmelitana. Oferecido a S. Joseph, Primeiro Protector dos Carmelitas*, Traduzido e addicionado no idioma Lusitano pelo M. R. P. M. Fr. Estevam de S. Angelo, Terceira Parte, Lisboa Occidental, Regia Officina Sylvana e da Academia Real, 1741.

MALDONADO, Fray Diego de Coria, *Manual de las Beatas y Hermanos terceros, de la horden de la siempre Virgen, y madre de Dios, santa Maria del monte Carmelo*, Sevilla, Fernando de Lara, 1591.

–, *Dilucidario y Demonstracion de las Chronicas y Antigvedad del Sacro Orden de la Siempre Virgen Madre de Dios Sancta Maria del Monte Carmelo*, Cordova, Casa de Andres Barrera, 1598.

Nova Biblia Sagrada, 1ª edição, Lisboa/Fátima, Difusora Bíblica/Centro Bíblico dos Capuchinhos, 1998.

OLIVEIRA, Fr. Nicolau de, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1620.

SÁ, Fr. Manoel de, *Memorias Historicas dos Illustrissimos Arcebispos, Bispos, e Escriitores Portugueses da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, reduzidas a Catalogo Alfabetico*, Lisboa Oriental, Officina Ferreyrenciana, 1724.

SANT'ANNA, Fr. José Pereira de, *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia Nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus Dominios*, Tomo Primeiro, Lisboa, Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1745.

–, *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia Nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus Dominios*, Tomo Segundo, Lisboa, Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1751.

TOMÁS DE JESUS, P. F., *Livro de la Anteguedad, y Sanctos de la Orden de nuestra Señora del Carmen: y de los especiales Priuilegios de su Cofraria*, sl, Casa de Andres Renaut, 1599.

Bibliografia

CARR, Anne, *A Mulher na Igreja*, sl, Círculo de Leitores, [1994/1995].

CAMPOS, Nuno, «O Cosmos Carmelita, do «Nada» do Monte Carmelo de Colares ao «Todo» do Escudo de Armas. Leituras antropológicas e institucionais do século XVI», in *Tritão - Revista de História, Arte e Património*, nº 2, Câmara Municipal de Sintra, dezembro de 2014 (publicação digital-www.revistatritao.cm-sintra.pt).

Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura, Edição Século XXI, nº 6, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1998, col. 5.

GERHARDS, Agnès, *Dictionnaire Historique des Ordres Religieux*, sl, Librairie Arthème Fayard, 1998.

GUERRA, Amílcar, «O troço inicial da Via Olisipo-Bracara e o problema da localização de IERABRIGA», in *Cira Arqueologia Online*, Vila Franca de Xira, Museu Municipal Vila Franca de Xira/Câmara Municipal Vila Franca de Xira, 2012.

KÜNG, Hans, *O Cristianismo. Essência e História*, sl, Círculo de Leitores, 2002.

LOPES, Luís Seabra, «Itinerários da estrada Olisipo-Bracara: contributo para o estudo da Hispânia de Ptolomeu», in *O Arqueólogo Português*, Série IV, 13/15, 1995-1997.

MANTAS, Vasco Gil, «A estrada romana de *Olisipo* a *Scallabis*. Traçado e vestígios», in *Cira Arqueologia Online*, Vila Franca de Xira, Museu Municipal Vila Franca de Xira/Câmara Municipal Vila Franca de Xira, 2012.

PIMENTA, João e MENDES, Henrique, «A escavação de um troço da via romana Olisipo-Scallabis em Vila Franca de Xira», in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 10-nº 2, Lisboa, IGESPAR, 2007.

Webgrafia

<http://escudocarmelitano.blogspot.pt/2006/04/zelo-zelatus-sum-pro-domino-deo.html>

(17.jan.2013).

LÓPEZ-MELÚS, Pe. Rafael Maria (Carmelita), *Los Santos Carmelitas* - «San Angel de Sicilia presbitero» (carmelnet.org/chas/santos/angel2.htm) (1.mai.2013).

–, *Los Santos Carmelitas* - «San Alberto de Sicilia presbitero» (carmelnet.org/chas/santos/albet2.htm) (1.mai.2013).

PIMENTA, João e MENDES, Henrique, «Evidências de Ocupação Romana no Morro do Castelo de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira)», in *al-madan*, IIª Série, n.º 15, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, Dezembro 2007 ([al-madan online / adenda electrónica](http://al-madan.online/)) (18.fev.2014).

RAIMUNDO, Orlando, *Vila Franca de Xira. Saber mais sobre... História de Vila Franca de Xira*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2012, «Primitivos atraídos pelo Tejo. Os terraços quaternários de Alverca e Castanheira», pp. 11-13 (http://issuu.com/cmvmfx/docs/vol_ix_-_hvfx/4) (18.fev.2014).

A “CORNAGA” DE VILA FRANCA

Algumas notas em torno de um suposto mito fundacional

David Fernandes da Silva¹

Resumo: Partindo de um olhar sobre algumas características do território medieval de Vila Franca de Xira, procura-se verificar a possibilidade da existência de uma realidade territorial chamada Cornaga/Cornagua, com referências anteriores e por vezes mitologizadas, relacionada ou interagente com o mesmo território, bem com suas as implicações linhagísticas, sociais ou de poder, inerentes ao domínio patrimonial do território.

Palavras chave: *território, fundação, herdade, cornaga, linhagem.*

“de Cornagaa que vocatur Sira”

Este artigo não pretende ter o estofa de circunstanciar totalmente as questões em torno da toponímia gentílica local ou sequer desenvolver apurado esmiuçamento no que concerne à questão das origens da Cidade de Vila Franca de Xira, mas tão somente reflectir um pouco sobre alguns aspectos documentais e (re)lançar questões que poderão ser ulteriormente investigadas, num processo que visa perceber melhor as origens e a “fundação” (num sentido cronológico mais lato) de Vila Franca de Xira.

Nessa medida, as notas aqui contidas, à semelhança do que intentámos nas notas de pesquisa em torno da “fundadora concelhia” de Vila Franca de Xira, Dona Fruilhe Ermiges de Ribadouro², correspondem a “pré-artigos” de fundo, na tentativa processual de entender e interpretar, à falta de bases documentais avultadas, o (re)nascimento da Cidade e da região, nos primeiros séculos após a reconquista Cristã da área de Lisboa e do vale do Tejo.

1. Questões de Toponímia Gentílica Local

Um dos “problemas” mais regulares para as memórias locais, começa com a significação do próprio nome da localidade, do qual vem a derivar, por sufixação, os gentílicos, que, de algo modo, vêm a tornar distintivo e identitário determinado aspecto social, cultural, etc. Se é certo que “o nome de uma terra” não tem necessariamente que significar nada de específico, é, porém, notória a busca mais ou menos incessante da

¹ Licenciado em Estudos Portugueses, Pós-Graduado em História de Arte Medieval. Técnico Superior de Cultura da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira (“Banco da Memória” - Arquivo Histórico Paroquial Digital).

² SILVA, David Fernandes, “Fruilhe Hermiges de Ribadouro – notas para a compreensão da figura da concessora do Foral de Vila Franca”, *800 anos do Foral. 1212-2012*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2013, pp. 70-75.

percepção, em cronologias anteriores, daquilo que os avoengos quiseram transmitir, ao “baptizar” uma localidade de determinado modo.

Isso é visível no caso de Vila Franca de Xira, em que o distintivo Xira, por não ser de fácil acesso interpretativo, gerou o gentílico de origem erudita “xirense” (ou “cirense”), em detrimento do corrente gentílico “vilafranquense”, o qual, ainda que confundível com os gentílicos de outra qualquer “vila franca”, prevaleceu.

Excursando um pouco, mas com integração no contexto territorial, não conhecemos registo do gentílico usado pelos naturais da antiga Vila de Povos, hoje integrada no contexto da Cidade de Vila Franca de Xira, que presumimos seria “povosense” (e não povoense, de “póvoa”).

A título de exercício reflexivo, dado que segundo algumas tradições renascentistas, com ecos posteriores (porém sem comprovativo histórico e arqueológico – apesar das evidências de um forte implantação humana na época romana) Povos seria identificável com Ierabrica, poderia ter prevalecido o gentílico “ierabricense”, do mesmo modo que prevaleceu “conimbricense” para Coimbra (embora, de facto Coimbra fosse Æminium e não tenha prevalecido o “eminiense”), “calipolense” para os de Vila Viçosa ou “scalabitanos” para os de Santarém.

No entanto, este prefixo “iera”, de Ierabrica, correspondendo a um topónimo pré-romano regional, prevaleceu ao que parece em “Xira”³. No entanto, sem invalidar esta hipótese, veiculada por Amílcar Guerra, não é de excluir, até por confluência etimológica, que no termo medieval “Cira” (grafável Sira, Cira, Xira ou Zira) e a que Sousa Viterbo⁴ atribui o senso medieval de brenha ou mato inculto, se possa ter articulado mais do que uma origem, como é o caso de Xira poder advir do termo árabe “al-jazira” (terra alagada, cabeças de ilhas, de onde vem o termo “lezírias”⁵) ou até poder advir de “Sirus” ou “Siras” (distrito árabe, segundo Yakut, onde se incluía o Castelo de Povos, a cujo alfoz pertenceria a zona de Vila Franca de Xira), como nos refere Helena Catarino “deste modo, podemos até questionar se as duas Cira indicadas no foral de Vila Franca não terão derivado dessa Sirus ou Siras [S.r.s] islâmica, cujo território corresponderia ao controlado pelo castelo de Povos”⁶.

3 GUERRA, Amílcar, “A respeito do nome de Vila Franca de Xira”, *Boletim Cultural Cira 7*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1998, pp.155

4 VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, 2ª ed. revista, Lisboa, A. J. Fernandes Lopes 1865.

5 Vide NUNES, Graça Soares, *Vila Franca de Xira. Economia e Sociedade na Instalação do Liberalismo (1820-1850)*, Vila Franca de Xira, Lisboa, Edições Colibri/ CM Vila Franca de Xira, 2006, p. 25.

6 CATARINO, Helena, “O Castelo de Povos - apontamento sobre o período islâmico em Vila Franca de Xira”, *Senhor da Boa Morte: mitos, história e devoção*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2000, p. 47.

Como se pode ver a busca do sentido do nome continua bem presente no domínio da pesquisa e das hipóteses. Mesmo o topónimo “Vila Franca”, aparentemente mais entendível, oscila entre a possibilidade fundacional daquele núcleo urbano (distinto de Xira, como se depreende do Foral de 1212) se poder atribuir aos “francos” (designação genérica de um conjunto de povos do norte da Europa à época da reconquista cristã), se referir a um conjunto de “franquias” (consignável em impostos, tributações, mercados ou feiras francas), ou até a ambas.

2. O território medieval de Vila Franca de Xira

a) VILA FRANCA (a vila)

Não é particularmente fácil entender e balizar as realidades urbanas, rurais, fluviais (e de fronteiras) do que seria a área de Vila Franca de Xira, na Idade Média, nomeadamente da *vila* de Vila Franca, sendo esta o que nós poderemos entender como o “núcleo urbano antigo” de Vila Franca de Xira, e que parece vir aludida na “Carta de doação, feita por D. Sancho I a Rolim e outros da Vila de Vila Franca [Azambuja], com seus termos”⁷, em 1200. Com o tempo, veio também a definir-se esta vila como Vila Franca (de Xira), do termo de Vila Franca (de Azambuja), provavelmente foreira do Castelo de Povos (a quem D. Sancho I dá foro em 1195), o que se justifica a partir de aspetos relacionais, linhagísticos e de partilhas familiares dos senhorios.

A eventual confusão entre “vilas francas” e outras realidades territorial agrava-se ainda mais na identificação das “*personae*” deste período medievo, desde logo e como vimos em outro lugar, com a identificação deste D. Rolim com Childe Rolim (origem dos senhores de Azambuja), que poderá ser eventualmente o D. Xira ou D. Cira/Sira, cavaleiro bretão que ajudou D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa (1147). As crónicas atribuem a este a doação régia de Azambuja e a terra que veio a ser Vila Franca de Xira, a quem supostamente foi dado o nome de “Cornagua/Cornaga”, por ter sido “povoada por gente da Cornualha”.

b) XIRA (a herdade)

Embora, já tivéssemos oportunidade de falar da realidade da Herdade de Cira que depois se une a Vila Franca (nas determinações do Foral de 1212), convém recordar que no contexto das fixações territoriais e manutenções das relações de poder, as propriedades quintãs, como a Herdade de Cira ou Xira, ocupavam um lugar muito importante e tinham um carácter de “bem/património”, que motivava a manutenção, a doação ou

dinâmicas de gestão, na medida em que a posse da terra arável era sinal de prestígio e poder.

Esta Herdade de Cira (propriedade quintã na zona onde é hoje o Bom Retiro, Torre de Cima, Bairro da Mata e Foros da Mata) tem uma importância essencial na compreensão do território de Vila Franca de Xira, na Idade Média, constituindo um elemento “carneira” entre todos os outros elementos, na medida em que ela representa o “*signum potestatis*” do(a) senhor(a) da terra, além de ser nela que estava a terra produtiva por excelência, a estrutura de administração e poder, os celeiros, a adegas, os moinhos, etc.

Esta Herdade estava na posse régia quando, em Abril de 1206, D. Sancho I, a concede a Fruilhe Ermiges, ainda sua prima, atendendo que esta lhe “era muito próxima”⁸.

Nessa altura, Fruilhe era então casada com Fernando Ermiges de Baião (de quem ainda era prima, por quem lhe havia de vir o senhorio de Vila Franca). Este, na altura da concessão do Foral já deveria ter falecido, pelo que o Foral de Vila Franca de Xira é concedido, em Novembro de 1212, por Fruilhe Ermiges e pelo seu filho menor, João Fernandes.

Fruilhe era, assim, senhora de duas realidades distintas: Vila Franca e Xira, a quem concede Foral conjunto e ordena: “mandamos que morem os moradores de xira ensembra [conjuntamente] com os de vila franca nosa poboraçon”⁹.

A Herdade, além de símbolo de poder, seria seguramente, nem que fosse por questão de localização geográfica, “*locus securitatis*”, através da sua torre ou “castelo”: “a atalaya da uila deuea de teenr dona froylli ermiget, e os homens de xira”, o que não invalidava a “segurança” de Vila Franca (junto ao Tejo), por estrutura “amuralhada”: “o enmiigo de fora nom entre aa uila sobre a defesa”.

A existência de uma torre ou algo estruturalmente semelhante é plausível, porque além de estrutura de atalaia e vigia, a edificação de torres era prática comum para assinalar visualmente as estruturas quintãs senhoriais, sendo a torre um sinal de poder¹⁰.

Do ponto de vista da “arqueologia semântica” ainda hoje, no Bom Retiro, temos os topónimos: Casal da Torre, Quinta da Torre, Torre de Cima e Capelas, que se reporta à memória “castrense” da Herdade e que ainda se espelha na memória heráldica do bra-

8 «Ego Sancius... vobis domne Fronili Ermigii de illa nostra hereditate de Cira. Damos vobis ipsam hereditatem de Cira, scilicet, quantum nos ibi habemus... Et concedimus vobis mattam ut eam iure hereditario in perpetuum... Hoc siquidem facimus propter multum servicium et bonum quod nobis fecistis et facitis et quia estis multum naturalis nostra.» (Doação de 1206), in SILVA, David Fernandes, “Fruilhe Hermiges de Ribadouro – notas para a compreensão da figura da concessora do Foral de Vila Franca”, *800 anos do Foral. 1212-2012*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2013, pp. 70-75.

9 “Unde dicimus habitatoribus de cira, ut habitent simul in villa franca in nostra populatione de cira.” (Foral de 1212), in SILVA, David Fernandes, *op.cit. ut supra*.

10 SILVA, José Custódio Vieira da, “A torre ou casa forte medieval”, *El Museo de Pontevedra*, vol. 53, Pontevedra, 1999, p. 99-115.

são do municipal.

No entanto, a posse desta Herdade só sairá da sua alçada, quando em 1228, ela doou à Ordem do Templo, onde se incluíam todas as suas posses na «hereditatem de Cira»:

“Em nome de Deus. Ámen. Saibam todos que, de hoje e para sempre, eu, D. Fruilhe Ermiges, guiada por inspiração do Divino [...] dou, de minha espontânea vontade, a Deus e aos Irmãos da Milícia do Templo de Salomão [...] a minha herdade de Cira, com todos os seus termos, novos e velhos e com suas águas e pastos e fontes e quanto aí tinha [...] e concedo, para remédio da minha alma, de meu marido, de meus filhos e de meus parentes [...] e pelos muitos e grandes benefícios que sempre deles recebi e recebo, porque me receberam na sua santa confraternidade...”¹¹

Esta Herdade correspondia a uma vasta área que incluía seguramente o que é hoje o Bom Retiro, o Bairro da Mata, os Foros da Mata (total ou parcialmente) o Vale de Santa Sofia, confrontando na zona de Cardosas, no termo de Povos, Arruda, estando por perceber se incluía ou se limitava na área que é hoje de Cachoeiras e Castanheira.

c) POVOS (o castelo)

No que concerne a Povos, de quem Vila Franca (de Xira) deveria ser foreira, a verdade é que, olhando o território, o que se conhece não é um foral medieval dado à Vila (núcleo populacional que poderia e deveria existir, tal como Vila Franca de Xira, junto ao Tejo), andando erradamente designado o Foro dos moradores do Castelo de Povos, dado em 1195, por D. Sancho I, como um Foral, instituidor de um município, embora em termos de determinativo legal tivesse muitas semelhanças: “do vobis hominibus atque vasallis et alumnis castellum de poboos, ad populandum iure hereditario (...) dare et concedere vobis forum bonum”.

A averiguação da existência de núcleo urbano de Vila de Povos (junto ao Tejo), contemporâneo quer do Castelo de Povos, quer de Vila Franca (de Xira), poderia ajudar a explicar a realidade desta Vila Franca (de Xira) estar sobre a alçada senhorial dos senhores de outra Vila Franca (Azambuja), bem como tornar entendível algumas antigas identificações do núcleo urbano da Vila com a suposta “Cornaga”, de que são exemplo Alão de Morais e Duarte Nunes de Leão.

Além disso, no âmbito de um território castelejo, nada impede a existência de múltiplos núcleos populacionais (Vila Franca, Xira, Povos, etc.), como veio a acontecer posteriormente, no século XV/XVI com a distinção entre Castelo e Vila de Povos.

11 *Cit. in SILVA, David Fernandes. Ut supra.*

d) et alii

Além destas realidades que se conjugam directamente com “Vila Franca”, faltar-nos-ia falar do território de Alcamé, em contexto lezireiro, zona territorial de risco (porque situado na Linha do Tejo na época da reconquista), mas já presente nas Inquirições de Afonso II, como paróquia moçárabe (?) sujeita à Ordem de Santiago, da qual pouco ou nada sabemos, bem como um outro topónimo, que nos merecerá a reflexão seguinte: *CORNAGA*.

3. Cornaga existiu de facto?

Diz a *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Nunes de Leão: “E os que quiseram ficar, (D. Afonso I) deu as terras, que lhes a eles contentaram, que foram as vilas, que agora são de Almada e Vila Franca, a que os ingleses a quem coube chamavam Cornualha, e depois corromperão em memória da sua província: a qual vila hoje é Vila Franca...”

Como topónimo, termos semelhantes a Cornaga/Cornagam/Cornuaga não nos são totalmente desconhecidos, incluindo fora de Portugal, havendo exemplos na Escócia (zona de Nigg), ou na Itália (Culnaha e Cornagam são, por exemplo, nomes de localidades italianas no século XIII).

No contexto português há também várias “cornaguas”, no Concelho de Braga, no da Lourinhã e no de Torres Vedras. A título de exemplo, o termo “Cornagam Vicum”, que aparece na *Acta Sanctorum* de St. Egídio, designa uma vila/povoado chamada Cornaga no termo de Óbidos, onde morava o famoso João de Alpoim. Na Idade Média, o Paúl teria também a designação de Cornaga, bem como a actual Tornada, junto às Caldas.

No entanto, esta referência a Vila Franca (ou até mesmo Povos), como tendo sido toponimizada como Cornaga parecia à primeira vista como algo improvável, sem provas cabais ou documentais, o que nos levou a correr as chancelarias e arquivos nacionais em busca de alguns indícios ou vestígios que o comprovassem ou desmentissem.

O que encontramos superou grandemente, na medida em que encontramos, não uma, mas várias referências directas que, se não nos remetem para um determinado núcleo, nos focalizam numa área: “Carta da Doação (cópia) da Herdade de Xira, em Cornaga, concedida por D. Afonso III à Ordem do Templo”¹²; “Carta de Confirmação da Doação (cópia) da Herdade de Xira, em Cornagam, concedida por Fernando Gomes à Ordem do Templo”¹³; “Carta de Confirmação da Doação (cópia) da Herdade de Xira, em

12 ANTT, *Leitura Nova*, liv.53, f. 109v.

13 ANTT, *Leitura Nova*, liv. 53, f. 109. (embora indexada separadamente corresponde ao mesmo doc. indicado na nota 16)

Cornagam, concedida por D. Sancha Pais (transcreve-se Pires) à Ordem do Templo¹⁴, além das referências na “Carta (cópia) para os moradores de “Cira” não pagarem colheita, concedida por D. Afonso III à Ordem do Templo¹⁵.

As duas primeiras anteriores assim indexadas na Chancelaria antiga reportam-se a um mesmo documento, que existe tanto na forma original, como na sua transcrição na Leitura Nova, que é a “Carta pela qual D. Fernando Gomes e D. Sancha Pais deixaram à Ordem do Templo a Herança [Herdade] de Cornaga, renunciando a todos os seus direitos, datada de 18 de Dezembro de 1265”¹⁶. O original (fig. 17) oferece algumas dificuldades

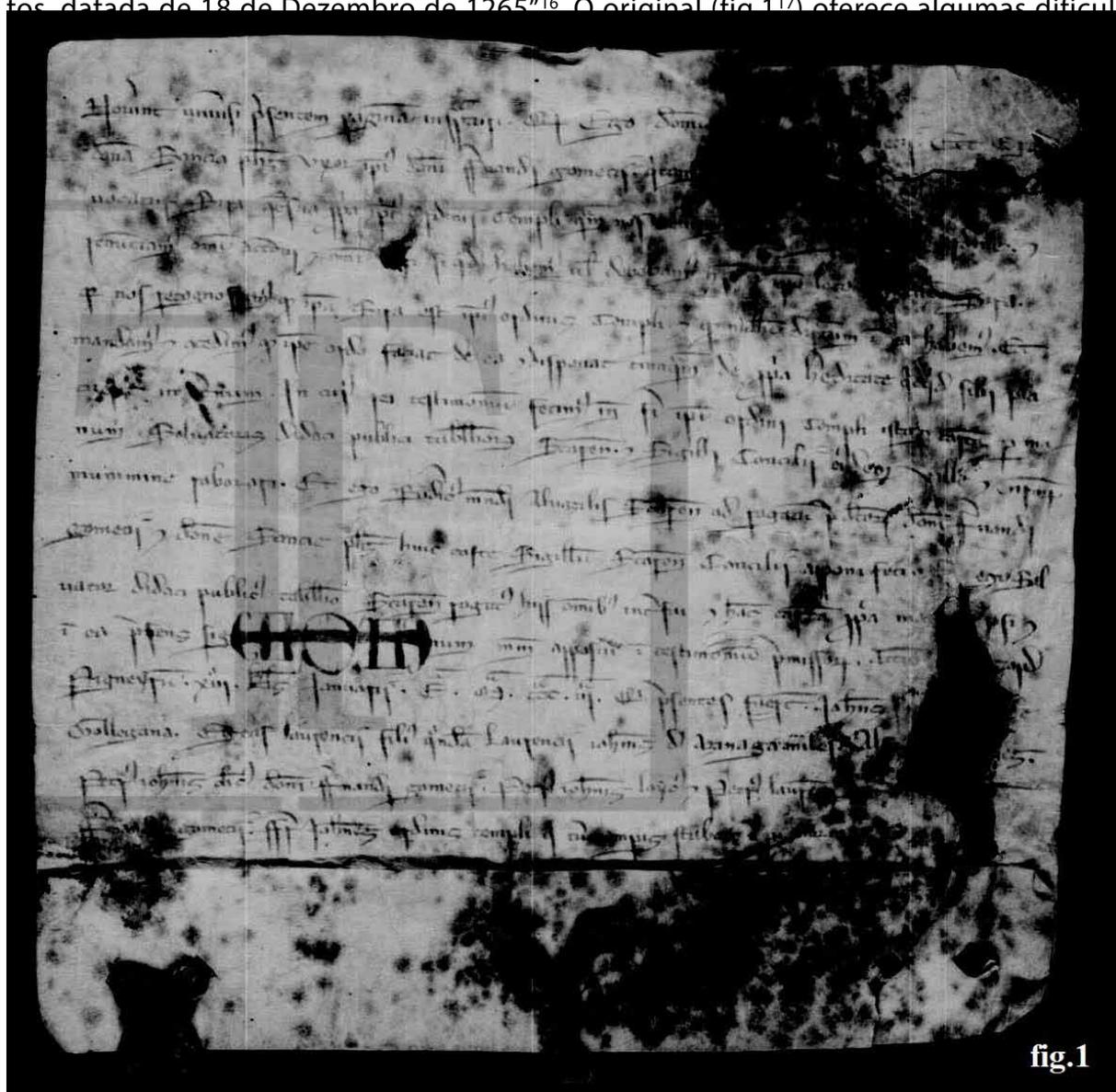


fig.1

14 ANTT, Leitura Nova, liv. 53, f. 109. (embora indexada separadamente corresponde ao mesmo doc. indicado na nota 16)

15 ANTT, Leitura Nova, liv. 53, f. 23

16 ANTT, Gavetas, Gav.7. mc. 3, n°14 (original) e ANTT, Leitura Nova, liv. 53, f. 109.

17 ANTT, Gavetas, Gav.7. mc. 3, n°14.

18 ANTT, Leitura Nova, liv. 53, f. 109.

frater Laurentius, nrois tunc tempore,
Comendator de Romanis. Et frater Alder
Rodericus de sanctaten. frater fernandus
mariz de sancta. frater Simeon nrois
de sauci. frater Alder gfr miles. frater:
Summo nanz. frater Adartunne. Ro
me. Dnus. Thomae. presbiter notuit.

Nada da ordem do Temple outra por q
com fernan gomez e dona sam
cha pires sua molher lbe leuaram abe
tancia de Coznaga que se chama rui
por conbecerem ser propria nada da or
dem e aueri tempo que atuziam e
Renunciaram toda auctam: de: e:

Noverunt vni
uersi presentem pa
ginam inspecturi
Et ego dnus. fer
nandus gomeaz Et ego Dona Sancha
pliz vxor ipue. Dni fernandi gomeaz
qui tamue. noe. ordm Templi de Cozn
ga que uocatur Sira que est sua propa
ipue. ordm Templi quam nos tenuimz
alio tempore de ipso ordm e Renunciamez
omni acioni e omni iuri siquod habemz
uel debebamz. habere in ipso loco qui uocat
Sira quia nec. Recognoscamus q ipsa Sira
est ipue. ordm Templi Et q nullum
directum in ea habemz. Et mandamz.
Et concedimus q ipe ordm faciat de ea: e
disponat tamquam de propria hereditate
quequid sibi placuerit in eternum. In au
rei testimonijz fecimus in de fieri ipi or
dm templi istam cartam per manus Sal
uatoris vidua publica tabellionis Garen
e sigilli Conalij eiusdem ville e nostror
munijine Roborari. Et ego Rodericus.
adeneri Aluazilic. Garen ad Rogatum

predetoz. Dni fernandi gomeaz e done
Sancha pliz huic Carte sigillum Geta
ren Conalij appom fecit. Et ego Salua
tor vidua publica. Tabellio Garen:
Rogatus hys. omni bue. interfu e hanc
Cartam propria manu subscripsi e in ea
presene. signum meum apposui in testimo
nijum premysor. Actum est hoc apud:
pigneuz eij. tate. Januarij. Eca. m. lxx.
ccc. iij. Dni presentes. fuerunt Joanne.
de gollegana. Egas Laurentij filio
quordam Laurentij ioannis. de agnaga
miles. Alfonso pirez. Petrus. Joanne
clericus Dni fernandi gomeaz. Petrus
Joanne. Linae. Et Petrus Laurentij:
bonijne. Dni fernandi gomeaz. frater
Joanne. ordm Templi qui tunc tempore
stabat in pignero.

Nada da ordem do temple outra de da
cum que lbe fez fernam sancha e
dame tate de uila franca da car doja
e de seu. termoe. com to dilla. vgre
ac. directue. e per temoe. de lee. e e.

Nada noie
hec est Carta doni
aome. e perpetue fir
mitudine. in perpe
tuum valitana quam ego fernandus san
chaz faao uobis. magis tro dono Dometio
tam. e omni bus uel tris fratribus de
Sortaigi super ipam populacione de uilla
franca de Cardosa. sea q do uobis in de:
medietatem integram et de omni bue. su
ie. terminij. Et de omni bus ecclesie
cum omni bue. suie. directurie. e pecti
nenaje. Et uoe. debetie. populare eam
meum Et ego nunquam in ista uilla
debeo facere teni vnde Contrariuz acesca
vobie. nec vestre mansionij nec etiam p

Sancha De Pires

fig.2

[À dita Ordem do Templo outra por que Dom Fernão Gomes e Dona Sancha Pires

(assim e não “Pais”, como no documento original) sua mulher Ihe leixaram a Herança [Herdade] de Cornaga, que se chama Xira por conhecerem ser própria da dita Ordem e haver tempo que a traziam e renunciaram a toda acção e direito, etc.]

“Noverint universi presentem paginam inspecturi, que Ego dominus Fernandus Gomecis Et ego Domina Santia Pais uxor ipsius Domini Fernandi Gomecii quitamus nos ordini Templi de Cornaga que vocatur Sira que est sua propria ipsius ordine Templi quam nos tenimus alio tempore de ipso ordine & renunciamus omni accioni & omni iuri siquod habemus vel debebamus habere in ipso loco qui vocatur Sira quia nos recognostimus qui ipsa Sira est ipsius Ordinis Templi Et qui nullum directum in ea habemus Et mandamus Et concedimus qui ipse ordo faciat de ea: & disponat tamquam de propria hereditate quicquid sibi placuerit in aeternum. In cuius Rei testimonium fecimus in de fieri ipsi ordini templi istam cartam per manus Salvatoris Didaci, publici tabellionis Santaren & Sigilli Concilii eiusdem ville & nostros *munimine* Roborati. Et ego Rodericus Menendi Alvazilis Santarenad rogatum predestor. Dominus Fernandi Gometis & Domina SANCIE Pais huic Carte Sigillum Santaren Concilii aponifeci. Et ego Salvatoris Didaci Publicis Tabellio Santarem: Rogatus hiis omnibus inter sui & hanc Cartam propria manu subscripsi & in ea presene signum meum apossui in testimonium promissor. Actum est hoc apud: Pigneirus xiii kalendas januarii era Mccciii qui presentes fuerunt Ioannes _____ de Gollegana. Egas Laurentii filio quondam Laurentii ioannes de azinaga miles. Alfonsus Piriz. Petrus Ioannis clericus domini Fernandi Gomecii. Petrus Ioannes laicus. Et Petrus Laurentii: homines Domini Fernandi Gomecii. Frater Ioannes ordinii Templi qui tunc temporis stabat in pigneiro.”

Segue a tradução (nossa) da Carta de Quitação da dita Herança/Herdade:

“Saibam todos os que virem este documento que eu, Dom Fernando Gomes, e eu, Dona Sancha Pais, mulher do dito Dom Fernando Gomes, entregamos à Ordem do Templo, a Cornaga que se chama Sira que é da própria Ordem do Templo, a qual temos, pela própria Ordem, há muito tempo, e renunciemos a todos os bens e todos os direitos que temos ou que deveríamos ter nesse lugar que se chama Sira, pertencente à própria Ordem do Templo e que nenhum direito nele temos e mandamos e concedemos que a dita Ordem faça e disponha dela, bem como da própria herdade, para sempre, do modo que Ihe agradar. Em testemunho disto fazemos esta Carta à Ordem do Templo, pela mão de Salvador Dinis, público tabelião de Santarém e o selo do Concelho da respectiva Vila e dos nossos selos firmados. E eu Rodrigo Mendes, Alvazil de Santarém, por me ter sido pedido pelo que foi dito, aponho o selo do Concelho de santarém na carta de Dom Fernando Gomes e e Sancha Pais. E eu Salvador Dinis, Público Tabelião de Santarém. Por me ter sido por todos, pelo que atrás se diz, por minha própria mão assino esta

Carta e nela aponho o meu selo, como confirmação de testemunho. Isto teve lugar no Pinheiros a 13 dias das calendas (...) da era de 1303 (1265). Estiveram presentes João _____ da Golegã, Egas Lourenço, filho de Lourenço Joanes, cavaleiro da Azinhaga. Afonso Pires, Pedro Joanes, clérigo de Dom Fernando Gomes. Pedro Joanes laico. E Pedro Lourenço: homens de Dom Fernando Gomes. Irmão João da Ordem do Templo que naquele tempo se encontrava no Pinheiro.

Esta Carta, dada no Pinheiro Grande (Chamusca), termo de Santarém, em finais de 1265 é de uma importância fulcral, na medida em que confirma aquilo que, à falta de prova documental, poderia parecer mito, que Vila Franca é ou estava inserida numa área chamada Cornaga, podendo ser ou não ser este o nome primitivo ou alternativo da Herdade de Cira (referenciada em 1206 e 1212).

Por este documento, percebemos que o casal Fernão Gomes e Sancha Pais quitam a posse *de facto* da Herdade de Cornaga, indicando que esta não era sua *de iure*, mas que estava na sua posse.

Note-se que, um dado importante, nexológico da Herdade de Cira e da Herdade de Cornagua, é a posse assumida e documentalmente definida nos âmbitos da Ordem do Templo, ordem militar e religiosa, cuja história e papel está ainda por escrever de forma cabal no que concerne à Linha do Tejo e à história local concelhia de Vila Franca de Xira.

Claro que isto não quer dizer, sobretudo porque há outros topónimos semelhantes em Portugal, que esta “Cornaga/Cornagua” seja derivada da Cornualha, por serem dali originários os “supostos” fundadores Vila Franca.

As referências a Cornaga/Cornagua como derivando de Cornualha e por ter sido “fundada” por autóctones daí (nomeadamente cavaleiros que haviam tomado lugar na conquista de Lisboa) são muito tardias (mesmo as estrangeiras, que são baseadas em testemunhos tardios portugueses e não ao contrário), pelo que essa hipótese etimológica é hipotética, aparentemente absurda e derivada de uma necessária mitologização que os antigos, sabendo da tradição toponímica ou tendo visto alguma referência documental, criaram com vista à explicação do nome Cornaga. Se assim fosse, as várias Cornagas a nível nacional teriam tido origem em *Cornishmen*, o que não se verifica.

Sendo assim, teremos que procurar fazer um exercício sincretista entre aquilo que são as características territoriais das Cornagas/Cornaguas nacionais e as suas probabilidades etimológicas. Os elementos comuns parecer ser as confluências de cursos de água, sendo que nas proximidades há sempre cursos de água, rios ou ribeiros, apertados em estruturas de terreno sobrelevado.

Sendo assim, a mais séria probabilidade é derivar dos termos latinos “Cornua Aquam”, que por crase e sucessiva corruptela deu Cornaga/Cornagua, com o sentido de um “corno de água”, um “afunilamento” de estrutura de terra elevada, confinando uma porção de água.

Olhando para a circunstanciação salientada dos documentos, e da circunstanciação territorial (não havendo dúvidas que a nossa “Cornágua” é Xira – ou até Povos - ou na zona que lhe está associada), teremos que procurar uma zona onde essa confluência se faça.

Do ponto de vista territorial (embora hoje não seja muito visível) temos essa confluência feita pelas Ribeira da Mata, Ribeira de Santa Sofia (Rio Barbas do Bode), e pela Ribeira de A-de-Barrão, na zona do fértil Vale de Santa Sofia, além de outra hidrografia que hoje pode não descobrir-se tão facilmente (conviria, por exemplo, averiguar as conexões da Ribeira de Cachoeiras e o Rio Grande da Pipa, com estes cursos de água).

Acrescente-se que nos parece plausível a possibilidade da “ponta deste “corno de água” territorial ser a zona chamada *O Mirante*, ponto elevado do Vale de Santa Sofia, de onde se tem uma visão total, segura e avançada sobre todo o vale, que poderia ter sido usada como atreamento, num enclave entre o Bom Retiro e o Monte Gordo, abrangente visualmente o território mais rural, quintão e de montanha, sobre os cursos de águas e sobre o Tejo, sendo que este rio e o seu vale eram, na época da Reconquista e não só, uma zona imprescindível de controlo e de poder, com uma disposição geográfica territorial muito diferente do que hoje apresenta¹⁹.

A Honra de Cornágua e Xira e as linhagens de Ribadouro e Baião

Volvidos mais de sete séculos sobre as origens mais remotas de Vila Franca de Xira torna-se complicado, à falta de (mais) fontes contemporâneas perceber as ligações familiares e linhagísticas, a partir da propriedade da terra, (bem como as outras estruturas de poder associadas), no que concerne à linha da Tejo e a área de Vila Franca de Xira.

Como já se viu em outro lugar²⁰, o poder dos Ribadouro é notório no processo contínuo de manutenção de senhorio (até por ser uma das cinco linhagens principais), evidenciando-se no contexto local, numa primeira fase, a figura de Fruilhe Ermiges de Ribadouro, como concessora do Foral medieval de Vila Franca de Xira, em 1212, confluindo nela duas linhagens principais, Ribadouro e Braganços (por via paterna e materna, bem como a própria Casa Real), ligando-se a ela a linhagem dos Baião (por via

19 MENDES, Henrique e PIMENTA, João. *Vila Franca de Xira há três mil anos – o povoado de cabanas de Santa Sofia* [Jornal da Exposição], Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2012.

20 VV.AA. *800 anos do Foral. 1212-2012 (CD)*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2013.

do casamento).

Recordando alguns dados sobre a figura, diremos que Fruilhe Ermiges de Ribadouro, (c.1180, Penafiel - d.1229, Fonte Arcada), era filha de Ermígio Mendes de Ribadouro (filho de Mendo Moniz, mordomo-mor de D. Afonso I, irmão de Egas Moniz, aio de D. Afonso Henriques), governador de Penafiel, e Sancha Pires de Braganções. Casou com Fernando Ermiges de Baião, viúvo de Maria Pais (de onde lhe advinha o Senhorio de Vila Franca), de quem teve quatro filhos: Maria Fernandes, João Fernandes, Ermígio Fernandes e Soeiro Fernandes. Por ser bisneta de Afonso I e prima de Sancho I, Fruilhe recebeu deste a herdade de Cira, em 1206, tendo disposto do senhorio para efeitos de foro, em 1212, e tendo-o doado, em 1228, à Ordem do Templo.

Ora, se saltarmos quase 50 anos, vemos como a Herdade de “Cornágua”, que se poderia incluir ou ser nome alternativo da Herdade de Cira, estava nas mãos de Sancha Pais e Fernão Gomes, embora, apesar de estar na sua posse, esta Cornágua e Xira pertenciam aos Templários (“de Cornaga que vocatur Sira que est sua propia ipsius ordine Templi”), de onde se pode inferir que se não a mesma realidade, são realidades territoriais inclusas ou sobrepostas, de algum modo.

Excursando um pouco, ao falarmos da Herdade de Cira, à luz da confirmação da existência de Cornágua, verificamos que, ao contrário do que a tradição cronística nos indicava (que Cornágua tinha sido o primevo nome de Vila Franca/Xira), Cornágua ou é uma “classificação geográfica” (à semelhança de “planície”, “vale”, etc.): “de Cornaga que vocatur Sira” > “a Cornágua a que chamam Cira”; ou designa uma “área geográfica” sendo que o termo “Cira”, que designa quer a Vila Franca, quer define a “Herdade” (presente na doação de 1206, no foral de 1212 e na doação de 1228) pode ser apenas um designativo da vasta área que nomeia a região: “in ipso loco qui vocatur Sira” > “no mesmo lugar que chamam Cira”, parecendo a Cornágua ficar em Xira (embora possa ser que a [Herdade] de Xira que fique na Cornágua).

Este casal, Sancha Pais e Fernando [Fernão] Gomes é sobejamente conhecido. Sancha Pais era filha de Paio Viegas de Alvarenga, Senhor do Couto de Alvarenga, e de Teresa Anes de Riba-Vizela, sendo trineta de Egas Moniz (e consecutivamente, prima de Fruilhe Ermiges), Casou primeiramente com Nuno Mendes Queixada, tendo, por este enlace. ligações aos Chacim. Dos vários filhos que Sancha Pais e Fernando Gomes tiveram sabemos que, pelo menos, Gil Barreto foi freire templário.

O nosso Fernando Gomes ou Fernão Gomes Barreto tinha bens patrimoniais repartidos pelo norte do país, mas possuía também, com a sua família, a propriedade dos Barretos em Santarém e sua área limítrofe.

Como o seu pai, Gomes Mendes Barreto, que frequentou a corte de Sancho I, tendo sido Mestre da Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão e alcaide do castelo de Leiria em 1211, também Fernando Gomes aparece na cúria de Afonso III, em 1248 e em 1254, tendo nesta última data, acompanhado o Rei em protesto perante Frei Roberto, bispo de Silves, no âmbito da sua eleição.

Estes Barretos, derivam da linhagem dos de Baião e descendem de D. Sancha Pais, uma irmã de D. Gualdim Pais, Cruzado e Mestre Templário, Cavaleiro de D. Afonso I de Portugal e fundador de Tomar. Sendo os Barreto “sobrinhos” de Gualdim Pais, não é de estranhar que o pai de Fernando Gomes, Gomes Mendes Barreto, nos surja como Mestre do Templo ou que um seu irmão, Paio Gomes Barreto seja freire do Templo.

Percebemos então que, à semelhança do que tinha acontecido com Fruilhe, estamos numa esfera de movimentação de poder, que embora linhagística, orbita em torno da Ordem do Templo.

O poder e prestígio que a Ordem de Cristo granjeava na época, à vez espiritual, militar, social, defensivo, político, económico, etc., motivava que, em torno de uma determinada propriedade e a honra que advinha da sua posse ou uso, se organizassem estruturas clientelares em torno da mesma Ordem.

Assim sendo, tanto os Ribadouro como os Barreto se articulam com a Ordem do Templo, numa lógica de sincretismo de poder, o que, desde logo nos permite perceber a importância que Cornágua/Cira deveria ter no âmbito do património da região de Lisboa e Vale do Tejo, para motivar esta interpenetração destas linhagens com a Ordem do Templo.

Torna-se, pois, por demais evidente que é esta manutenção que conduzirá à criação da importante Comenda da Ordem do Templo/Ordem de Cristo, com especificidades das ligações familiares inerentes, na estrutura organizativa, gestão e usufruto de bens, um pouco como vai suceder séculos mais tarde com os Garção/Carvalho, nos primeiros séculos de gestão da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca de Xira (séc. XVI-XVIII), pelo que se verifica imperioso, fazer um levantamento das fontes da Ordem do Templo/Ordem de Cristo (ou Santiago, no caso das Lezírias), para a correcta e ampla compreensão dos contextos de Vila Franca de Xira medieval.

Palavras finais

Tendo em conta a reflexão anterior, ficamos a perceber várias coisas sobre a Cornágua/Xira, sendo a primeira o facto de, na toponomização da região como “Cornágua”, não ter havido ingleses, ou pelo menos não parece terem existido evidências dos ditos

homens da Cornualha a “baptizarem” a região.

Segundo, ao contrário do que muitas vezes aparece indicado, não parece ter havido supostas devoluções à Coroa do território de Cira pelos “francos” (os tais de D. Raulino que receberam Azambuja e outras posses), evidenciando-se continuidade de manutenção do senhorio da região, vilas e herdades, a que se agregam outros bens patrimoniais.

Terceiro, a posse de Cornágua/Xira é um evidente caso de tracto sucessivo linhagístico, no âmbito dos senhorios, com os Ribadouro e os Barreto (Baião) como protagonistas, sendo a Ordem do Templo, não apenas o garante da segurança e fixação, mas a charneira de ligação familiar e de poder, no âmbito da propriedade de terra.

Quarto, verifica-se em Cornágua/Xira, que esta entra na posse dos Barretos, não só pela proximidade com Santarém, mas também pela ligação linhagística evidente entre este ramo familiar e a Ordem do Templo, comprovada pela Carta de Quitação de Cornágua/Xira, em 1265, já no Mestrado de D. Gonçalo Martins (1265-1271).

Quinto, (uma) Cornágua parece ser uma área geográfica muito lata (mas sempre com o elemento fluvial agregado) com delimitações que podem, neste caso concreto, e no sentido contrário à linha do Tejo ter termo na direcção de Arruda e Cardosas, de que nos surgem evidências, em documentação posterior ao século XIV.

Sexta e concluindo, a Cornágua da área de Vila Franca de Xira, pelo menos na sua parte de “cabo/ponta” parece corresponder a uma confluência de Rio Barbas do Bode, Ribeira de A-de-Barrão e outros cursos, entre o que é hoje o Bom Retiro e o monte Gordo, sendo o ponto de encaixe sobre o Vale de Santa Sofia, o chamado “Mirante”, ponto alto na zona além da Quinta dos Desterro, na zona das antigas Quinta da Valença e perto da Quinta dos Bairros (N. Sra. do Rosário), cuja prova ou negação terá que ser verificada pela arqueologia espacial, *in loco*.

Bibliografia

CAETANO, Marcelo, *História do Direito Português, (1140-1495)*, Lisboa - S. Paulo, Ed. Editorial Verbo, 1981.

CATARINO, Helena, “O Castelo de Povos - apontamento sobre o período islâmico em Vila Franca de Xira”, *Senhor da Boa Morte: mitos, história e devoção*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2000, pp. 43-51.

COSTA, António Carvalho da, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, genealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Lisboa, Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712, 3 vols.

COSTA, FR. Bernardo da, *História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo*, Coimbra, Of. Pedro Ginioux, 1771.

DURAND, Robert, *Les Campagnes portugaises entre Douro e Tâge aux XII et XIII siècles*, Paris, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1982.

FERREIRA, Leontina Domingos Ventura Duarte, *A nobreza de corte de Afonso III*, Coimbra, Tese de doutoramento em Letras (História da Idade Média) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra, Coimbra, 1992, ed. Policopiada.

FREIRE, Pedro. *A Carta de Doação de Azambuja. VIIIº Centenário. Subsídios para a História Local*, Santarém, O Mirante/ Câmara Municipal de Azambuja, 2001.

GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga, Carvalhos de Basto, 2ª Edição, 1989, vol. II.

HESPANHA, António Manuel, *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Ed. Livraria Almedina, 1982.

KRUS, Luís, *A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, s.l., Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

LARA, António de Sousa, MACHADO, Vasco de Bettencourt Faria, *Ascendências Reais de SAR D. Isabel de Herédia*, Lisboa, Universitária Editora, 1999.

LEÃO, Duarte Nunes de, *Crónica dos Reis de Portugal*, Lisboa, Francisco Vilela, 1677.

LUCAS, Maria Miguel, «Vila Franca de Xira: História, Urbanismo e Identidade.», *Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2003, pp. 97-116.

MACHADO, José Pedro, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Ed. Confluência, 1984.

MATTOSO, José, Identificação de um país. *Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325, vol. I – Oposição*, 5ª Edição, Lisboa, Ed. Editorial Estampa, 1995.

MENDES, Henrique e PIMENTA, João. *Vila Franca de Xira há três mil anos – o povoado de cabanas de Santa Sofia* [Jornal da Exposição], Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2012.

MORAIS, Cristovão Alão de, *Compêndio das Armas dos Reynos de Portugal & Algarve & das Cidades & Villas Principaes deles*, Porto, Caminhos Romanos, 2013.

MORENO, Humberto Baquero, *Os municípios portugueses nos séculos XII a XVI*, Lisboa. Ed. Editorial Presença, s.d.

MORENO, Humberto Baquero, "Conflitos em Loulé entre os Barretos e os seus opositores no século XV", *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras, pp. 125-133.

OLIVEIRA, César, *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

SILVA, David Fernandes, "O Foral de 1212 – Notas de Análise Textual", *800 anos do Foral. 1212-2012*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2013, pp 40-54.

SILVA, David Fernandes, "Fruilhe Hermiges de Ribadouro – notas para a compreensão da figura da concessora do Foral de Vila Franca", *800 anos do Foral. 1212-2012*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2013, pp. 70-75.

SOARES, Torquato de Sousa, *Apontamentos para o estudo da origem das instituições municipais portuguesas*, Lisboa, 1931.

D. António de Ataíde (1500-1563), 1º Conde da Castanheira – Vida e Obra.

Paulo Silva¹

Resumo - D. António de Ataíde (1500-1563) foi o primeiro Conde da Castanheira e Senhor das vilas de Povos e Cheleiros, e do morgado da Foz. Nasceu em 1500 e faleceu na vila da Castanheira a 7 de outubro de 1563. Este artigo explora a proximidade com o rei e o poder que advém daí, transformando o 1º Conde da Castanheira num dos homens mais poderosos do seu tempo, destacando-se, igualmente, como mecenas.

Foi conselheiro de Estado, vedor da Casa Real, comendador de Langroina na Ordem de Cristo e alcaide-mor de Colares. Recebeu a primeira educação no Paço Real da Ribeira, sendo D. João ainda príncipe, com quem então muito convivera, devotava ao Príncipe D. João (futuro D. João III) grande amizade. Quando D. João subiu ao trono em Dezembro de 1521, por morte de seu pai, concedeu-lhe o título de Conde da Castanheira e nomeou-o embaixador em Paris para tratar de negócios da maior importância. Representou D. João III em Castela e na Alemanha, e em paga destes serviços, o rei nomeou-o, em 1532, conselheiro de Estado e vedor da fazenda, lugar que exerceu até 1557, ano em que faleceu aquele monarca. Foi um dos principais conselheiros do monarca, durante o seu reinado. Teve um papel central em questões cruciais do reinado de D. João III, como foram o povoamento, a instituição das capitânias-donatórias e o governo-geral do Brasil e o abandono ou não das praças marroquinas.

Palavras-chave : **D. António de Ataíde; Ataídes; Castanheira do Ribatejo; Conde da Castanheira; D. João III.**

1. Introdução

D. António de Ataíde (1500-1563) foi o primeiro Conde da Castanheira e Senhor das vilas de Povos e Cheleiros,² e do morgado da Foz. Era filho de D. Álvaro de Ataíde, senhor da Castanheira e de sua mulher D. Violante de Távora. Seus avós paternos eram os condes de Atouguia e os maternos os do Prado. Nasceu em 1500 e faleceu na vila da

¹ Técnico Superior de História, Museu Municipal de Vila Franca de Xira. pauloantunes13@gmail.com. Licenciado em História pela Universidade Autónoma de Lisboa “Luis de Camões”.

² Cheleiros foi uma freguesia portuguesa do Concelho de Mafra. A sua história ficou ligada à poderosa família dos Ataídes, senhores da vila no início do Século XVI e que deixaram uma notável marca nas duas igrejas Manuelinas que ainda parcialmente se conservam no centro histórico.

Castanheira a 7 de outubro de 1563. Foi casado com D. Ana de Távora, filha de D. Álvaro Pires de Castro, senhor do Mogadouro e de Mirandela, e de sua mulher, D. Isabel da Silva, filha dos condes de Penela.

Foi conselheiro de Estado, vedor da Casa Real, comendador de Langroina³ na Ordem de Cristo e alcaide-mor de Colares. Recebeu a primeira educação no Paço Real da Ribeira, sendo D. João ainda príncipe, com quem então muito convivera, devotava ao Príncipe D. João (futuro D. João III) grande amizade. Tinham quase a mesma idade e a convivência lhes granjeara mutuamente verdadeira afeição. Quando D. João subiu ao trono em Dezembro de 1521, por morte de seu pai, concedeu-lhe o título de Conde da Castanheira e nomeou-o embaixador em Paris para tratar de negócios da maior importância. Apesar de contar apenas 20 anos de idade, destacou-se neste cargo. Foi armado cavaleiro em Tomar no ano de 1524. Representou D. João III em Castela e na Alemanha, e em paga destes serviços, o rei nomeou-o, em 1532, conselheiro de Estado e vedor da fazenda, lugar que exerceu até 1557, ano em que faleceu aquele monarca. Saindo então da corte, retirou-se para a vila da Castanheira e ali faleceu.⁴

2. A Governação do Reino

Integrante do círculo cortesão por nascimento, a proximidade física ao então futuro monarca deverá ser levada em conta na compreensão das funções que D. João III lhe atribuiu e do poder que na prática assumiu na governação e negócios da Coroa até à morte do Rei. A influência que D. António de Ataíde tinha junto do príncipe era tão grande que D. Manuel I chegou a manifestar algum desconforto e a mandar prender D. António:

«el Rey que Deos tem [D. Manuel I] começou a ter descontentamento dos que andauamos derredor del Rey Nosso senhor [D. João III]; e ? alguã maneira teue razaõ, posto q? a el Rey Nosso senhor nunca passasse pella fantasia decontenatarse de seu Pay, nem descontentallo; nem aos que eramos fauoreçidos

delle [...] passaua pella fantasia atiçarem descõtentamento. E porem tambem naõ

cuidauamos (hus pella pouca idade, de que eramos, e outros por algum descuido, que nisto tiueraõ) no muito q? hia, em atè em nos se enxergar,

3 Langroina, Langroiva ou Longroiva. É atualmente uma freguesia de Meda, distrito da Guarda. Foi sede de Concelho entre 1120 e 1836.

4 <https://books.google.pt/books?id=-LVPAAAACAAJ> [Historia Geral de Portugal, e Suas Conquistas, Damião António de Castro, 1789, Typografia Rollandiana].

q?em el Rey nosso senhor auia o cōtentam?to de seu Pay, que elle na verdade sempre teue. Neste tempo começou el Rey Nosso senhor a ent?der em obras de mançebo, e posto q? em todas foy sempre muy temperado, de alguas moustrou el Rey, que Deos tem, descontentam?to, e teueo tambem do conde de Sortelha, e de mim, de que em parte se seguio sermos, elle e eu presos, e mādados da Corte”⁵.

Foi um dos principais conselheiros do monarca, durante o seu reinado, sobre assuntos tão variados como as vias de comunicação e transportes; técnicas militares, navais e comerciais; às doenças. Teve um papel central em questões cruciais do reinado de D. João III, como foram o povoamento, a instituição das capitánias-donatarias e o governo geral do Brasil. D. António de Ataíde teve ainda um papel relevante na discussão sobre o abandono ou não das praças marroquinas.

Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, a defesa perante o monarca do abandono das praças portuguesas em Marrocos foi liderada pelo Conde da Castanheira⁶. Esta posição está bem documentada na carta que D. António de Ataíde remeteu a D. João III, em 4 de Outubro de 1541, defendendo o abandono das fortalezas de Safim e de Azamor, em Marrocos, e a concentração dos esforços de Portugal na Índia:

“Quando cuido nas coisas que Vossa Alteza é obrigado a suster, e no modo de que está sua fazenda, representam-se-me tantas desesperações, que muitas vezes me parece que vem mais de minha compleição melancólica, que doutra coisa. E já me algumas vezes aconteceu para me tirar desta dúvida, buscar alguns homens de muita idade e experiênciã para saber deles a diferença que há deste tempo ao passado, que eles tinham visto de mais necessidades. Os mais me diziam que nunca tamanhas foram. E alguns hão que houve já outras tais, e que se remediaram. E estes me parece que cuidavam pouco nelas. Porque de alguns anos a esta parte vão elas sendo tão diferentes das passadas, que põe alguns costumes muito novos a esta terra, com que Vossa Alteza e ela, a meu ver, não podem; e se se não buscar remédio, hão-de poder cada vez menos. Uma foi começar-se a tomar dinheiro a câmbio. E desde que se começou a tomar até agora, nunca se outra coisa fez; e quase se não sustêm daí as despesas de Vossa Alteza. E porque ainda isto não bastava para se remediarem, se começaram a vender juros. E posto que creio que são vendidos quantos se podiam vender, algum serviço cuido que tenho feito a Vossa Alteza em

5 D. António de Ataíde, Cópia D’Hvm Papel, Em Qve Dom Antonio D’Attayde primeiro Conde da castanheira, deu rezão de si a seus filhos, e descendentes, [Lisboa, 10 de Janeiro de 1557]; PELÚCIA, Alexandra Maria Pinheiro, Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: A elite dirigente do império Português nos reinados de D. João III e D. Sebastião, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2007.

6 Serrão, Joaquim Veríssimo, História de Portugal. Volume III: O Século de Ouro (1495-1580), Lisboa, Editorial Verbo, 1978, págs. 39-42, e nota 113 (na pág. 41).

isso não ir mais avante, de que testemunhas: e o pior é que já agora não há quem o compre. Porque, se no reino houvera pessoas de muito dinheiro, ainda se puderam remediar as despesas com vender jurisdições, que agora parece tão abominável coisa, como parecia venderem-se juro, quando se começaram a vender. E uma coisa e outra o são muito: porque na verdade não se deviam de dar senão por serviços, nem comprar com outra moeda. Assim que a meu ver destas coisas se não podem já valer. E os câmbios também me parecem que hão de durar pouco; e muito mais pouco, se virem que Vossa Alteza se não põe em ordem. Porque os mercadores não vivem senão de olhar pelo modo da vida das pessoas com que contratam, e que podem fazer meter na cadeia; e até pelos jeitos julgam se hão de fiar deles; quanto mais de reis, que, por derradeiro, se lhe não podem pagar, não podem eles mais fazer nisso do que fazem as partes que tem dinheiro na Casa da Índia, que desejam bem de o arrecadar.

E pois o suprimento das despesas assim está, e elas vão lavrando mais que herpes, devem de haver algum modo de se cortarem. Porque um homem permite cortar-lhe um dedo, por não perder a mão, e a mão por não perder o braço. E neste negócio não receio que por não cortar uma coisa, se perca ela e outra, senão todas totalmente e sem nenhum remédio. E as despesas de Vossa Alteza são as da Índia; e cá no reino tenças e moradias, compras e tesouro, capela, guardas, relações, caça e monte, música e ministros, e despesas extraordinárias, e lugares dalém, que ponho por derradeiro para falar primeiro nas outras.

As da Índia a meu ver se devem de engrossar; e de quão desnecessária me parece a gente que Vossa Alteza mandou o ano passado, tanto me parece necessário ir muita na armada que o ano que vem com a ajuda de Deus há de ir. Porque agora por esta nau que da Índia partiu derradeiro escrevem novas de rumes, e parece razão, porque está o Turco desocupado, o que não estava os anos passados, e com pouca esperança das coisas da Alemanha, e desapressado de Coron. E às coisas da Índia se deve acudir como a remédio de todas as outras. Assim que por muitas razões se deve agora gastar mais.

Com as tenças se não deve de bulir, porque essa é a vida dos fidalgos e pessoas principais de seus reinos, e muito poucas ou nenhuma há que não sejam muito bem merecidas; e além disso é o mais barato soldo por que se podem achar soldados, quanto mais tais pessoas como são as que as têm; e bem se viu agora em Safim, que mil soldados custaram pouco menos ou por ventura mais de dez mil cruzados, e não chegaram a tempo; e portugueses foram mais de mil com cem fidalgos, que se detinham em Lisboa com tanto trabalho, como se embarcavam os soldados em Andalu-

zia, e isto se paga com umas poucas de tenças; e as mais delas já dantes merecidas, e fica o dinheiro no reino em em pessoas que quando vão a servir lhe não lembra senão o amor que tem a Vossa Alteza com que o fazem. Em moradias me parece que se pode poupar pouco, porque os fidalgos de seus reinos hão de viver com ele. E não queira Deus que em seus dias se quebre um tão bom costume destes seus reinos. Cavaleiros, escudeiros e moços da câmara servem tanto, e em coisas para que são tão necessários, que se faz provisão em os tomar. E isto vejo eu muito bem pelo carrego que tenho, e creio que o provarei largamente, quando cumprir.

Os lugares dalém que Vossa Alteza tem no reino de Fez aproveitam para muitas coisas muito grandes, e dão esperança doutras muito maiores; e umas e outras de muito serviço de Nosso Senhor, e por estes frutos que se deles colhem e esperam, é muita honra destes reinos sustere-se. Porque, a meu ver, entre os sisudos e honrados, e ainda entre a gente comumente se chama vaidade o que se sustêm sem fruto nem esperança dele. De se suster Safim se não seguem frutos honrados nem proveitosos; e se sustêm com fazendas de órfãos e viúvas, a que Vossa Alteza não paga o que deve; e dele tem o xerife muitos cristãos cativos, de que se tira muito dinheiro destes reinos; lembrando-me também que não tem rio nem porto para se poderem recolher fustas de mouros, nem na terra aparelho para as fazer, me parece que Vossa Alteza o deve mandar derribar e deixá-lo de todo; e que o mesmo deve mandar fazer de Azamor, mandando fazer uma fortaleza na barra que baste para se não virem fustas meter no rio, nem poderem dele sair, que é a meu ver o fruto que se agora colhe de Azamor, porque em tudo o mais está igual a Safim, senão quanto está aventurado a o tomarem cada vez que quiserem, porque claro está que não pode ser socorrido senão com outra tanta gente, como a que o tomou, que será má de ajuntar em tanto curto tempo, como o em que se ele poderá defender".⁷

D. António de Ataíde, no que respeita ao governo do Brasil, teve várias ações relevantes. Em 1529 enviou o seu primo Martim Afonso de Sousa, como comandante de uma armada, para ir combater o corso dos navios franceses no Brasil e conquistar o Rio da Prata. Contando com escassos recursos financeiros e pretendendo incentivar a ocupação da terra, por iniciativa do Conde da Castanheira, Dom João III doou quinze capitânicas na costa do Brasil, entre 1534 e 1536. Igualmente, D. António de Ataíde não perdeu a oportunidade de consolidar interesses económicos particulares no Brasil entre 1549 e 1552, recebendo em Sesmaria as Terras de Tatuapara⁸ e recebeu por doação

7 <http://www.arqnet.pt/portal/discursos/outubro02.html>

8 Bahia. Brasil.

Régia as Ilhas de Itaparica⁹ e Taramandiba.¹⁰

É interessante verificar, na atualidade, que há alguns brasileiros, que consideram D. António de Ataíde como o “inventor do Brasil”. Vejamos este texto retirado de um artigo de Eduardo Bueno, editado na Revista Época (uma das maiores revistas semanais publicadas no Brasil, lançada em 1998), em 2001, que aborda esta corrente:

“Um dos mais extraordinários personagens do Brasil colonial permanece desconhecido de 99,9% dos brasileiros. Seu nome não é encontrado em virtualmente nenhum livro didático, e mesmo os acadêmicos o ignoram quase por completo. No entanto, durante mais de 30 anos nada se fez no Brasil que não por ordem de dom Antônio de Ataíde. Entre 1525 e 1558, Ataíde era de fato o homem que mandava no Brasil simplesmente porque era o homem que mandava no rei.

Em 1530, partiu de Lisboa a primeira expedição colonizadora enviada ao Brasil. Quem a organizou? Dom Antônio de Ataíde - que escolheu seu primo-irmão Martim Afonso de Sousa para chefiá-la. Em 1534, a colônia foi dividida em capitanias hereditárias. Por ordem de quem? De dom Antônio - que distribuiu os lotes entre seus colaboradores mais próximos. Em 1549, fracassado o regime das donatarias, estabeleceu-se o Governo-Geral.

De quem foi a idéia? De Ataíde - que, além de nomear outro primo-irmão, Tomé de Sousa, para o cargo de governador-geral, redigiu o “regimento” que tem sido chamado de “primeira Carta Magna do Brasil”.

Quem, afinal, era dom Antônio de Ataíde e como chegou a adquirir tanto poder? Nascido em 1502, era um fidalgo que virou o melhor amigo do então príncipe-herdeiro dom João (nascido em 1503). Os dois garotos passaram a infância e a juventude juntos. Tão íntimos eram que, julgando que a influência de Ataíde sobre dom João “pudesse ser feitiço”, o rei dom Manuel não só afastou o primeiro-amigo da corte como mandou prendê-lo. Mas em fins de 1521 dom Manuel morreu. Ao assumir o trono, com o nome de dom João III, o novo rei transformou Ataíde no homem mais influente de Portugal”¹¹.

Em 1532 já tinha recebido um alvará para comercializar pimenta vinda da Índia. Foi, também, um intermediário primordial perante o rei, das questões de “gestão de recursos humanos” na corte e outras instituições: apoiou e promoveu a carreira militar do futuro vice-rei da Índia D. João de Castro e apoiou a nomeação de António Pinheiro,

9 Bahia. Brasil.

10 Minas Gerais. Brasil.

11 <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/antonio-de-ataide-ou-conde-de-castanheira-o-homem-que-mandava-no-rei.html>.

em 1550 para cronista do Reino.

O Conde da Castanheira após a morte de D. João III, continua a manter alguma influência na Corte – durante a regência da rainha D. Catarina (1557-1562) – mas o seu poder vai sendo diluído e acaba por sair da Corte, quase no fim da sua vida.

3. O Patrocínio de Construções

O Senhorio de terras constituía uma espécie de apresentação territorial da “verdadeira nobreza”. Desta forma o patrocínio de construções nesses mesmos senhorios, constituía a consolidação de uma estratificação social e ambição política, muito vinculada no início do reinado de D. João III. De acordo com esta lógica, D. António de Ataíde iniciou o “enobrecimento” das suas terras¹².

Em Agosto de 1532, D. António de Ataíde está empenhado em obras de reconstrução na vila da Castanheira, onde, resultado do terramoto do ano anterior e segundo as palavras de Gaspar Correia “*ouuve casy tudo per terra em que morreram mujtas pessoas*”. Um dos exemplos dessa campanha é a Igreja de São Bartolomeu, Matriz da Castanheira (1534).¹³



Fig.1 - Igreja de São Bartolomeu. Castanheira do Ribatejo. Foto- Amélia Gonçalves. 2014. CMVFX.

Numa carta de D. João III, afirma-se que na Castanheira existia um hospital secular administrado pelos oficiais da Câmara, o qual ficara destruído pelo terramoto de 1531. E que, à data, o Conde da Castanheira “*para nobrecimento da dita Vila começava a fazer nela um castelo*”, necessitando para tal do espaço ocupado pelas ruínas do primitivo hospital. Na mesma carta fica estabelecido o compromisso de D. António de Ataíde doar dízimos ao novo hospital e de se empenhar pessoalmente na construção do mesmo. Em contrapartida, o hospital seria administrado por ele e pelos seus sucessores.¹⁴

12 Luzio, Luísa França, D. António de Ataíde, 1º Conde da Castanheira e o Patrocínio de Arquitetura ao Romano na Primeira Metade do Século XVI, Lisboa, Comunicação [Texto Policopiado], UNL-FCSH, 2004.

13 Idem, p.1023.

14 Idem, p. 1025 e p.1026.

O arranque das obras do novo hospital terá ocorrido entre 1536 e 1538 segundo D. João III “...e assim me disse que na dita vila da Castanheira se fazia hora hum esprital para nelle serem os pobres recolhidos curados e remediados. Por serviço de nosso senhor e por esta obra ser muito virtuosa piedosa e necessária”. A par do hospital, a construção da Igreja da Misericórdia, à qual estaria anexo (e que ainda existia bastante destruída no final do século XIX), foi igualmente patrocinada por D. António de Ataíde, como constava numa lápide existente no edifício, na qual as duas construções eram datadas de 1544. De ambas nada resta hoje, nem descrições que permitam identificar a arquitetura.¹⁵

Exemplos da dimensão jurisdicional são a construção do cais de Povos, bem como da calçada que com ele comunicava. Estruturas edificadas, segundo palavras de D. António de Ataíde, para puro benefício da povoação. No mesmo cais terá sido ainda construída uma “*ermjda de São Sebastião que se faz ao caez de pouos*”. Não existem já quaisquer vestígios do cais, da calçada ou da ermida.¹⁶

Um outro domínio que conheceu especial atenção por parte da nobreza portuguesa do século XVI, respeita à construção de espaços habitacionais – a casa continua a ser expressão da ideia de “solar”, apresentando-se como testemunho visual do poder senhorial. Para além das casas que D. António de Ataíde possuiria em Lisboa “...em hua parede que mandey fazer no terrejo das casas que forão de minha may que deos tem que estão nesta Çidade de Lixboa na fregesy de São crjstouão...”, o Conde mandou edificar na vila da Castanheira um “castelo”, que em 1537 estaria já em construção. Não se sabe até que ponto este “castelo” foi concluído ou não, nem que espaço ocupava no contexto urbano (a tradição oral aponta como local do baluarte um terreno fronteiro à Igreja de São Bartolomeu).¹⁷

As ruínas ainda hoje visíveis junto à ermida do Senhor da Boa Morte (solar dos Ataídes), são por vezes confundidas com o “Castelo” do conde da Castanheira, mas este espaço não está mencionado no testamento de D. António de Ataíde e só aparece referido, juntamente com outras casas “junto do chafariz de Pouos”, num inventário que se fez por morte de seu filho, também, D. António e 2º Conde da Castanheira, a 31 de maio de 1614. Em ambos os casos, tudo leva a crer, que são edificações posteriores às intervenções realizadas pelo 1º conde da Castanheira.¹⁸

D. António de Ataíde ainda mandou construir casas em Almeirim, Colares e Benavente. Algumas fontes afirmam que após o seu afastamento da corte, D. António de

15 Idem, p. 1026.

16 Idem, p.1027.

17 Idem, p. 1028.

18 Idem, p. 1029.

Ataíde terá passado a residir num local deserto, próximo do Convento de Santo António da Castanheira, em “humas casas, que sendo com este fim trazido pelo desengano, não lhe fez a obra de grande architectura”, as quais teriam já desaparecido em 1740.¹⁹

O Convento de Nossa Senhora de Subserra da Castanheira, pertencia à Ordem Terceira de São Francisco e fora fundado por D. Fernando de Ataíde, viria em 1541 a sofrer algumas obras patrocinadas por D. António de Ataíde: conclusão do claustro, dormitórios, casas da portaria, casa da roda e casas dos padres confessores. O convento foi demolido em 1987, apenas dele se conservando algumas lápides funerárias dispersas no adro da Matriz da Castanheira.²⁰

Outra área privilegiada de encomenda, por parte da nobreza do século XVI, foi a construção do túmulo. O convento de Santo António da Castanheira terá sido fundado por Fr. Pedro de Alemancos, em 1402, e foram vários os reis que apoiaram este convento: D. João II, D. Manuel e D. João III. Tendo conhecido igualmente o patrocínio de D. Álvaro de Atouguia. É reconhecido a D. António de Ataíde, 1º Conde da Castanheira, o maior investimento no edifício. Algumas fontes apontam D. António de Ataíde como o promotor de um panteão funerário no Convento de Santo António da Castanheira: *“mandando fazer huma capella, se bem de pouca architectura, muy custosa para seu jazigo, e de seus descendentes”*.²¹

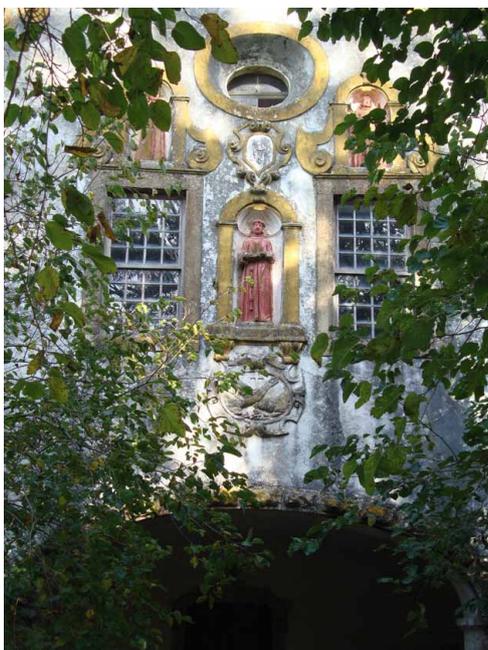


Fig.2 - Convento de Santo António. Loja Nova. Amélia Gonçalves. 2014. CMVFX.

19 Idem, p. 1029, p. 1036.

20 Idem, p.1038.

21 Idem, p. 1039 e p. 1040.

Será na Igreja deste convento que D. António se quis fazer sepultar, depois de ter mandado erigir na igreja uma capela para jazigo familiar. Das obras que D. António mandou realizar temos como testemunho mais antigo a Crónica de Frei Manuel da Esperança (1656): "Quem mais o engrandeceo (o convento) nestes derradeiros tempos foi o amor q lhe tinhão os Senhores da Casa da Castanheira, & mais em particular o primeiro Cõnde D. António d`Ataíde, que nos mereceo com isso o nome de Padroeiro. Privou muito com El rei D. João III em razão de sua grande prudência, & tanto que o vio morto, quis também morrer aos despachos do reino, retirando-se da corte a estas partes, onde veio esperar o tepo da sua morte para se lagrar da sepultura que elegeo na sua capella mor, a qual tinha reparado com grandíssimas despesas. Mas muito maiores foram as que fez seu filho D. Jorge de Ataíde Bispo de Viseu, Capelão Mor, o qual por todas as vias autorizou este pae, digno de veneração (...) Demais disto se tornou a fazer de novo a dita capela-mor, onde tomou pera si cova humilde na terra, & ao Conde seu pae, & Condessa sua mãe D. Ana de Távora levantou nas paredes dous gloriosos supulcros com elegantes epitáfios.²²"

4. Considerações Finais

A figura de D. António de Ataíde não conheceu ainda um estudo biográfico, e as informações que a historiografia portuguesa aborda são essencialmente das suas ações enquanto vedor da fazenda a partir da década de 30 de Quinhentos. No entanto, os dados obtidos sobre os cargos desempenhados e distinções obtidas levam à conclusão de que o 1º Conde da Castanheira, foi um dos homens mais poderosos do seu tempo, com uma relação muito próxima ao rei: quando em 1514 o príncipe D. João toma casa, D. António de Ataíde é já um dos seus criados mais próximos.

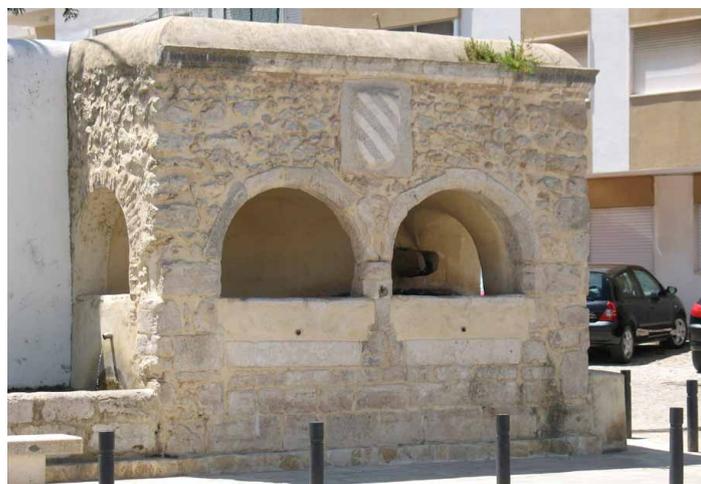


Fig.3 - Fonte de Santa Catarina, com o brasão dos Ataídes. Castanheira do Ribatejo. Paulo Silva. 2008. CMVFX

22 RIBEIRO, José Alberto, «A Capela sepulcral dos Ataíde no Convento de Santo António da Castanheira», *Boletim Cultural Cira*, nº 8, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1999, p.13.

O Marquês de Castelo Rodrigo encomendou em 1627 a Fr. Luís de Sousa a produção da obra “A Vida de D. João III”, e este historiador não deixou de salientar este poder: “...ninguém naquele tempo se aventajava nas partes de conselho e maduro juízo ao grande conde da Castanheira”.²³ Era entendido na época como o principal intermediário perante o rei. O próprio monarca nunca escondeu a consideração que tinha por D. António (a par de D. Luís da Silveira, que viria a ser o conde de Sortelha), por exemplo, em 1527, o rei envia D. António de Ataíde e D. Martinho de Portugal na embaixada ao papa Clemente VII, recomendando D. João III ao pontífice o futuro conde da Castanheira, já identificado como pertencendo ao seu conselho e sublinhando o “*merecimento de dom António*”.²⁴

O Conde destacou-se, também, como mecenas. D. António era um homem bastante influente e com poder económico suficiente para poder exercer uma atividade mecenática no seu território. A este homem deve-se, por exemplo, a encomenda feita, em 1550, a Leonardo Nunes da Crónica de D. João de Castro e dos feitos de D. Álvaro, filho do Vice-Rei.²⁵ O facto de ter viajado pelo estrangeiro proporcionou-lhe, decerto, o conhecimento da arte de trabalhar “ao romano”, que quis usar como forma de prestígio social e cultural. E, será sobretudo a partir de 1532, depois da obtenção do título de Conde da Castanheira, que as povoações de Povos e Castanheira se tornarão numa fábrica de lavrar à maneira de Itália.²⁶

Bibliografia

LUZIO, Luísa França, *D. António de Ataíde, 1º Conde da Castanheira e o Patrocínio de Arquitectura ao Romano na Primeira Metade do Século XVI*, Lisboa, Comunicação [texto policopiado] baseada na investigação para a dissertação de mestrado em História da Arte, UNL-FCSH, 2004.

MATTOSO, José, *História de Portugal, No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Terceiro Volume, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

PELÚCIA, Alexandra Maria Pinheiro, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: A elite dirigente do império Português nos reinados de D. João III e D. Sebastião*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2007.

RIBEIRO, José Alberto, «*A Capela sepulcral dos Ataíde no Convento de Santo António da Castanheira*», Boletim Cultural Cira, nº 8, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal, O Século de Ouro (1495-1580)*, III Volume, Lisboa, Editorial Verbo, 1978.

23 Luzio, Luísa França, *D. António de Ataíde, 1º Conde da Castanheira e o Patrocínio de Arquitectura ao Romano na Primeira Metade do Século XVI*, Lisboa, Comunicação [Texto Policopiado], UNL-FCSH, 2004, p. 1020.

24 Idem, p. 1016.

25 RIBEIRO, José Alberto, «*A Capela sepulcral dos Ataíde no Convento de Santo António da Castanheira*», Boletim Cultural Cira, nº 8, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1999, p.13.

26 Idem, p.13.

Etapas, setores e empresários do desenvolvimento industrial no estuário do Tejo (1850-1890)

Graça Soares Nunes¹

Resumo: Os principais objetivos deste trabalho são a identificação e análise dos setores industriais, que se estabeleceram no estuário do Tejo, entre 1850-1890, na zona industrial de Lisboa, região de Vila Franca de Xira, tentando perceber se os mesmos contribuíram, ou não, para o desenvolvimento industrial do país.

Incluimos a caracterização dos industriais e indústrias, que se fixaram na zona, detetando a utilização e transmissão de conhecimento científico e de nova tecnologia, no contexto global da propagação intercontinental da revolução industrial europeia.

Os principais setores industriais detetados foram: extração mineira, curtumes, têxtil, químico, cerâmico e alimentar. Analisámos as razões e a forma, como cada um destes sectores industriais se fixou nesta zona.

Palavras-chave: setores; industriais; indústrias; ciência; empresários.

Introdução

A história da Sociedade Industrial deverá ser encarada como um processo global, que integra não apenas a história das revoluções industriais, e da industrialização dos continentes europeu e americano, mas também, as transformações económicas e sociais que se verificaram no mundo inteiro.

As novas técnicas, aplicadas à agricultura, à manufatura e aos transportes, alteraram as formas e os meios, das produções agrícolas e manufatureiras.

A vida das populações transformou-se de forma irreversível. O crescimento sustentado da população, e a produção por habitante, foram favorecidos e possibilitados pela industrialização e urbanização das cidades. Eram estas as características do crescimento económico da era moderna.

A revolução tecnológica apenas nos transportes e comunicações, marcou a transição para as economias de carácter moderno possibilitando através da redução dos

¹ Técnico Superior Conservador de Museus, Museu Municipal Núcleo de Alverca. Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Curso de Formação Avançada do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História da Universidade de Lisboa (ICS), Instituto de Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora). Investigadora da UE-CIDEHUS (Universidade de Évora-Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades).

custos de transação, a ligação entre as economias periféricas e centrais. As grandes alterações na economia mundial, ocorridas no Século XIX, permitiram o estabelecimento de mercados internacionais que ligaram as periferias ao centro.

A disseminação do processo da industrialização à escala planetária foi lenta e diferenciada de continente para continente, e de região para região. Em muitos países estas transformações ocorreram entre um ou dois séculos após a eclosão no país de origem da Revolução Industrial, a Inglaterra.

Inserido no contexto europeu dentro dos mercados periféricos globais, Portugal sofreu uma industrialização diferenciada e lenta, com algumas analogias com os países mais próximos e periféricos, do sudoeste europeu.

A partir de 1840, a industrialização portuguesa emerge de forma mais regular, mas não aparenta um desenvolvimento significativo, comparativamente aos países da Europa central. Só na década seguinte, em plena Regeneração é que se verifica um crescimento, que a partir da década de 70 é mais acentuado.

Na segunda metade do Século XIX, fixaram-se de forma definitiva, principalmente na região de Lisboa, várias indústrias, no ramo da atividade têxtil, alimentar, produtos químicos, cerâmica e cimento. Surgiram numa fase, em que o país no âmbito das relações externas desejava a afirmação da sua posição imperial no Mundo.

Encetaram-se então, medidas específicas para a defesa de novas opções económicas que englobavam a utilização de novas tecnologias nos transportes, comunicações, agricultura e atividades artesanais. Na sua maioria, as primeiras unidades fabris instalaram-se nas principais cidades, ou em redor das mesmas modificando-lhes a paisagem e a vida das populações.

No estuário do Tejo, na zona industrial a norte de Lisboa, surgiram algumas indústrias, entre 1850-1890, fundadas maioritariamente, por empresários que pretendiam investir nas novas formas de produção ou em outros meios de exploração económica, que não fossem exclusivamente de carácter agrícola, mas que também a sustentassem.

Em muitos casos, existia uma ligação direta entre os novos proprietários agrícolas, de origem burguesa, surgidos após a Revolução Liberal e os novos empresários industriais. Estes industriais operavam basicamente na área da indústria têxtil, química e moagem de cereais. Muitos exerciam a sua atividade nas duas áreas da atividade económica – Agricultura e Indústria.

Desenvolveram o conhecimento científico e tecnológico, exercendo cumulati-

vamente, cargos na gestão das empresas e na direção técnico-científica das mesmas. Alguns colheram no estrangeiro os últimos ensinamentos científicos, e inovações tecnológicas, aperfeiçoando-os e aplicando-os à indústria em Portugal, fizeram-se rodear de homens da ciência e técnicos especializados, muitos de origem estrangeira, (francesa, italiana, inglesa e alemã) com quem trabalhavam e recolhiam e partilhavam conhecimentos científicos.

Estabelecemos o ano de 1890 como o ano de charneira, porque é geralmente considerado o ano de início, da inversão das tendências baixas, da industrialização portuguesa, associadas às mudanças de ocorrência das crises de produção.

2. Empresários, industriais e homens da ciência. Etapas e setores do desenvolvimento industrial no estuário do Tejo (1850-1890)

A industrialização portuguesa ocorrida no séc. XIX tem sido considerada de forma diversificada pelos vários historiadores, que se têm debruçado sobre esta matéria. Assim, tendo como ponto de referência a realidade britânica, esta evolução da indústria portuguesa é considerada por alguns autores como bastante lenta no contexto do desenvolvimento económico do país.² Contudo, os últimos estudos sobre esta temática apontam para um crescimento continuado, ao longo do séc. XIX, embora lento. Em contraponto, outros estudiosos interpretam esse crescimento como uma sucessão de avanços lentos e recuos, obedecendo às flutuações da política portuguesa e aos fatores da conjuntura internacional.³

Os vinte anos que antecederam a primeira Guerra Mundial foram de crescimento para as economias da periferia europeia, incluindo-se neste desenvolvimento a disseminação da tecnologia, nomeadamente o uso do vapor e a concentração de unidades fabris nos centros urbanos.

Para Jaime Reis, após 1870, a economia portuguesa não gira apenas em torno do setor agrícola, não podendo contudo afirmar-se que a mesma tenha sido conduzida pelo sector industrial.⁴ Compara Portugal à Bulgária recorrendo a estudos de A. Gerschenkron e de P. Bairoch,⁵ demonstrando que Portugal apresentava níveis de desenvol-

2 Veja-se por exemplo: CABRAL, *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no séc. XIX*, Porto, 1976 e CASTRO A. de, *A Revolução Industrial em Portugal no Séc. XIX*, Porto, 1986.

3 Para esclarecimento sobre esta matéria, veja-se LAINS, Pedro, «A indústria», *História Económica de Portugal. 1700-2000*, (Org. Lains, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da), vol. II, p. 260.

4 REIS, Jaime, «A Industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913», *Análise Social*, Vol. XXII I (6), 1987,-2º, 213.

5 Vid. BAIROCH, P., *International industrialization levels from 1750-1980*, (Cord) Patrick O'Brien, Ed. Routledge, Londres, 1998.

vimento semelhantes ao da região dos Balcãs, e cerca de 50% inferiores aos de Espanha e Itália.

O mesmo autor admite que, apesar de estas comparações enfermarem por alguma fragilidade, não definem a atividade industrial portuguesa como incompleta, embora esta não estivesse à altura, dos processos de industrialização da Rússia, Suécia e Alemanha. Em sua opinião, o processo de industrialização português, foi superior ao da própria Grã-Bretanha, França, Espanha e Itália, assemelhando-se ao da Hungria e Áustria.⁶

Apesar de um rápido crescimento industrial, este não foi suficiente para dar um cunho diferente à economia portuguesa, em que o peso da indústria fosse equiparável ao da agricultura.

Pedro Lains situa o crescimento industrial português, na taxa média anual de 2,5%, na segunda metade do séc. XIX e na década anterior à primeira Guerra Mundial. O mesmo autor refere, que para que tal acontecesse, seria preciso que a fase de crescimento mais lenta de 1850 a 1890 fosse continuada, por uma forte industrialização nas duas décadas seguintes.⁷

Pedro José Marto Neves efetuou um estudo, sobre primeiros sinais de modernidade empresarial, na indústria transformadora portuguesa, no período temporal de 1880 até à Primeira Guerra Mundial.

Estabeleceu um padrão de referência para a definição de modernidade, baseado nas grandes empresas, considerando que estas emergiram «com a segunda revolução industrial».⁸ Estudou as 50 maiores empresas portuguesas, implementadas entre 1881 e 1917, tendo por base o número de trabalhadores.

Através da análise realizada, confirmou que o tecido empresarial português, antes da 1ª Guerra Mundial, assentava num pequeno mercado semiperiférico. Não sendo o nosso país, muito propício ao aparecimento, na data apontada, ao estabelecimento de estruturas empresariais modernas. Não foram detetadas por esta investigação, nesse período, na região do estuário do Tejo, indústrias com essas características.

Os estudos de caso poderão ajudar a esclarecer algumas das questões levantadas, pelos diferentes autores, e contribuirão para o estabelecimento do mapeamento do desenvolvimento industrial português. A análise dos diferentes setores industriais e a

6 Idem, pp.213 e 214.

7 Vid. LAINS, Pedro, Os progressos do atraso. Uma nova história Económica de Portugal, 1842-1992, Ed. ICS, Lisboa, 1993, p. 137.

8 Vid. NEVES, Pedro José Marto, Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1ª Guerra Mundial, (Tese de doutoramento, text. policop.), Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia, Lisboa, 2007, p. 3.

sua distribuição geográfica, poderá clarificar as diferentes fases de crescimento industrial do país, identificando o tipo de sectores e a existência ou não de setores de ponta e inovadores no contexto nacional e internacional.

Este trabalho contempla alguns destes pressupostos e centra-se na problemática da identificação e caracterização dos principais setores industriais, da região de Vila Franca de Xira, assentando no eixo temporal - 1850-1890, pelo facto de constituir uma contextualização introdutória, ao um estudo de caso, da primeira indústria de cimento do tipo *portland*, instalada em Portugal, em Alhandra no ano de 1894.

Tem por objetivos primordiais o reconhecimento dos sectores industriais que se fixaram no país nesta região, e o estabelecimento da correlação dos mesmos com as regiões industriais portuguesas, referenciadas e estudadas por David Justino.⁹

Para além dos propósitos enunciados, a identificação de setores inovadores da industrialização portuguesa, que tenham por base a transferência de tecnologia e a instalação de indústrias novas no contexto da industrialização portuguesa, é o intuito final.

2.1 - Dos empresários agrícolas aos industriais e homens da ciência (1850-1890)

Na segunda metade do século XIX, a falta de escolarização é apontada por autores da época, como fator primordial para o não reconhecimento da atividade industrial, como um dos setores emergentes da atividade económica. Oliveira Martins é um deles, e, evocava essa contingência, como sendo a causa primordial para a não adesão às ideologias modernas que grassavam por toda a Europa.

Expressava-se do seguinte modo:

«Dentro da Europa, Portugal é talvez a nação onde o sentimento das ideias modernas menos se tem propagado. Encarando a nossa sociedade, podemos atribuir este facto à falta de instrução pública e ao carácter próprio da vida económica».¹⁰

Este discurso é paradigmático de um sentimento comum, a uma nação de fraca escolarização, centrada em si própria, ainda com grandes expectativas nos territórios africanos, entendidos como o eldorado necessário e desejado, para fazer face às dificuldades económicas.

9 Vid. JUSTINO, David, A formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913, Vol. I, Ed. Vega, Lisboa, 1988.

10 MARTINS, Oliveira «Fisionomia político-social da Nação portuguesa e o socialismo», (1873), *Liberalismo, socialismo, republicanismo. Antologia do pensamento político português* (cord.) SERRÃO, Joel, edi. Horizonte Universitário, Lisboa, 1979.

Na esfera política notava-se a ausência de um projeto estratégico de desenvolvimento económico e industrial específico. Todavia, com o golpe militar desencadeado pelo duque de Saldanha iniciou-se um novo período na vida parlamentar portuguesa, designado por Regeneração que contemplou um amplo debate no parlamento, sobre a economia portuguesa.

No discurso político da época, estavam comumente presentes duas ideias chave – a ideia de *progresso* e de *civilização*. Expressões cujo sentido mais amplo, continha uma transformação à escala global, a que Portugal não podia ficar alheio, dentro do contexto europeu.

Alexandre Herculano, José Estevão ou Oliveira Marreca, personificavam essa corrente ideológica, sendo pioneiros na sua defesa.¹¹

Entre 1848-1851, Fontes Pereira de Melo em conjunto com outros jovens deputados, foram os responsáveis pela integração continuada, destes dois desígnios nos discursos políticos do país, fundamentando um programa em torno da distinção entre progresso material e progresso moral.

Fontes apregoava: «Quero o progresso material do país; quero estradas; e não seria um grande progresso termos estradas? ... Nós não podemos dar dois passos, sem que pelo mau estado em que estão os caminhos tropecem os cavalos (...) Quisera porém que desde já se melhorasse a indústria e a agricultura, porque realmente carecem de muitos melhoramentos. Sr. Presidente, eu não quero só o progresso material, quero também o progresso intelectual, quero o progresso da instrução pública, porque estou persuadido que sem ele não pode haver liberdade no país (...).»¹²

O seu conceito de progresso englobava o desenvolvimento da literacia e o incremento do conceito de liberdade, proveniente do ideário liberal.

Outros deputados menos conhecidos, como por exemplo Cunha Souto Maior, em intervenções a favor do livre-câmbio, associavam a reflexão sobre o progresso ao desenvolvimento económico do país.

Esse progresso era visto por este deputado, como a forma globalizante, que através da revolução tecnológica vigente, permitiria a ampla liberalização das trocas comerciais ao nível mundial. Num dos seus discursos aponta: « (...)O vapor, os carris de ferro, a telegrafia eléctrica, hão-de mudar radicalmente a legislação e a existência actual da

11 Vid. JUSTINO, David, «O Livre-câmbio e o fontismo revisitados através dos debates parlamentares», *Desenvolvimento económico e mudança social. Portugal nos últimos dois séculos. Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, edi. ICS, Lisboa, 2009, p.52.

12 Idem, p. 53.

sociedade. A história mostra, por assim dizer, em cada uma das suas páginas que o progresso é sempre precedido do progresso material. (...)».¹³

Estes depoimentos transmitiam claramente, uma ampla visão tecnológica assente no desenvolvimento científico, que não tiveram a correspondente sustentabilidade política.

No período de incidência deste estudo, 1850 a 1890, destacaram-se alguns industriais que inicialmente eram somente empresários agrícolas, e que no decurso da disseminação da industrialização à escala global, investiram na indústria e no conhecimento científico.

Aproveitaram o contingente incentivo político da época, que apoiava a expansão deste tipo de projetos industriais, como sinónimos de progresso material.

Muitos nunca abandonaram definitivamente o sector agrícola, aventurando-se no sector da indústria de forma incipiente. Encarando esta nova opção de negócios, como uma experiência pontual, mantendo outras atividades relacionáveis, no sector agrícola e nos serviços, nomeadamente contribuindo para o desenvolvimento da área financeira.

Outros industriais investiram na indústria, encarando-a como a grande possibilidade de desenvolvimento humano, assente na nova visão tecnológica e científica, tendo por base a sua própria formação científica, adquirida no país e consolidada no estrangeiro.

O periódico *Gazeta das fábricas*, revista mensal da Associação Promotora da Indústria Fabril, atesta a vontade dos empreendedores da indústria portuguesa, em desenvolverem o conhecimento científico, tal como acontecia pela Europa e pelo mundo, e bem patenteado nas exposições universais. O discurso introdutório desta revista especializada é apanágio desse interesse sobre a evolução do conhecimento técnico aplicado à indústria.

« (...)O periódico industrial, cuja publicação começa hoje, é destinado a dar notícia do estado, e progresso da indústria nacional, e deve ao mesmo tempo promover este progresso, anunciando as descobertas, e melhoramentos, das artes e ofícios, nos outros países, para que cheguem facilmente ao conhecimento de todos(...)».¹⁴

Ao nível internacional, e assumindo claramente a supremacia Britânica da nação organizadora, na nota de abertura da primeira Exposição Universal da Indústria, promovida em Londres em 1851, o comissário da mesma, Henry Cole, enunciava:

13 Ibidem, p.54.

14 *Gazeta das fábricas*, Lisboa, V. 1, n. 1 (Jan. 1865) -v. 2, n. 7/8 (Jul. Ago.), Ed. Typ. da Sociedade Typographica Francisco Portuguesa, 1865-1866.

«(...)A história do mundo não regista evento comparável, na promoção da indústria humana, como o de a Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as nações, de 1851. Um povo extraordinário convidou todas as nações civilizadas para um festival, para comparar os trabalhos de perícia humana. Foi realizado por organismos privados; foi auto-suficiente e independente de impostos e do emprego de escravos que os grandes empreendimentos dos tempos antigos tinham exigido (...)».¹⁵

O marido da rainha Vitória de Inglaterra, o príncipe – Alberto de Saxe-Coburgo Gota, foi o grande mentor da primeira exposição universal realizada em Londres na época vitoriana.

As palavras de abertura, sobre a participação portuguesa, na exposição Universal de 1851, são reveladoras da nossa fraca industrialização, mas denunciam algum mérito na nossa representação, através dos produtos oriundos dos recursos naturais do país.¹⁶

Alguns empresários e cientistas, que incrementaram a industrialização em Portugal, tinham uma visão global de progresso, centrada no desenvolvimento tecnológico e científico, o Conde de Farrobo, e o 2º Visconde de Villa Maior, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel são dois seguidores dessa corrente ideológica.

Joaquim Pedro Quintela foi uma personagem incontornável da vida portuguesa, da primeira metade do Séc. XIX. Nasceu e faleceu em Lisboa, respetivamente em 1801 e 1869. Ostentou os títulos nobiliários, de 2º barão de Quintela e 1º Conde de Farrobo.

Como grande capitalista, possuía extensas propriedades na capital e arredores. O seu vasto património era constituído basicamente por bens de raiz, fator que se justifica plenamente pelo facto de ter sido titular do morgado de Farrobo até 1863.¹⁷

Distinguiu-se igualmente pelo enorme gosto e empenho pelas artes.

Politicamente foi defensor da causa liberal e, em 1831, devido à grave crise financeira que o país atravessava, D. Miguel decretou um empréstimo forçado, tendo o Conde de Farrobo, recusado a sua contribuição, pelo que perdeu todos os privilégios, honras e direitos, sendo obrigado a fugir.

15 LEITÃO, Nicolau Anderson, *Exposições Universais. Londres, 1851*. Ed. Expo 98. Lisboa, 1994, p.7. Idem p. 7.

16 LEITÃO, Nicolau Anderson, *Exposições Universais. Londres, 1851*. Ed. Expo 98. Lisboa, 1994, p.7. Idem. «(...) a coleção enviada pelos expositores portugueses é extremamente rica em matérias-primas e produtos, e parece que foram feitos consideráveis esforços para representar tanto quanto possível os recursos naturais do país, embora as suas capacidades de fabrico ainda não tenham sido desenvolvidas(...)», p. 7.

17 LIMA, Nuno Miguel, «Henry Burnay no contexto das fortunas da Lisboa oitocentista», *Análise Social*, nº 192, Lisboa, 2009, p.12.



Fig. 1- Conde de Farrobo - BNL.

Todavia, não deixou de apoiar financeiramente a causa de D. Pedro, o que lhe valeu um reforço da perseguição de que era alvo por D. Miguel. Em 1832 este monarca obrigou o Conde, por decreto, a sair da capital. Farrobo conseguiu iludir a ordem, escondendo-se em casa de um súbdito inglês e continuando a apoiar a causa constitucional.

Após a vitória liberal, em 1833, D. Pedro elevou-o a Conde, e dois anos depois tornou-se Par do Reino.

Como homem de negócios desenvolveu intensa atividade e foi grande impulsionador dos novos conhecimentos no âmbito da ciência.

Investiu em várias empresas nomeadamente: na empresa vidreira da Marinha Grande; na fábrica de produtos químicos da Verdelha em Alverca; na mina de carvão de pedra de São Pedro da Cova, em Gondomar; na fábrica de fiação de seda do Convento de Santo António, em Vila Franca de Xira; nas companhias de seguros *Bonança* e *União Comercial*; na Fundição Vulcano e na Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Norte e do Leste.

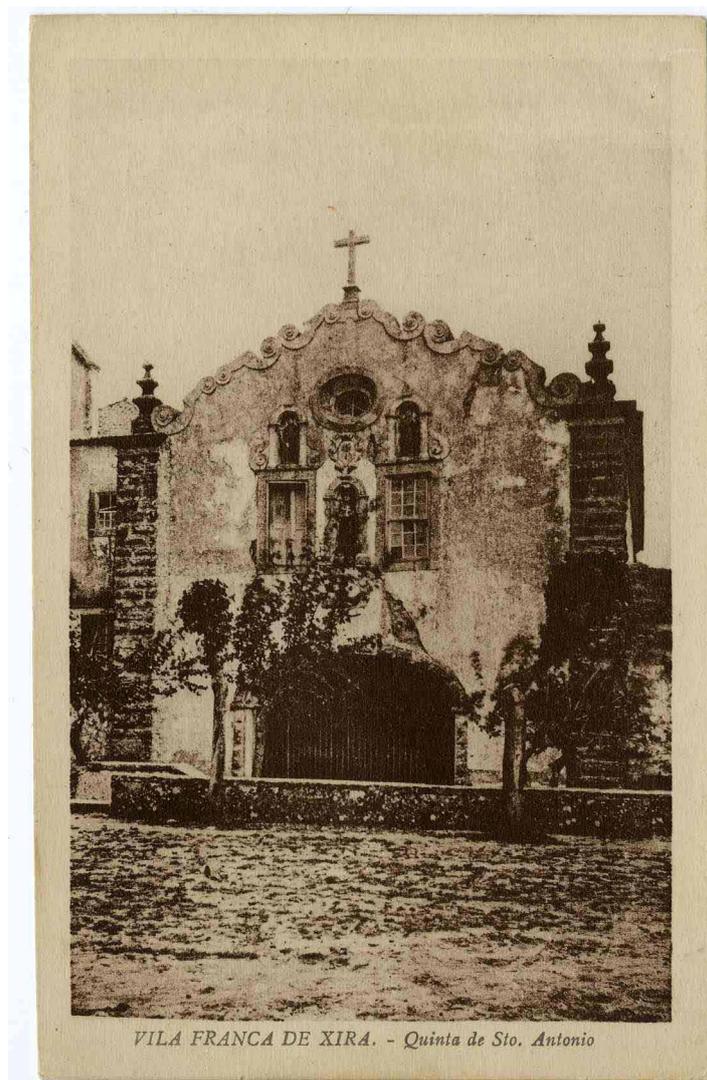


Fig.2- Quinta do Convento de Santo António onde funcionou a Fábrica de Seda do propriedade do Conde de Farrobo. Foto-MMVFX.

Foi ainda acionista dos Contratos do Tabaco, Saboarias e da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado.

Não foi considerado um industrial,¹⁸ uma vez que grande parte do seu património era oriunda dos bens de raiz. Era grande apoiante das artes cénicas e do canto lírico, particularmente da ópera, tendo sido empresário do Teatro de S. Carlos.

No entanto, deu grande contributo à introdução de novas ideias na área industrial, sendo adepto da modernidade e inserção no país, de novas tecnologias e conhecimentos científicos.

Júlio Máximo de Oliveira Pimentel foi segundo visconde de Vila Maior. Nasceu em Torre de Moncorvo, em 1809 e faleceu em Coimbra em 1884.

18 Cof. LIMA, Nuno Miguel, «Henry Burnay no contexto das fortunas da Lisboa oitocentista», *Análise Social*, nº 192, Lisboa, 2009.

Era oriundo dos Oliveira Pimentel, família de Torre de Moncorvo que se notabilizou na sublevação contra as invasões francesas no período da Guerra Peninsular.¹⁹

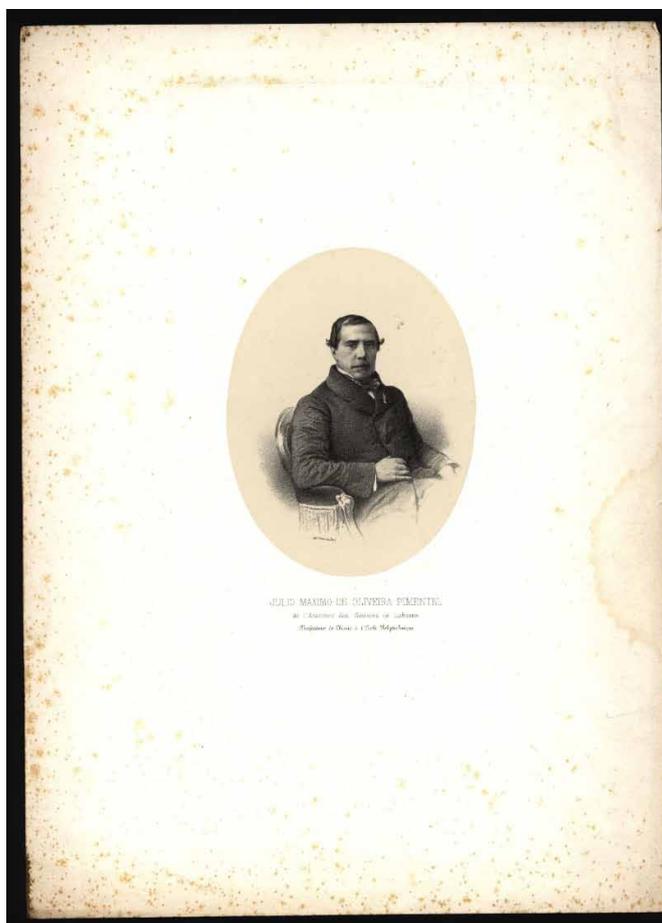


Fig.3 - Júlio Máximo de Oliveira Pimentel. BNL.

Na Universidade de Coimbra, efetuou o curso de Matemáticas, dedicando-se às ciências, nomeadamente à disciplina da química. Tornou-se promotor da evolução da ciência e do ensino de Química.

Foi o primeiro lente catedrático da disciplina de química na Escola Politécnica. A sua ação foi bastante importante, no ensino técnico do país, através da introdução de novas dinâmicas e metodologias. Transmitiu excelentes conhecimentos técnico-científicos às gerações futuras, primando pela prática científica e apelo da ciência como mentora do desenvolvimento económico do país.²⁰

¹⁹ Através do seu avô, João Carlos Oliveira Pimentel, e mais tarde nas guerras liberais, pelo seu tio Claudino Oliveira Pimentel.

²⁰ Vid. MATOS, Ana Cardoso de, «Entre o laboratório, a indústria e a intervenção política e administrativa. O químico José Júlio Bettencourt Rodrigues na Sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX», *Desenvolvimento Económico e mudança social. Portugal nos últimos dois séculos. Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, edi. ICS, Lisboa, 2009,p.173.

Contactou, por ocasião da exposição Universal de Paris de 1855, com os grandes industriais da área da química, como por exemplo F. Kulmam, tendo conhecido na época as grandes indústrias químicas estrangeiras, nomeadamente o modelo francês, que descreveu no relatório que elaborou sobre a exposição Universal de Paris.

Nos diferentes discursos públicos transmitia a sua ideia de defesa do progresso como mentor do futuro. Tinha uma boa opinião sobre os industriais estrangeiros, considerando-os grandes idealistas e mentores do progresso da época em que viveram. O exemplo pode ser dado pelo discurso que proferiu enquanto reitor da Universidade de Coimbra em 1872: «(...) Os homens de a grande exposição dos trabalhos da indústria de todas as nações eram tipicamente idealistas. O progresso da sua época assim os fizera (...)»²¹.

Publicou numerosos trabalhos científicos, na sua área de eleição a química. Destacando-se um tratado sobre química em três volumes.

Estudou as propriedades das águas minerais das mais importantes fontes termais portuguesas (Gerês, Caldas da Rainha, etc.), e dedicou-se também ao estudo da viticultura, ampelografia e enologia.

Na área da viticultura e vinificação, escreveu várias obras,²² e também, sobre a paisagem vinhateira do Douro, deixou uma importante obra literária, em edição trilingue, que é o *Douro Ilustrado - Album do rio Douro e paiz vinhateiro (1876)*, em que descreve o troço do Douro entre Barca de Alva e o Porto, sob a forma de impressões de viagem.

No campo político foi liberal convicto e exerceu vários cargos públicos: Diretor do Instituto Agrícola (1857); Vereador e Presidente da Câmara de Lisboa (1858-59) e Reitor da Universidade de Coimbra (1869-1884).

Como industrial, o seu grande projeto foi a instalação da indústria, *Sociedade Geral de Produtos Químicos*, em 1859 na Póvoa de Santa Iria, da qual foi proprietário e Diretor Técnico até 1862, ano da sua dissolução. Nesta data a fábrica foi comprada pelo industrial francês Fernando Óscar Deligny.

O visconde de Vila Maior, integrou a representação portuguesa, nas exposições Internacionais - Universais de Londres, em 1855 e 1862, e em Paris nas de 1867 e 1878.

21 PIMENTEL, Júlio Máximo de Oliveira, *Discurso pronunciado pelo reitor da Universidade de Coimbra, visconde de Villa Maior por ocasião da festa comemorativa da reforma da universidade em 1772*, Ed. Imprensa da universidade, Coimbra, 1872, P2.

22 Como por exemplo: *O Manual de viticultura prática (1875)*; *Memória sobre os processos de vinificação empregados nos principais centros vinhateiros do continente do Reino, ao Norte do Douro (2 vols., 1867, 1868)*; *Tratado de vinificação para vinhos genuínos (2 vols., 1868, 1869)*; *Ampelografia e enologia do país vinhateiro do Douro (1868)*.

Em 1873 completou a delegação de Coimbra da primeira Comissão encarregue de estudar a filoxera em Portugal. Mais tarde, presidiu à Comissão de estudo e tratamento das vinhas do Douro.

Verificámos que o seu percurso é nitidamente o de homem da ciência, como grande investigador na área da química, e não tanto o de empresário industrial, tendo abandonado essa área, provavelmente, após a controvérsia que protagonizou, conjuntamente com o químico e industrial, Sebastião Betâmio de Almeida, sobre a produção de soda na Póvoa de Santa Iria, na década de 50, e que também abordava a produção de ácido sulfúrico na fábrica da Verdelha em Alverca. Assunto sobre o qual discordavam completamente.

Para além dos já referenciados empresários e homens de ciência, detentores de empresas no estuário do Tejo, surgem também empresários estrangeiros de origem francesa, ligados à mineração e à indústria química, que investiram em Espanha e depois em Portugal. Referimo-nos ao caso da família de industriais franceses, os Deligny, homens de negócios, ligados às indústrias de mineração e de produtos químicos.

Nesta região instala-se o industrial francês oriundo dessa família, Fernando Óscar Deligny, efetuando a compra da Indústria de produtos químicos da Póvoa de Santa Iria.

Indústrias do estuário do Tejo fundadas na região de Vila Franca de Xira - 1850-1890

No Período de 1850 a 1890 são fundadas no estuário do Tejo na região de Vila Franca de Xira, indústrias dos seguintes setores: têxtil, curtumes, química, alimentar, extrativo e cerâmica. Existia também, alguma indústria mineira de extração de calcário betuminoso, que apesar de não ser de todo a de maior importância nesta região, também existia e nos reconfirma os excelentes recursos naturais da zona.

As primeiras unidades fabris, que detetámos nesta zona, pertenciam ao 1º Conde de Farrobo, grande capitalista, detentor de extensas propriedades na capital e arredores e investidor na industrialização do país, incrementando a ciência e a técnica.

Investiu em várias indústrias onde se integram, a fábrica de produtos químicos da Verdelha, em Alverca, e, a fábrica de fiação de seda do Convento de Santo António, em Vila Franca de Xira.

No relatório sobre a exposição de produtos de indústria nacional, realizada em 22 de Junho de 1838, na cidade de Lisboa, a fábrica é caracterizada como sendo uma unidade fabril de grande dimensão, tendo ficado muito dispendiosa ao seu proprietário: « (...) A Fábrica da Verdelha do Sr. Conde do Farrobo, Estabelecimento dispendioso e

colossal(...)»²³. Nesta exposição de produtos da indústria portuguesa, o Conde de Farrobo apresentou três produtos químicos, considerados de grande valor para a época e que eram empregues na altura nas artes ou em outras indústrias, como a do sabão, da qual também foi acionista : «(...)óleo de vitríolo, que se achou ser límpido e cristalino como água, e da graduação de 66 graus (...) tão perfeito como o estrangeiro, que for bem fabricado, e que vende a 40 rs por arrátel. (...) O sulfato de ferro (caparroza verde): que já não é caro, sendo como é de excelente qualidade, e a soda factícia; os seus esforços para fabricar no país este valioso, e interessante produto, que tanto uso tem nas Fábricas de Vidro, Saboarias, e outras, posto que já estivesse bastantemente bom, ainda se continua a aperfeiçoar, sem dúvida este nosso sócio é digno de grande elogio (...)»²⁴.

Quanto à data exata da sua fundação, tudo leva a crer que é anterior a 1844, uma vez que na exposição de produtos da indústria portuguesa, realizada em Lisboa em 1838, já eram apresentados produtos desta fábrica. A potência das máquinas a vapor era de 8 cavalos e foram instaladas em 1844, tendo sido fabricadas em Portugal.²⁵

Através do inquérito efetuado à indústria em 1852, pela Direção Geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas, pelos mapas das fábricas existentes, verificámos que a fábrica de Produtos Químicos da Verdelha mudou de proprietário, passando a ser detida por uma companhia familiar, com a designação de - Inácio M. Inch e irmão.²⁶ Tinha o total de 47 operários, sendo 40 homens, 1 mulher e 6 menores de 16 anos. Nenhum dos operários sabia ler e escrever²⁷

Em 1834, após a extinção das ordens religiosas masculinas, os conventos foram extintos e os seus bens integrados nos designados *Bens Nacionais*. O convento de Santo António da Castanheira, situado no concelho de Vila Franca de Xira, convento de frades franciscanos,²⁸ foi bastante afetado durante a Guerra Peninsular, aquando da 3ª invasão francesa do General Massena.²⁹ Tendo sido adquirido pelo Conde de Farrobo em hasta pública, durante a venda dos Bens nacionais.

23 BNP, Relatório de produtos de industria portugueza, feita pela Sociedade Promotora da Industria Nacional, Ed. Typographia de José Baptista Morando, 1838.

24 Idem, p.13.

25 Cf. JUSTINO, David, A formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913, Vol. I, Ed. Vega, Lisboa, 1988, p. 92.

26 Arquivo Histórico e Biblioteca do Ministério das Obras Públicas e Telecomunicações, Direção Geral do Comércio, Agricultura e manufacturas repartição de manufacturas, 2ª secção, mapas das fábricas existentes nos diversos distritos, 1853-1857.

27 Idem.

28 Fundado em 1402, por frades franciscanos fugidos às perseguições do cisma, que opunha o papa de Roma ao Papa de Avinhão.

29 «Grande destroço experimentou em 1810 na invasão de Massena», cf. AMARAL, João José Ferreira da Silva, Ofertas históricas relativas à povoação de Vila Franca de Xira, vol1,p.132.

Nesse convento, o Barão de Quintela, instalou a sua fábrica de Fiação de Seda. Esta é apresentada em 1851, na memória sobre a vila de Povos, da autoria do bacharel em leis, João José Ferreira da Silva Amaral,³⁰ como sendo um projeto de carácter agrícola e industrial, ou seja aliando as duas vertentes «O Conde de Farrobo (...) lembrou-se de um projecto agrícola, industrial e fabril; plantação de amoreiras, criação do bicho-da-seda, e a sua fiação; e para isso considerou deposto o edifício e a cerca do convento de Santo António».³¹

Segundo o mesmo autor, Farrobo recrutou para a Direção *italianos e máquinas a vapor para mover as outras máquinas*.³² Para além da instalação da fábrica, o espaço era aproveitado do ponto de vista agrícola, através da cerca, horta e a plantação de amoreiras que eram a matéria-prima para a indústria da seda

Analisando o inquérito efetuado à indústria em 1852, pela Direção Geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas, através dos mapas das fábricas existentes, detetámos a Fábrica de Fiação de Seda, do convento de Santo António. O número de operários, em 1852, eram: 1 homem, 16 mulheres e 6 menores de 16 anos. O nível de literacia destes operários correspondia a que apenas «uma menor de 16 anos sabia ler e escrever».³³

Esta referência revela-nos que esta unidade fabril tinha uma dimensão média, motivo pela qual é mencionada no referido inquérito. A maioria do trabalho era desenvolvido por mulheres e crianças, sendo que apenas uma criança menor do sexo feminino sabia ler.

Pela mesma fonte conhecemos a existência de uma fábrica de fiação de tecidos, em Vila Franca de Xira, que empregava 1 homem, 16 mulheres e 6 menores de 16 anos, apresentando o total de 43 operários. Nenhum deles sabia ler.

O inquérito de 1852 não efetuava um diagnóstico completo da indústria, uma vez que o mesmo tinha por objetivos aferir o conhecimento, na época, da escolarização das classes operárias, para a tomada de medidas pelo Governo no combate ao analfabetismo.

30 Estudante de Coimbra, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Nasceu e viveu em vila Franca de Xira, terra a quem dedicou duas monografias históricas manuscritas.

31 Memória histórica da villa de, ou dos Povos comarca do Riba-tejo Província da Extremadura. Pelo Bacharel João José Miguel Ferreira da Silva Amaral, Associado Provincial da Academia Real das Siencias de Lisboa, 1851, p. 20.

32 Vid. - AMARAL, João José Ferreira da Silva, Ofertas históricas relativas à povoação de Vila Franca de Xira, vols.1 p.133.

33 Arquivo Histórico e Biblioteca do Ministério das Obras Públicas e Telecomunicações, Direção Geral do Comércio, Agricultura e manufacturas repartição de manufacturas, 2ª secção, mapas das fábricas existentes nos diversos distritos, 1853-1857.

Este inquérito apresenta o número de estabelecimentos industriais existentes, a respetiva mão-de-obra e o tipo de produção. Levantando-se um problema de tipologia classificativa da época, na medida em que apenas as indústrias que empregavam 10 ou mais operários, é que eram consideradas fábricas. Ficando assim por mencionar as unidades fabris que empregassem um número de mão-de-obra menor. Este documento referenciava um total de 4621 operários para o distrito de Lisboa.

David Justino efetuou o cruzamento deste inquérito com outras fontes na zona industrial de Lisboa e arredores e detetou 73 estabelecimentos com o mínimo de 10 operários, num cômputo de 5 012 trabalhadores.

A zona industrial de Lisboa, onde se insere a região de Vila Franca de Xira, na década de 50 do séc. XIX representava cerca de 30% do operariado português, apresentando 80% de potência das máquinas a vapor do continente.³⁴

Em Povos, Vila Franca de Xira, existiu uma fábrica de curtumes fundada em 1729, por João Mendes de Faria e Fagundes com benefício régio, a Real Fábrica de Atanados de Povos. O Governador Civil no inquérito industrial de 1845 encontrou-a decadente.

Anos mais tarde, em 1856, a unidade fabril de carácter manufactureiro restabeleceu-se. Conheceu-se então, uma nova sociedade em nome de José Pedro de Faria La Cerda & C.^a, que entretanto foi encerrada por falta de pagamento aos rendeiros e também devido ao atraso tecnológico que atingira.³⁵

Em 7 de Fevereiro de 1859, constituiu-se, a Sociedade Geral de Produtos Químicos, pelo Crédito Móvel Português, com a finalidade de fabricar toda a qualidade de produtos químicos, conforme o texto do decreto do governo com o qual eram apresentados os estatutos da mesma: « (...)considerando as muitas vantagens resultantes de uma companhia de semelhante natureza, destinada a fornecer os mercados com produtos químicos mais perfeitos e por menor preço(...)».

34 Cf. David, Justino op. cit. pp. 119-120.

35 Vid. CUSTÓDIO, Jorge, «A quinta da fábrica. A Real Fábrica de Atanados, de João Mendes de Faria e Sucessores», Boletim Cultural Cira, 8, edi. Câmara Municipal d Vila Franca de Xira, Lisboa 1989.



Fig.4 – Fábrica de Produtos Químicos. *Sociedade Geral de Produtos Químicos*. Foto - CMVFX.

Era uma unidade fabril de topo para a produção de químicos de base, como o ácido sulfúrico, o carbonato e o sulfato de sódio. Foi instalada em Póvoa de Santa Iria, concelho de Vila Franca de Xira, pelo grande químico português, o 2º Visconde de Villa Maior, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel. Para esta fábrica, estava prevista uma produção anual, acima de 700 toneladas de ácido sulfúrico e 500 de soda.³⁶

Esta fábrica foi inteiramente gerida pelo seu fundador, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, homem promotor da evolução da ciência e do ensino da Química. Contactou com os grandes industriais estrangeiros da área da química, como por exemplo F. Kulmam, tendo conhecido na época as grandes indústrias químicas estrangeiras, nomeadamente o modelo francês, que descreveu no relatório que elaborou sobre a exposição Universal de Paris em 1855.³⁷

Pelo exposto, podemos concluir que é das fábricas que se fixaram na região que recorreu aos ensinamentos mais modernos da ciência. Em 1861, a Fábrica de Produtos químicos da Póvoa de Santa Iria é convidada para expor os seus produtos na ex-

³⁶ Vid. CRUZ, Isabel, «Das Vantagens de não ser precioso: Aspetos da exploração e uso do cobre em Portugal (1789-1889)» in Sítio: WWWtriplov.com.

³⁷ Idem.

posição industrial portuense. Ao que responde « (...)a administração desta fábrica fica persuadida para aprontar e remeter com destino à Exposição Industrial portuense, as amostras dos produtos fabricados neste estabelecimento, o que se fará dentro do prazo competente(...)».³⁸

Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, como diretor fabril, ficou encarregue de todos os aspetos técnicos da fábrica. No entanto, atravessou vários problemas de instalação, e também no fornecimento de matérias – primas, o que levou presumivelmente à sua dissolução em 1862.

Através do Inquérito industrial de 1881,³⁹ sabemos que a Indústria de Produtos Químicos da Póvoa foi comprada em 1867, pelo industrial francês Fernando Óscar Deligny, que era um dos representantes dos concessionários da mina de S. Domingos.

Em 1868 passou a pertencer à firma, Deligny Frères & C.^a e a partir de 1881, voltou a ser do Sr. Fernando Óscar Deligny. Segundo os depoimentos dos senhores Antoine e Dijoud, diretores técnicos da fábrica e que responderam ao inquérito na ausência do seu proprietário, que se encontrava no estrangeiro em Paris.⁴⁰ Muito provavelmente recolhendo novos ensinamentos técnicos na sua terra natal, para as indústrias de mineração e produtos químicos da Póvoa.

O capital investido na fábrica era 72.000\$000 réis, sendo 18.000\$000 réis de capital circulante. Os produtos enumerados como produzidos na fábrica eram: ácido sulfúrico, com uma produção anual de 1.200 toneladas de sulfúrico a 66 e 60°; 24 toneladas de clorídrico a 22° e 90 a 100 de nítrico a 49° e em sais (carbonato de soda, 120 toneladas; sulfato de ferro, 320 e cloreto de cálcio, 250 Kg .

A indústria de produtos químicos da Póvoa produzia somente para o mercado nacional, principalmente para Lisboa, Porto, Coimbra e Covilhã.

No que diz respeito às principais matérias-primas utilizadas, eram de origem estrangeira, como por exemplo: o carvão de pedra, os tijolos refratários para altas temperaturas, de origem inglesa; o nitrato de sódio, do Chile; e o chumbo proveniente da França (material necessário para a construção e manutenção das câmaras de chumbo no fabrico do ácido sulfúrico).

As matérias-primas de origem nacional eram: a hulha; a cal de Alcântara; o dióxido de manganês, do Alentejo; o sal marinho, da Póvoa de Santa Iria, cré, do Rio Seco;

38 Ibidem.

39 Arquivo Histórico e Biblioteca do Ministério das Obras Públicas e Telecomunicações, Repartição de Estatística, *Inquérito Industrial de 1881*.

40 Idem. p. 1.

chumbo; ferro de obra e pirites de ferro da mina de S. Domingos. As mesmas tinham um consumo anual entre 900 a 1.200 toneladas.

A tecnologia que esta indústria possuía, era bastante complexa e completa. As principais máquinas eram: 2 caldeiras, da força de 40 cavalos cada uma; e uma máquina a vapor da marca *Farcot*. Os processos de fabrico que utilizavam eram idênticos aos utilizados no estrangeiro, revelando um excelente conhecimento das inovações tecnológicas.

Os trabalhadores indiferenciados, trabalhavam de sol a sol, e eram todos pagos ao dia auferindo a *jorna*. Todos os operários eram de origem portuguesa, e eram iletrados. Não sabemos o seu número exato.

O desempenho económico, da empresa no ano de 1881, era considerado pelo seu proprietário estável. As vendas situaram-se entre os 45.000\$000 réis e 60.000\$000réis, o que em sua opinião, era muito pouco, uma vez que o investimento efetuado era elevado.

Em relação à questão das pautas propostas pelo governo, o industrial francês Fernando Óscar Deligny, enviou ao parlamento português uma petição, na qual requeria a entrada livre no nosso país das matérias-primas estrangeiras. Supomos que a resposta obtida não foi a mais favorável.

Em 1877, foi fundada por João da Silva Ferrão de Castello Branco, 1º Visconde de Pedroso (1841-1896), na Póvoa de Santa Iria, a Companhia de Moagens de Santa Iria. Era uma sociedade anónima de responsabilidade limitada. Produzia farinhas de todas as qualidades e também sêmeas.

Esta indústria na fase inicial apresentava como capital investido a quantia de 55.000\$000 réis, tendo sido aumentado posteriormente, em 1879.

A quantidade da produção média de trigo da fábrica era de cerca, de 25 000 litros de farinha por dia, no valor aproximado de 417.000\$000 réis. 50% dos produtos produzidos, nesta fábrica eram consumidos na cidade de Lisboa e os restantes eram enviados para, Coimbra, Porto, Braga e Viana.

As matérias-primas, que a fábrica utilizava, estavam dependentes das colheitas agrícolas. No ano de 1881, a colheita de trigo em Portugal tinha sido escassa, sendo necessário recorrer ao trigo estrangeiro: «a fábrica tem trabalhado com seis partes de trigo americano e uma parte de trigo nacional».⁴¹

41 Arquivo Histórico e Biblioteca do Ministério das Obras Públicas e Telecomunicações, Repartição de Estatística, Inquérito Industrial de 1881, p.198.



Fig. 5- Companhia de Moagens de Santa Iria (Conhecida por Moinhos de Santa Iria). Foto MMVFX.

Noutros anos em que as colheitas de cereais eram escassas, e os preços aumentavam, também importavam trigos da Rússia, Espanha e muito raramente de França.

Outra informação importante, transmitida pelo proprietário desta indústria, era sobre o transporte da matéria-prima, que habitualmente era feito em barco à vela, e no ano de 1881, foi efetuado em barco a vapor, tendo chegado em melhores condições e de forma mais rápida. Beneficiando desse modo da tecnologia aplicada à rede de transportes, cujos custo, versus tempo e qualidade no transporte eram extremamente vantajosos.

João da Silva Ferrão de Castello Branco solicitou igualmente, para fazer face a este problema, uma estação de caminhos-de-ferro específica, com paragem junto à sua fábrica, indicando que estava disposto a doar para o efeito, um dos seus terrenos. Esta petição foi atendida anos mais tarde.

Em relação à tecnologia utilizada pela fábrica de Moagens da Póvoa de Santa Iria, a mesma possuía duas caldeiras a vapor, uma de 70 cavalos, de origem inglesa, e outra portuguesa, de 50 cavalos, originária da fábrica Dauphinet do Calvário em Lisboa. Tinha ainda 2 máquinas a vapor, uma de 14 cavalos de alta pressão francesa, e outra inglesa de 80 cavalos, também de alta pressão. Como aparelhos e máquinas considerados especiais, tinha 13 moinhos com pedras francesas.

O trabalho que desenvolvia era todo realizado na fábrica, efetuado de sol a sol. Algumas vezes os trabalhadores faziam serões.

Todos os 30 operários desta indústria eram de nacionalidade portuguesa. Tinha 3 moleiros, 2 condutores de mós, 4 picadores de mós e 21 trabalhadores indiferenciados.

O Pessoal técnico era constituído por um moleiro chefe de origem francesa; um maquinista; um serralheiro; e um carpinteiro, portugueses. As grandes descargas de matéria-prima principalmente as do trigo, oriundas do transporte fluvial, eram feitas por homens em regime de empreitada.

A situação financeira da fábrica na década de 80 era boa, não tendo falta de capital.

O proprietário explica no depoimento que prestou, no âmbito do inquérito industrial, que as fábricas estabelecidas fora de Lisboa pagavam mais impostos. Em sua opinião, para o desenvolvido do mercado externo e colonial, era necessário que o governo diminuísse os impostos aplicados sobre as farinhas exportadas, em pelo menos 11 réis por Kg de farinha.

Outro tipo de atividade económica, que também existia nesta região era a indústria extrativa. «A Norte do Tejo só há concedidas duas minas de calcário betuminoso que não parecem ter grande importância (...) A não ser o fabrico de cal, pode dizer-se que os trabalhos de pedreira são puramente e só feitos quando há construções que exigem os materiais».⁴²

As Pedreiras existentes no ano de 1889, na região de Vila Franca de Xira, são as seguintes: Alverca – Casal do Álamo - pertença de António José Ferreira; no Olival das Torres; na Quinta do Bom Jesus no Sobralinho, na Quinta do Cabo em Vila Franca de Xira - propriedade de José Pereira Palha Blanco, e na Quinta do Palyart em Vila Franca de Xira pertença de Joaquim Mendonça.

A extração de argilas, como matéria-prima, para o fabrico de telha e tijolo, nesta zona é também uma atividade económica bastante importante. Conquanto, era feita de uma forma bastante artesanal, sem o recurso aos novos ensinamentos da ciência e da técnica.

«O que tem certa importância neste concelho é a exploração de argilas para o fabrico de telha e tijolo. Alhandra é a localidade onde estão montadas as oficinas e fornos. É também ali que existem as barreiras de onde sai a matéria-prima, sendo muito elevada a produção daqueles materiais que dali saem para diversas construções. (...) Há nesta

42 BNP, - *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Inquerito industrial de 1890 – Vol. I Indústrias extractivas Minas e Pedreiras*, Lisboa Imprensa nacional.

localidade três fábricas de tijolo e telha onde são empregados 4 000 a 5 000 metros cúbicos de argila, sendo esta matéria-prima resultante do depósito de vasa que as águas do Tejo fazem anualmente nas depressões do terreno de lezíria onde estão estabelecidos os fornos, fabrico, enxugadouros, (...)».⁴³

O inquérito industrial, de 1890, revela-nos a existência de duas fábricas de cerâmica, fabrico de telha e tijolo em Alhandra, não existindo informações mais precisas sobre a sua localização e modo de funcionamento.

A partir da análise efetuada sobre as unidades fabris instaladas na região de Vila Franca de Xira é possível delinear o quadro que se segue:

Quadro nº 1 | Fábricas detetadas entre 1850 -1890

Ano de Fundação/ e de laboração	Fundadores Proprietários	Designação	Local	Ramo de atividade
1729-1856	José Mendes de Faria/José Pedro de Faria Lacerda	Real Fábrica de Atanados de Povos/ /José Pedro de Faria La Cerda & C. ^a ,	Povos Vila Franca de Xira	Curtumes
1838-1852	1838-Conde de Farrobo 1852- Ignacio M. Inch e irmão	Fábrica de Produtos Químicos / Quinta da Verdelha	Alverca do Ribatejo	Química
1851-1854	Conde de Farrobo	Fábrica de Fiação de Seda do Convento de Stº António	Cachoeiras Vila Franca de Xira	Têxteis
1852	-----	Fábrica de Fiação de Tecidos	Vila Franca de Xira	Têxteis
1859-1881	1859-Júlio Máximo de Oliveira Pimentel 1867- Fernando Óscar Deligny 1868- Deligny Frères & C. ^a 1881- Fernando Óscar Deligny	Sociedade Geral de Produtos Químicos	Póvoa de St. ^a Iria	Química
1877-1890	1877-João da Silva Ferrão de Castello Branco, 1º Visconde de Pedroso 1890-Pedro Gomes da Silva	Companhia de Moagens de Santa Iria	Póvoa de St. ^a Iria	Alimentar
1890	-----	Fábrica de Cerâmica Telha e Tijolo	Alhandra Rua Direita	Cerâmica
1890	J. F. Ralha	Fábrica de Cerâmica	Alhandra Rua Direita	Cerâmica

43 BNP, - *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Industria. Inquerito industrial de 1890 – Vol. I Indústrias extractivas Minas e Pedreiras*, Imprensa nacional, Lisboa.

Conclusão

As primeiras unidades industriais instaladas fora dos grandes centros, mas dentro da sua influência, ou seja nas zonas que as envolvem, como é o caso de Vila Franca de Xira, eram geralmente indústrias que beneficiavam, dos aspetos das boas acessibilidades, ao nível dos transportes, tirando proveito, do meio fluvial (Rio Tejo), do caminho-de-ferro, e das vias terrestres principais (Estrada Real e outras). Este fator cruzava-se, com a existência de matérias-primas, mais acessíveis através do meio de transporte mais barato, e da mão-de-obra mais económica e disponível em meios rurais.

Neste caso, o local/regional constituía o Pólo mais próximo, onde os centros urbanos aplicavam o capital. Os empresários industriais, que instalaram as suas indústrias nesta periferia urbana, são originários maioritariamente, da grande urbe lisboeta, sendo alguns de origem francesa. Na ótica de David Justino, estamos perante uma região polarizada, onde a capital, assume claramente o papel de centro difusor para a periferia.

As indústrias detetadas nesta região no período de 1850 a 1890 são, na generalidade apostas na nova tecnologia emergente, do período Fontista e Regenerador, em que se difundia o progresso da ciência e técnica do país, entre as décadas de cinquenta e setenta do Século XIX.

Foram fundadas por empresários e homens da ciência, portugueses e franceses, com especial interesse na modernização tecnológica do país, que sob a influência da disseminação da industrialização pelo mundo, nomeadamente pela periferia europeia, criaram ou modernizam algumas empresas, enfatizando alguns sectores de ponta, da indústria portuguesa.

Destacamos a emergente indústria química, que se revela em primeiro lugar na fábrica de produtos químicos da Verdelha, instituída pelo Conde de Farrobo, e modernizada pelo Sr. Inácio Inch. Ou o estabelecimento da *Sociedade Geral de Produtos de Produtos Químicos* na Póvoa de Santa Iria que é outro exemplo. Criada, pelo proeminente químico Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, é continuada pelo empresário francês, Fernando Óscar Lindy, investidor das indústrias extrativa e química, grande conhecedor e impulsionador, dos progressos da ciência e da tecnologia na Europa, e em especial em Portugal, através da fundação desta unidade fabril de produtos químicos.

FONTES

Manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo (NA/TT) - Fundo do Arquivo da Casa de Abrantes

-N.º 172 L. 8º, doc. 3390, doc. 3389, docs. 353 a 3558; N.º 176, nº 176-L.º 14 U, doc. 3517, N.º 177; L.º 15 U, doc. 3547; Planta da quinta da Póvoa de D. Martinho, 1868.

Fundo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1852-1910

- Empréstimo de um bate-estacas à firma António Moreira Rato e Filhos, 1896, proc. 1605, mç. 509.

-Requerimento de José Moreira Rato Filhos pedindo nota das requisições de fundos durante os três últimos anos, 1900, proc. 1115, mç. 467.

-Registo das Companhias de comércio ou sociedades anónimas, 1853-1867, mç. 278.-Extractos das portarias e ofícios provenientes do Ministério das Obras Públicas, 1865, mç. 136.

-Extractos das portarias e ofícios provenientes do Ministério das Obras Públicas, 1867, mç.138.

-Extractos das portarias e ofícios enviados pelo Ministério das Obras Públicas,1868-1869, mç. 145.

-Correspondência recebida do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (trabalho de menores e mulheres), 1893,Cx. 2805, N.º14.

-Circulares recebidas do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1886, Cx. 2803, N.º 51.

-Correspondência recebida do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, 1886 Cx.2804,N.º3, 1889 Cx. 1400, N.º 13, 1893/1894 Cx. 2804, N.º 4, 1897 Cx. 2804, N.º 5.

-Ministério das obras Públicas, Repartição do Comércio e Indústria (admissão de operários em oficinas estrangeiras), 1883,Cx.2805, Nº 16.

- Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria (movimento industrial), 1876, Cx.2805, Nº 132.

Fundo do Registo Geral de Mercês de D. Carlos I

- José Moreira Rato, 8-5-1890, liv. 2, f. 237,

Fundo do Morgado do Farrobo, 1540-1810.

Fundo do Governo Civil

-Extrato de bens pertencentes aos vínculos, Conde de Farrobo e Duquesa de Palmela e João José de Faria Mascarenhas Mello Palha, 1864.

Arquivo Histórico e Biblioteca do Ministério das Obras Públicas e Telecomunicações (AHBMOPTC)

-Fundo da Comissão Central Portuguesa para a Exposição Universal de Paris (CEUP), 1854-1858.

- Fundo da Comissão Encarregada de Promover a Exposição dos Produtos da Indústria Portuguesa em Lon-

dres (CEPIL), 1850-1852.

- Fundo do Conselho Director dos Trabalhos Preparatórias para a Exposição Universal de Paris de 1878. (CEUP), 1877.

- Fundo do Conselho Superior do Comércio e Indústria. (CSCI), 1890-1892.

- Fundo da Direcção Geral do Comércio e Indústria. (DGCI), 1859-1911.

- Fundo da Direcção Geral das Obras Públicas. (DGOP) 1852-1859.

- Fundo do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria. (MOPCI), 1855-1951.

Arquivo Histórico Municipal de Vila Franca de Xira (AHMVFX)

Fundo do Concelho de Vila Franca de Xira

-Registo das Matrizes Prediais, 1850 – 1855.

-Junta dos Repartidores do concelho, Livro de Registo das Matrizes Prediais, 1854.

Inventário do Património Industrial

-Cimpor, pasta 2.

-Produtos Químicos da Verdelha, pasta 23.

-Fábrica de Produtos Químicos da Póvoa, pasta 50.

-Henry Bachoen Adubos Químicos, pasta 50.

Arquivo Histórico da Firma Moreira Rato

- Exposição escrita de António Theophilo de D`Araújo Moreira Rato sobre a fábrica de Cimento artificial de Alhandra.

Arquivo Histórico da CIMPOR

- Escritura de venda da propriedade «o telhal» a António Theophilo de D`Araújo Moreira Rato

Museu Municipal de Vila Franca de Xira (MMVFX)

-Memória histórica da villa de, ou dos Povos comarca do Riba-tejo Província da Extremadura. Pelo Bacharel João José Miguel Ferreira da Silva Amaral, Associado Provincial da Academia Real das Siencias de Lisboa, 1851.

Impressas

Biblioteca Nacional de Portugal (B. N. P)

Monografias

- AMARAL, João José Ferreira da Silva, Ofertas históricas relativas à povoação de Vila Franca de Xira, vols.1-2, 2ª ed., Lisboa, Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 1991.

- BACHOFEN, Henry, Adubos chimicos, Typ. E. Roza, 1895.

-HENRIQUES, Guilherme J. C., Subsídios para a história do Concelho de Vila Franca de Xira, 2ª ed. Lisboa, Ed. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1997.

- MACEDO, Lino de, Antiquidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira, 2ª ed. Lisboa, Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 1991.

-MARTINS, Oliveira «Fisionomia político-social da Nação portuguesa e o socialismo», (1873), Liberalismo, socialismo, republicanismo. Antologia de pensamento político português(cord.) SERRÃO, Joel, edi. Horizonte Universitário, Lisboa, 1979.

- PIMENTEL, Júlio Máximo de Oliveira, Discurso pronunciado pelo reitor da Universidade de Coimbra, visconde de Villa Maior por ocasião da festa comemorativa da reforma da universidade em 1772, Ed. imprensa da universidade, Coimbra, 1872,

Relatórios e Catálogos

- Relatório de produtos de industria portuguesa, feita pela Sociedade Promotora da Industria Nacional, Ed. Typographia de José Baptista Morando, 1838.

-Relatório e catalogo da Exposição Industrial Portuguesa realisada no Museu Industrial e Commercial de Lisboa em 28 de Julho de 1893, Lisboa Imprensa Nacional 1893.

Anuários, estatísticas e inquéritos

-A indústria nacional : suplemento à Gazeta das fábricas, N. 1 (23 Maio) -n. 2 (29 Maio), Lisboa , Ed. Typ. Franco -Portuguesa, 1867.

-Boletim do trabalho industrial, Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, Direcção Geral do Commercio e Industria, Repartição do Trabalho Industrial, nº1, Lisboa, Ed. Imprensa Nacional, 1909-1939.

-Documentos sobre o inquérito industrial de 1881, Lisboa, Ed. Imp. Nacional, 1881.

-Parte inferior do formulário

Gazeta das fábricas, Lisboa, V. 1, n. 1 (Jan. 1865) -v. 2, n. 7/8 (Jul. Ago.), Ed. Da Soiedade Typographica Francisco Portuguesa, 1865-1866.

-Inquérito industrial de 1881 : inquerito directo / Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Ed. Imprensa nacional, 1881-1883.

-Inquérito industrial de 1890 / Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, Direcção Geral do Commercio e Industria, Lisboa, Ed. Imprensa Nacional, 1891.

Parte inferior do formulParte inferior do formulárioParte inferior do formulário

Parte superior do formulário

Parte inferior do formulário

Parte superior do formulário

Jornais

Nacionais

O Dia, Lisboa, 1887-1925

O Diário de Lisboa, Lisboa, 1880-.....

O Diário de Notícias, Lisboa, 1865.....

O Diário Popular, Lisboa, 1866...

O Mundo, Lisboa, 1900-1910.

As Novidades, Lisboa, 1885-1913.

A Luta, Lisboa (1918).

O Século, Lisboa, 1881, 1887-1977.

A Vanguarda, Lisboa, 1880-1929.

Locais

Campino , Alhandra / Vila Franca de Xira, nº 1, 1879.

Combate, Alhandra, nº 1, 1890.

Mensagem de Cira, 1911.

Pensamento(O), 1906-1911.

Ribatejo (O), 1887.

Villafranquense(O),, 1894.

Revistas

O Ocidente, 30 de Dezembro de 1906

Bibliografia

BAIROCH, P., *International industrialization levels from 1750-1980*, (Cord.)

Patrick O'Brien, Ed. Routledge, Londres, 1998.

CABRAL, Manuel Villaverde, O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no séc. XIX, edi. Porto, 1976

CASTRO A. de, *A Revolução Industrial em Portugal no Séc. XIX*, edi. Porto, 1986.

CUSTÓDIO, Jorge, «A quinta da fábrica. A Real Fábrica de Atanados, de

João Mendes de Faria e Sucessores», *Boletim Cultural Cira*, 8, edi., Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Lisboa, 1989.

JUSTINO, David, *A formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*, Vols.1 e 2, Ed. Vega, Águeda, 1988.

_____, «O livre Câmbio e o fontismo revisitados através dos debates parlamentares»

Desenvolvimento Económico e mudança Social. Homenagem a Miriam Halpern Pereira

Coord. (José Vicente Serrão e al.), Ed. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2009.

LAINS, Pedro, «A Indústria», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira, ***História***

Económica de Portugal. Século XIX, vol.II, Ed. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa,

2005, pp.259-279.

_____, «História e crítica da tese da dependência», ***Desenvolvimento Económico e mudança Social. Homenagem a Miriam Halpern Pereira***, Coord. (José Vicente Serrão

e al.), Ed. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2009.

LEITÃO, Nicolau Anderson, ***Exposições Universais. Londres 1851***. Ed. Expo 98. Lisboa, 1994.

LIMA, Nuno Miguel, «Henry Burnay no contexto das fortunas da Lisboa oitocentista»,

Análise Social, nº 192, Lisboa, 2009.

MADUREIRA, Nuno Luís, e MATOS, Ana Cardoso de, «A tecnologia».

In LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira, ***História Económica de Portugal. Século XIX***. vol II, Ed. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2004.

MATA, Maria Eugénia, «O Capital», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira, ***História Económica de Portugal. Século XIX***, vol.II, Ed. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2005.

MATOS, Ana Cardoso de, «Entre o laboratório, a indústria e a intervenção política e administrativa. O químico José Júlio Bettencourt Rodrigues na Sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX», ***Desenvolvimento Económico e mudança social. Portugal nos últimos dois séculos. Homenagem a Miriam Halpern Pereira***, edi. ICS, Lisboa, 2009.

REIS, Jaime, «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio:

Portugal, 1870- 1913», ***Análise Social***, Vol. XXIII (96), 2º, Lisboa, 1987.

_____, ***O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX, 1850-1930***, edi. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1993.

NEVES, Pedro José Marto, ***Grandes empresas industriais de um país***

pequeno: Portugal da década de 1880 à 1ª Guerra Mundial,

(Tese de doutoramento), ((text.policop.)), Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia, Lisboa, 2007.

WILLIAMSON, Jeffrey G, ***Globalization and the poor periphery Before 1950***, Ed. The

MIT Press, Cambridge, England, 2006.

Sítios consultados na Web

CRUZ, Isabel, «Das Vantagens de não ser precioso: Aspectos da exploração e uso

cobre em Portugal (1789-1889)» in Sítio: ***WWWtriplov.com***.

VINHAS & VINHO DA QUINTA DE SUBSERRA ATRAVÉS DOS TEMPOS

Maria Paula Boloca Carvalho¹

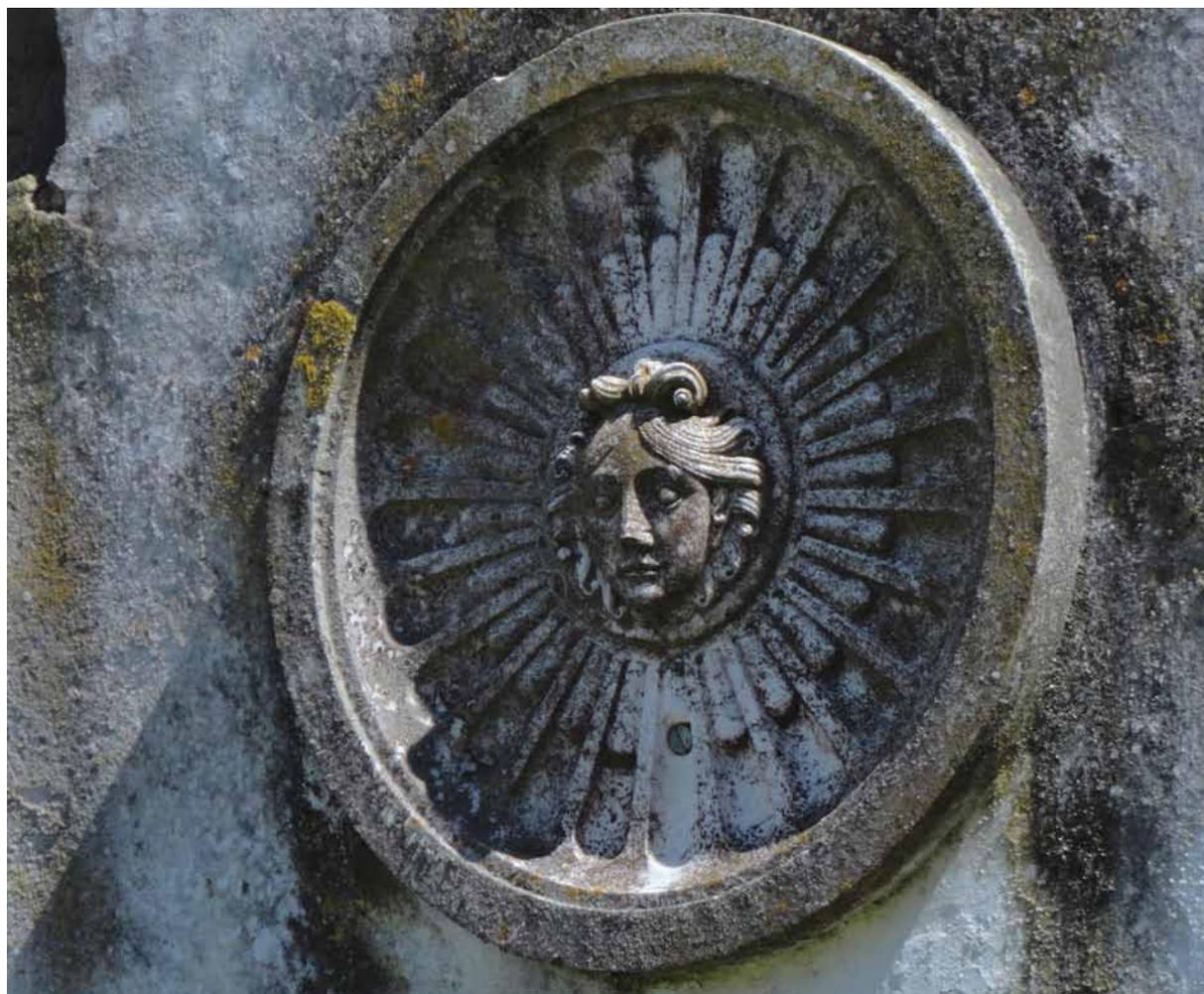


Fig. 1- Aspeto patrimonial, figura em alto-relevo, da Quinta Municipal de Subserra. Foto: Mário Saraiva Pinto. 28 de abril de 2013.

A Quinta de Subserra, situada na encosta nascente do Vale da Ribeira de Santo António, em Subserra, em São João dos Montes, no concelho de Vila Franca de Xira, foi fundada no séc. XVII e, desde então até ao início do século XX, os seus proprietários estiveram ligados à nobreza. É essencialmente constituída por uma capela, vários edifícios, entre os quais um solar ou casa apalaçada, adega, jardins, fontes, pomares e vinha.

¹ Licenciada em Engenharia Agro-Alimentar, na área de Enologia. Técnica Superior na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Responsável pela Vinha e pelo Vinho da Quinta Municipal de Subserra, assim como pela sua Dinamização Cultural. Autora de vários artigos técnicos e culturais sobre vinhos, publicados em revistas da especialidade, e de textos para teatro, entre os quais, uma peça inspirada na história do vinhoda Quinta de Subserra, a qual aí foi levada à cena pelo Grupo de Teatro Gruta Forte. mp.escocia@gmail.com



Fig. 2- Aspeto do interior do Palácio da Quinta Municipal de Subserra. Foto: M^ª Paula B. Carvalho. 13 de junho de 2014.

Após a morte, em 1920, da Marquesa de Subserra, Bemposta e Rio Maior, D. Maria Isabel de Lemos e Roxas de Carvalho e Menezes de Saint-Léger, a Quinta fica em poder de um sobrinho (filho de uma irmã do marido, que, após a morte da mãe, fora criado pela tia). Nascida em 1841, a Marquesa (viúva de D. António José Luís de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa (1836-1891) - 1^º Marquês e 4^º Conde de Rio-Maior, formado em Direito, Par do Reino (hereditário), Oficial-mor da Casa Real, Deputado, Presidente da Câmara de Lisboa e Provedor da Santa Casa da Misericórdia, de quem não teve descendentes) não volta a casar. Alguns anos depois, o sobrinho vende a Quinta a pessoas não pertencentes à família. A propriedade mudou de mãos várias vezes até que, em 1980, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira a adquire a João Guedes de Sousa, o seu dono à época.



Fig. 3- Vista panorâmica da vinha da Quinta Municipal de Subserra. Foto: Mário Saraiva Pinto. 7 de abril de 2013.

Não se sabe ao certo qual a área da Quinta de Subserra, à data da morte da Marquesa, crendo-se que seria de cerca de 200 ha. Por outro lado, sabe-se que grande parte da propriedade foi desagregada, e entregue para pagamento de dívidas de jogo, que o sobrinho, ao longo do tempo, fora contraindo. Era uma propriedade em que as vinhas tinham grande dimensão (estendendo-se desde a serra até perto da estrada nacional que passa ao lado da vila de Alhandra), em comparação com os 5,5 hectares que hoje restam de área vitícola (numa superfície total atual de 17 ha). Os grandes volumes de vinho que eram produzidos e comercializados, quer para Lisboa, quer para fora do país, são, também, prova da sua grandeza



Fig. 4- Aspetto do jardim e escadaria de acesso ao tanque dos peixes da Quinta Municipal de Subserra. Foto: M^a Paula B. Carvalho. 20 de dezembro de 2012.

Logo após a inauguração, em 1856, daquele que foi o 1º troço de linha de caminho-de-ferro em Portugal (que ia de Lisboa ao Carregado), parte dos vinhos vendidos para Lisboa começaram a ser escoados por aquele meio de transporte, seguindo outra parte por via fluvial. Nessa época, muito do vinho desta região, era vendido para fazer aguardente destinada à produção de Vinho do Porto. Embora não se conheçam provas documentais para esse destino, relativamente ao vinho da Quinta de Subserra, é de supor que algum dele fosse também produzido com tal objetivo, atendendo ao grande volume produzido, e ao facto de ser prática corrente no Ribatejo.



Fig. 5- Aspeto de uma videira decorativa da vinha da Quinta Municipal de Subserra . Foto: M^a Paula B. Carvalho. 11 de dezembro de 2013.

A primeira vinha, plantada num terreno próximo, foi adquirida pela Quinta em 1697 (como o atesta uma escritura datada de 26 de Abril desse ano).

Não era invulgar, à época, as propriedades serem uma espécie de conjunto gregário, constituído por várias parcelas provenientes de propriedades vizinhas, propiciando muitas vezes a sua expansão para zonas que, depois, em termos de escrituras, ficavam com descrições pouco precisas. O acumular de terras na mesma propriedade gerava, até, uma certa confusão, em termos de designação e identificação. Assim, se chega aos nomes dados às vinhas então existentes em Subserra, como no caso da “Vinha das Faias”, designada na descrição predial como: vinha situada por cima do lugar da Coxõa, no limite de Subserra, e que confina, a Norte, com a quinta da Marquesa de Rio Maior Bemposta e Subserra, alugada a João Miguel, que paga um foro de nove alqueires ou cento e vinte e quatro litros e dois decilitros de trigo. Poderemos ainda citar outros exemplos de vinhas pertencentes à quinta, mas exploradas por terceiros, segundo foro atribuído: “Vinha dos Santiagos”; “Vinha do Theodoro”; “Vinha da Caldeireira”; “Vinha da Serra” (próximo do olival); “Vinha de Tráz” (junto dos mortórios), terra de sementeira pegada com vinha que tem oliveiras (foi comprada por 200.000 mil réis e avaliada em 250.000 mil réis).

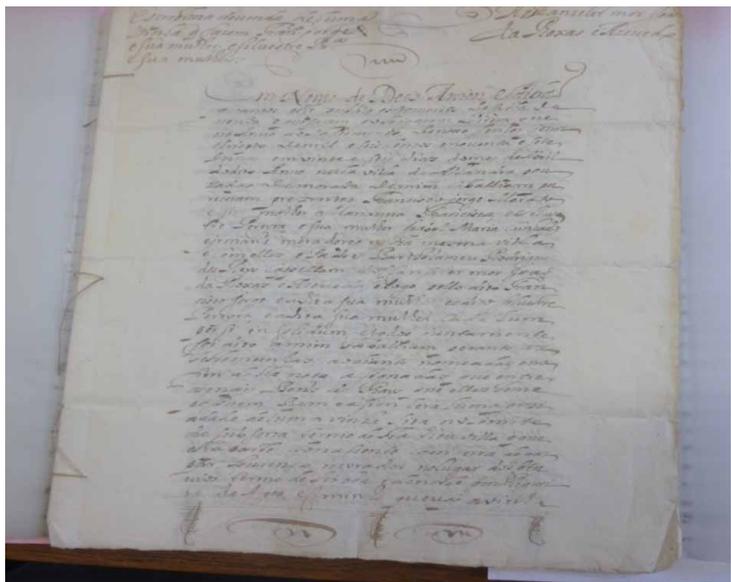


Fig. 6, Fig.7, Fig.8 – Escritura da aquisição de uma vinha pela Quinta Municipal de Subserra, datada de 26 de Abril de 1697. Foto: M^a Paula B. Carvalho. 10 de Julho de 2014



Fig. 9 – Tília e videiras decorativas junto do portão principal da Quinta Municipal de Subserra. Foto: M^a Paula B. Carvalho. 11 de Dezembro de 2013

Não se sabe se a cultura da vinha teve sempre continuidade, ou se, atravessando a história e os séculos, sofreu, tal como a propriedade, danos, paragens e abandono (o palácio sofreu tais danos com o terramoto de 1755, que teve de ser reedificado, em 1821; houve também obras de reparo na capela, quando os avós maternos da Marquesa regressaram do exílio, forçado pelas ligações de simpatia às tropas napoleónicas do general Pamplona)

Também não dispomos de informação de quando se começaram a vinificar as uvas. Os primeiros documentos alusivos, existentes no Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira, não são esclarecedores relativamente à vinificação, apesar de serem já do séc. XIX. Só a partir dos anos 80 desse século seguem uma cronologia precisa, contendo bastante material de grande interesse histórico sobre a vinha e o vinho, exibindo uma escrita bem organizada, em termos da gestão agrícola e da manutenção e tratamentos aplicados às vinhas. São descritos todos os custos com os produtos para os tratamentos às vinhas além das quantidades adquiridas, assim como relativamente à plantação de bacelos, mergulhia, cava, poda, empa, com descrições muito pormenorizadas destes trabalhos. Têm, também, a escrita organizada, no que concerne aos volumes dos vinhos obtidos, sua venda e seu armazenamento, feito na *Casa d'Agôa*, atual Casa da Água, assim chamada porque junto ao edifício passa água, que vem de nascentes da serra. Razão por que também se guardavam aqui os vinhos, pela frescura do ambiente.



Fig. 10 – Manhã com nevoeiro na Quinta Municipal de Subserra. Foto M^a Paula B. Carvalho. 19 de Dezembro de 2014



Fig. 11 – Aspeto do interior do Palácio da Quinta Municipal de Subserra. Foto: M^a Paula B. Carvalho. 13 de Novembro de 2014



Fig. 12 – Palácio da Quinta Municipal de Subserra. Foto: Mário Saraiva Pinto. 20 de Março de 2015

Do levantamento feito aos documentos, não foi encontrada qualquer descrição sobre as castas existentes, à exceção do Arinto e Muscatel (atualmente grafado Moscatel). Relativamente aos tipos de vinhos produzidos, são apenas mencionados: Arinto, Muscatel, Abafado branco, Abafado tinto, Vinho tinto e Vinho branco.

É, aliás, nesta época que a Quinta vive o seu período áureo, com a permanência na mesma dos seus proprietários, os Marqueses de Bemposta, Subserra e Rio Maior. Todavia, a Marquesa, desde os cinco anos de idade, viera de Lisboa, com seus pais e avó, viver para a Quinta de Subserra.



Fig. 13 – Alameda de acesso à saída principal da Quinta Municipal de Subserra. Foto: M^o Paula B. Carvalho. 11 de Dezembro de 2013

“De Dezembro de 1846 a Janeiro de 1847, houve uma série de tremores de terra no Ribatejo. Acabáramos nós de instalar-nos definitivamente em Subserra...”, lamentava-se a Marquesa.

Não se sabe a data de construção da adega atualmente existente na Quinta de Subserra, não só porque os elementos que a constituam sugerem épocas diferentes, como não foi encontrado nenhum documento que ateste a sua fundação. Crê-se, no entanto, ter existido uma outra adega, referida no ano de 1898 em apontamentos da Marquesa, a qual, pelos elementos dados, não corresponde à adega onde é laborada a produção de vinhos nos dias de hoje.

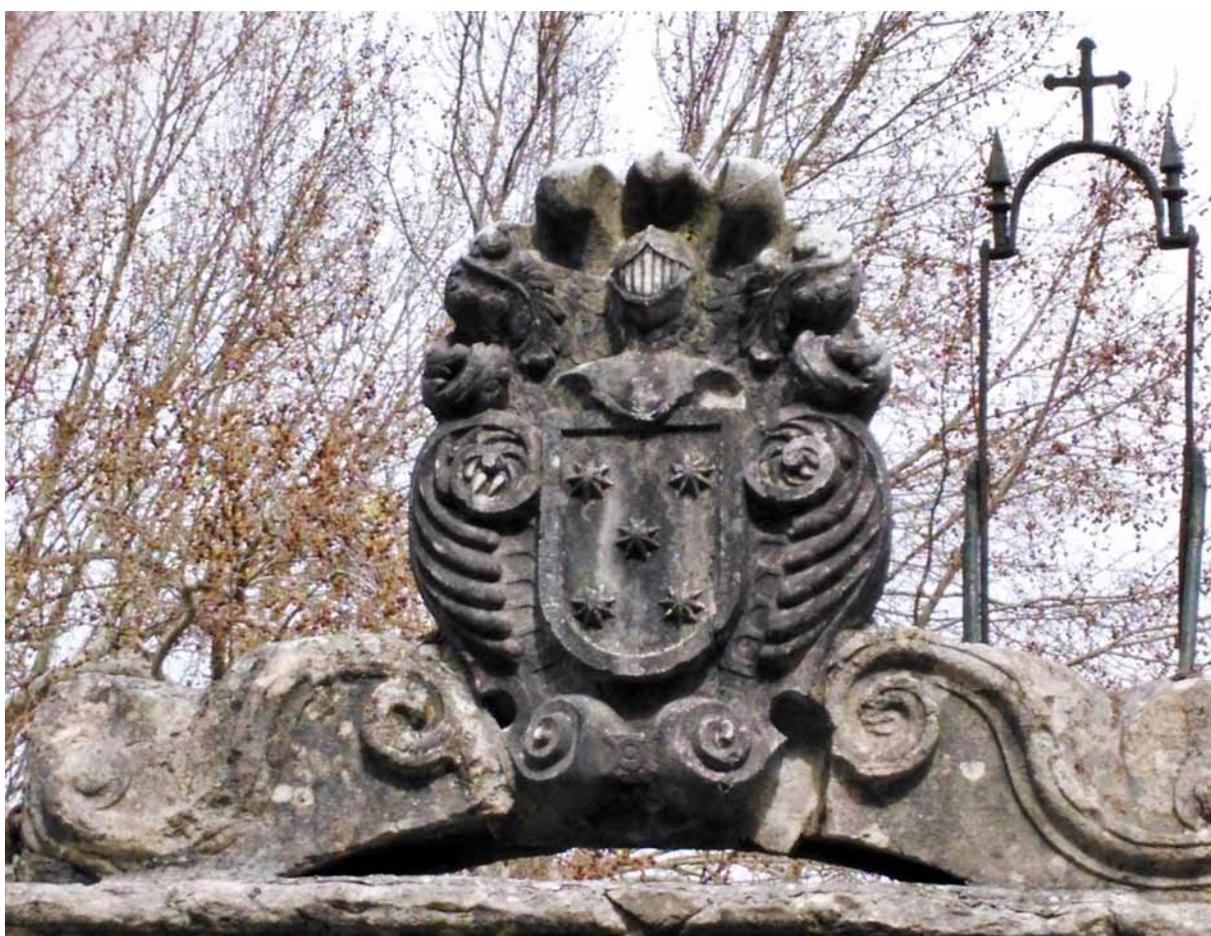


Fig. 14 – Brasão da Família Roxas, na entrada norte da Quinta Municipal de Subserra. Foto: Mário Saraiva Pinto. 20 de março de 2015.

A Marquesa de Subserra foi a última dos Roxas (apelido espanhol, de origem nobre). Tratavam-na por Maria, sabia bordar, falava francês e, do salão do palácio, olhava as vinhas enquanto tocava piano. Casou dentro da Quinta de Subserra, na capela de São José (construída em 1633, e que, ainda hoje, se mantém quase inalterada), a 4 de Setembro de 1861, com António, 1º Marquês e 4º Conde de Rio-Maior, a quem sobreviveu 29 anos, pois enviuvou a 4 de Fevereiro de 1891, tendo falecido a 16 de Dezembro

de 1920. Durante a vida atravessou cinco reinados: D. Maria II, D. Pedro V, D. Luís I, D. Carlos I e D. Manuel II. Estava de visita a Lisboa aquando do regicídio. Dizia que “a vida em Subserra” era “de uma serenidade patriarcal”, mesmo com “o Ms. Auguste”, cozinheiro francês, “a emborrachar-se”.

Seu pai, Teodoro Estêvão Hyde de Neuville de Larue (1º Conde de Saint Léger, 2º Conde e 1º Marquês da Bemposta) passava muito tempo nas vinhas, e outro tanto na Companhia Inglesa das Índias, onde se encontrava com Almeida Garrett. Nos longos serões de Inverno, sua mãe, D. Maria Mância de Lemos Roxas Carvalho e Menezes Pequeno Chaves Teixeira Vaia (2ª Condessa de Subserra) alternava com seu pai na brilhante leitura dos grandes escritores da época.

Talvez do gosto pela leitura, que lhe foi inculcado pelos pais, e da sua sensibilidade, também lhe surgiu a ideia da escrita. Escreveu e encenou várias peças de teatro, que foram representadas pelos da casa, no palácio de Subserra.

Quando ia ao alto da serra, nos seus passeios pela Quinta, Maria dizia estar nas alturas poéticas da sua contemplação, e contava que daí admirava a beleza do panorama: “(...) em poucos sítios se estende tão bem a majestade do Tejo; vê-se o rio enorme, estendendo as suas águas azuladas até Lisboa, ladeado pela mancha uniforme das lezírias...”

Era conhecida na corte como “a menina de Subserra” e, em 1886, entrou para o Paço como Dama Camarista da Rainha D. Maria Pia de Sabóia.

O marido foi Presidente da Câmara de Lisboa e passava muitos períodos no parlamento. Quando assim era, Maria escrevia-lhe, pondo-o ao corrente dos acontecimentos na Quinta, como nesta carta, em que menciona as vinhas da Quinta de Subserra:

Subserra, 19 Junho de 1865

Meu querido António do coração

É hoje a última vez que te escrevo, pois na quarta-feira espero em Deus voltar para Lisboa, manda-me buscar de tarde às sete e meia aos Cais dos soldados; está-me custando imenso não te ver. Parece-me que há muitos dias que te deixei. Quando passo pelo teu quarto e não te vejo, aperta-se-me deveras o coração. Não é sentimentalismo, é só a alma que fala.

Como posso eu fazer escárnio de uma coisa que me dá tanto gosto! Ver-te estudar, tra-

balhar, mostrar a tua inteligência ao público, e os teus bons sentimentos, dar desenvolvimento à tua caridade socorrendo tantas misérias e procurando melhorar a sorte física e moral de tantos inocentes, e amontoar sobre a tua cabeça as bênçãos do Céu, que posso eu desejar mais?...

Começaram hoje as ceifas. As vinhas novas estão lindas, as velhas têm alguma moléstia desde estas chuvas. Continuam a enxofrar.

Tua do coração

(...)

Maria



Fig. 15 - Aspeto do jardim da Quinta Municipal de Subserra. Foto: M^a Paula B. Carvalho. 4 de Dezembro de 2012

Pediram-lhe autorização e colaboração para que se escrevessem as suas memórias. Aceitou dizer o que lhe pareceu interessante para o domínio público e guardou para si o restante, que ficou para sempre submerso no seu coração, quando se lhe apagou a luz.



Fig. 16 – Aspeto das plantas exóticas que ornamentam um dos muros da Quinta Municipal de Subserra. Foto: M^a Paula B. Carvalho. 20 de Fevereiro de 2012

Quando, em 1980, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira adquire a Quinta de Subserra, estava plantada uma vinha, a partir da qual se continuou a fazer vinhos. Mas, as doenças que a afetaram, obrigaram à definição de um programa de reconversão, com o seu arranque total.

Em 2008, a vinha começou a ser replantada. A reestruturação fez-se em três fases, e terminou no ano de 2014.

Abrangendo uma área total de 5,5 hectares de plantação, as castas escolhidas foram as seguintes:

Tintas – Castelão; Touriga Nacional; Alfrocheiro; Syrah; Merlot e Cabernet Sauvignon.

Branças – Moscatel de Alexandria; Fernão Pires e Arinto.



Fig. 17 - Aspeto parcial da vinha da Quinta Municipal de Subserra. Foto: Mário Saraiva Pinto. 5 de Julho de 2014

A produção total de vinho é ainda muito baixa, sendo, relativamente ao vinho tinto, maioritariamente proveniente de 1 ha de Castelão, que constituiu a 1ª fase da implantação da nova vinha, combinado com uma pequena percentagem de Touriga Nacional.

As restantes castas tintas foram apenas plantadas na 3ª e última fase da reestruturação da vinha, em 2014.

O vinho tinto de Subserra apresenta uma estrutura encorpada, com alguma complexidade, que se combina bem com pratos de carne bem condimentados.

O vinho branco, elaborado a partir da combinação das três castas, Moscatel, Fernão Pires e Arinto, exhibe aromas primários e alguma frescura.

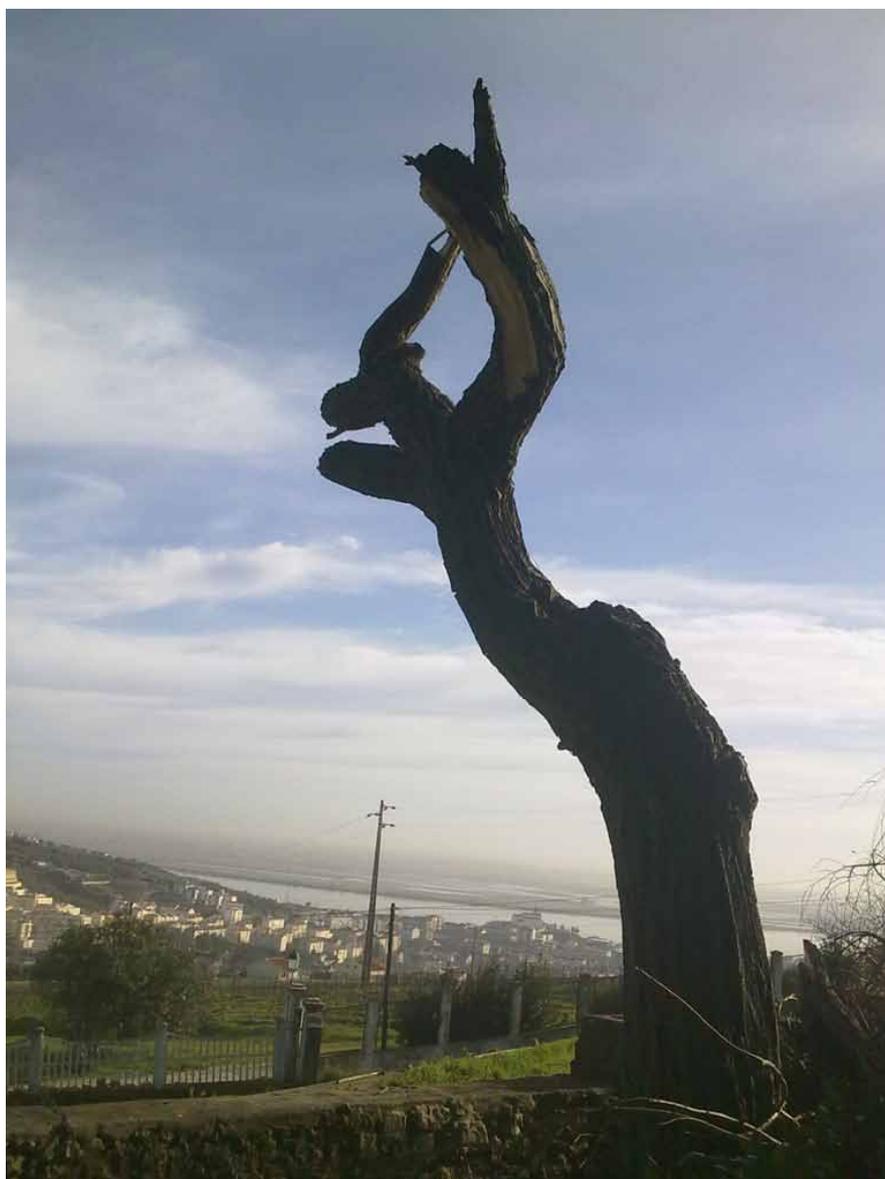


Fig. 18 - Aspeto da paisagem vista da Quinta Municipal de Subserra. Foto: Mª Paula B. Carvalho. 28 de Janeiro de 2013

BIBLIOGRAFIA

Fontes

Manuscritas

Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira

- Fundo: Marquês de Rio Maior - Quinta de Suberra (Anos 1832/1919)

Correspondência recebida

- Fundo Local: Marquês de Rio Maior - Quinta de Suberra (Anos 1836/1939)

Docs. Vinha / Vinho

Impressas

- COLAÇO, Branca de Gonta, *Memórias da Marquesa de Rio Maior*, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2005)

Agradecimentos: Dra. Manuela Corte-Real, Responsável pelo Arquivo Histórico Municipal de Vila Franca de Xira; Dra. Graça Soares Nunes, Técnica Superior, Conservadora de Museus do Museu Municipal -Núcleo de Alverca.

Quinta Municipal de Suberra, Março de 2015

CIRA
BOLETIM CULTURAL 12
(2014-2015)

Percursos
Do Património
e da História



Câmara Municipal de Vila Franca de Xira